

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
ANO 66 - NÚMERO 2 - ABRIL / MAIO / JUNHO DE 2014

Ciência & Cultura

Temas e Tendências

FUTURO
BOL

REALIZAÇÃO



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



66^a

REUNIÃO ANUAL DA SBPC

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA
EM UMA AMAZÔNIA
SEM FRONTEIRAS**

*CIENCIA Y TECNOLOGIA EN UNA
AMAZONIA SIN FRONTERAS*

*SCIENCE AND TECHNOLOGY IN
AN AMAZON WITH NO BORDERS*

22 A 27 DE JULHO DE 2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
RIO BRANCO • ACRE • BRASIL

www.sbpnet.org.br/riobranco

APOIO INSTITUCIONAL



SOCIEDADES PARCEIRAS

LIAISON GROUP OF THE ASSOCIATIONS FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE
AAAS, SBPC, CAST, EUROSCIENCE AND ISCA



S U M Á R I O

3 EDITORIAL

4 TENDÊNCIAS

50 ANOS DO GOLPE MILITAR
A SBPC NA LUTA PELA
DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS
Helena B. Nader

BRASIL

6 NOVAS ABORDAGENS PARA ESQUIZOFRENIA

8 LESÃO MEDULAR: PARA ALÉM DO CHUTE DA COPA

11 PLANÍCIES RECHEADAS DE BIODIVERSIDADE

13 GUERRA NO CAMPO: AGROTÓXICOS SÃO ALIADOS OU AMEAÇA?

15 NOVOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

MUNDO

16 TURQUIA INAUGURA MAIOR TÚNEL SUBMERSO DO MUNDO; BRASIL TAMBÉM TERÁ O SEU, LIGANDO SANTOS AO GUARUJÁ NO LITORAL PAULISTA

19 ELES, ROBÔS, CADA VEZ MAIS PERTO DE NÓS

21 ENTREVISTA COM A FUNDADORA DA REDE DA ÁFRICA E DO CARIBE PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA (ACNST)

NÚCLEO TEMÁTICO: FUTEBOL

ARTIGOS



24

Apresentação
**Futebol, ciência
e cultura**

Bernardo Buarque de Hollanda

27

**Por uma análise
social e política
dos megaeventos
esportivos no Brasil**

Luiz Carlos Ribeiro

31

**O uso do futebol
social como ferramenta
internacional**

Fernando Segura Millán Trejo

35

**Futebol, lazer e
práticas lúdicas**

Victor Andrade de Melo

39

**Futebol e a educação
física na escola:
possibilidades de uma
relação educativa**

Silvio Ricardo da Silva

Priscila Augusta Ferreira Campos

42

**Futebol, música e
literatura: uma análise
dos hinos dos clubes
esportivos brasileiros**

Elcio Cornelsen

47

**“Muito mais do que
um jogo”: os embates
entre o COI e a Fifa
pelo controle do
futebol olímpico**

Sérgio Settani Giglio

NOTÍCIAS51

PESQUISAS54

A & E

56 **ABANDONO, ESQUECIMENTO
E RESSURGIMENTO DA
PRIMEIRA BIBLIOTECA DE
MEDICINA DO BRASIL**
Luana Tieko Omena Tamano
Daniel de Magalhães Araujo

CULTURA

60 **CACHAÇA**
Pesquisa e novos negócios
na redescoberta desse
aguardente secular

Divulgação



**Alambiques de cobre para
produção de cachaça artesanal**

62 **ARTE TECNOLÓGICA**
Novas possibilidades
para as mídias
interativas no
campo artístico

64 **HISTÓRIA**
A Primeira Guerra
Mundial pelas
lentes do cinema

66 **PROSA**
JOÃO SILVÉRIO TREVISAN

E X P E D I E N T E



CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo, Dora Fix Ventura, Francisco Cesar de Sá Barreto, Gilberto Cardoso Alves Velho, Hernan Chaimovich Guralnik, Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello, Marcelo Marcos Morales, Phillipe Navaux, Regina Pekelman Markus

EDITOR CHEFE
Marcelo Knobel

EDITORA EXECUTIVA
Wanda Jorge

EDITORAS ASSISTENTES
Germana Barata, Patrícia Mariuzzo

EQUIPE DE REPORTAGEM
Adriana Arruda, Aline Girardi, Ana Paula Oliveira, Caroline Simor, Chris Bueno, Enio Rodrigo, Fátima Gigliotti, Giselle Soares, Marcelo Figueiredo, Mariana de Castro Alves, Marina Gomes, Raíssa de Deus Genro, Sarah Costa Schmidt, Silvia Campolim, Simone C. de Andrade, Vera Toledo de Camargo

CAPA
João Baptista da Costa Aguiar

DIAGRAMAÇÃO
Carla Castilho | Estúdio
Luis Paulo Silva (tratamento de imagens)

REVISÃO
Daisy Silva de Lara

CONSULTORES
Literatura
Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

CONTATOS
Redação: cienciaecultura@sbpcnet.org.br

DIRETORIA DA SBPC

PRESIDENTE
Helena Bonciani Nader

VICE-PRESIDENTES
Ennio Candotti
Dora Fix Ventura

SECRETÁRIO-GERAL
Aldo Malavasi

SECRETÁRIOS
Edna Maria Ramos de Castro
Regina Pekelmann Markus
Marcelo Marcos Morales

PRIMEIRO TESOUREIRO
Walter Coli

SEGUNDO TESOUREIRO
José Antonio Aleixo da Silva

Revista *Ciência e Cultura*
ISSN 0009-6725

A grande expectativa que envolve o Brasil para a realização da Copa do Mundo, evento com impactos sociais, econômicos, políticos e culturais, motivou a revista *Ciência e Cultura* a dedicar seu Núcleo Temático ao futebol, um tema de interesse de grande parte da população mundial e, também, de muitos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Coordenado pelo professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Bernardo Buarque de Hollanda, que é também editor da revista *Esporte & Sociedade*, o dossiê buscou selecionar textos que, no seu conjunto, proporcionassem uma abordagem multidimensional do evento, considerando seus diferentes aspectos e sua enorme abrangência. São milhares de pessoas, com maior ou menor grau de envolvimento, espectadores, trabalhadores, empresários, estudantes, comunicadores, esportistas ou não, que têm suas rotinas alteradas de alguma forma.

Ainda sob o impacto dos 50 anos do golpe militar no Brasil, na seção “Tendências” a presidente da SBPC, Helena B. Nader, fala sobre o papel da entidade na luta pela democratização do país. Em “Artigos & Ensaios”, um painel histórico da primeira biblioteca de medicina do Brasil. Nas outras seções da revista, notícias e reportagens que mostram os impactos benéficos da ciência, da tecnologia, da inovação e de ações culturais. São informações sobre construções de túneis submersos – um deles unindo pela primeira vez dois continentes –, avanços importantes na medicina, conservação da biodiversidade, novas possibilidades para ações culturais e até o incremento de negócios com a redescoberta da cachaça brasileira. Um conto de João Silvério Trevisan completa e fecha este número.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL
Abril de 2014

50 ANOS DO GOLPE MILITAR A SBPC NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

Helena B. Nader

Cerca de 30 mil sócios. Foi essa a marca surpreendente de associados que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC, atraiu durante o período da ditadura militar no Brasil. Um reflexo transparente do que a entidade significou para estudantes, professores, pesquisadores e para a sociedade brasileira naquele período de ausência de liberdade de manifestação e expressão.

De fato, desde sua fundação, em 8 de julho de 1948, a SBPC tem desenvolvido sua história em profunda sintonia com os processos de evolução social, política e econômica no país. Ao longo dos seus quase 66 anos, deixou de ser uma entidade voltada apenas para as discussões dos temas relativos ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, para se transformar também num fórum privilegiado e propício aos debates sobre as questões de interesse mais amplo da sociedade. Logo nos anos 1950 a SBPC passou a ampliar sua inserção política, processo intensificado a partir do golpe militar de 1964, quando se viu como uma das poucas entidades representativas da sociedade brasileira com possibilidade de permitir a manifestação pública frente ao autoritarismo vigente.

Durante os 20 anos do regime militar (1964-1984) a instituição representou um fórum democrático de crítica ao regime. Nesse período, a SBPC cumpriu um papel fundamental de resistência ao governo militar, sobretudo manifestando-se contra perseguições a professores, pesquisadores e estudantes, e contra a interferência nos sistemas educacional e científico, que pudessem ferir a autonomia das universidades.

Na década de 1970 a SBPC internalizou temas que evidenciavam a responsabilidade social do cientista, como o impacto da energia nuclear, o apoio à luta dos povos indígenas, o combate à fome e à desnutrição, e muitos outros que refletiam a importância das humanidades como componente do crescimento do país. Nessa época, quando o poder militar enfatizava o desenvolvimento tecnológico em detrimento da busca do conhecimento científico, ocorreram fortes confrontos entre o governo e os cientistas, face às restrições à liberdade e à redução de recursos para as universidades.

Pessoalmente, como estudante universitária na época, acompanhei de perto a retirada de colegas das salas de aulas, professores sendo arrancados de suas casas, as torturas e os desaparecimentos.

Nossa professora de genética, Heleneide Nazaré, foi torturada na Operação Bandeirantes (Obam), e sua irmã, Helenira, que estava no congresso da UNE em Ibiúna, foi presa, entrou na guerrilha do Araguaia e, como muitos, nunca mais foi encontrada. As escolas e universidades, pelo caráter formativo, de construção do pensamento, da pesquisa e da reflexão, foram algumas das instituições mais atacadas e prejudicadas durante o regime militar.

Não podemos esquecer que professores do ensino básico também foram perseguidos pela ditadura, muitos torturados e desaparecidos. Aos estudantes foram impingidas no currículo as disciplinas obrigatórias Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Educação Moral e Cívica, para promover a doutrina do governo militar.

Foi nesse cenário, de absoluta ausência de espaços para o exercício da liberdade de expressão, que as reuniões anuais da SBPC se fortaleceram e se transformaram em palco de debates, permitindo questionamentos de fundo ao modelo econômico social imposto pela coalizão de classes que sustentou a ditadura. Por isso, a instituição se consolidou no regime, quando os eventos

eram abertos às manifestações políticas. Com outros canais fechados pelo governo, a SBPC passou a ser o único espaço onde as vozes discordantes podiam se manifestar.

No entanto, houve momentos dramáticos na história. Em 1977, por exemplo, essa “liberdade” foi ameaçada e quase que a 29ª Reunião Anual não aconteceu. O governo exigiu da SBPC o adiamento do evento programado para Fortaleza, sob a alegação de que a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizava um movimento simultâneo. O adiamento foi recusado pelo presidente da SBPC na época, o físico nuclear Oscar Sala, e a reunião transferida para São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a convite de Dom Paulo Evaristo Arns. Primeiro houve a tentativa de realizar a reunião na USP, mas a reitoria não autorizou. Apesar de todos os empecilhos, e embora mais de 800 trabalhos inscritos não tenham sido apresentados, por estarem os seus autores proibidos de participar, a reunião teve grande sucesso e repercussão. Foi a nossa primeira reunião no exterior, pois sendo a PUC território do Vaticano, os militares não puderam coibir a realização do evento.

Não podemos esquecer ainda de eventos lamentáveis para a ciência brasileira, como o Massacre de Manguinhos, termo cunhado por Herman Lent, um dos dez pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que tiveram seus direitos políticos cassados pela ditadura. Lent, que foi um dos fundadores da SBPC, publicou um livro sobre o episódio, e os cassados da Fiocruz foram

reintegrados à instituição em agosto de 1986, com o retorno da democracia.

Os diretores e presidentes da SBPC durante o regime militar foram exemplos de determinação, coragem e dignidade em defesa das liberdades democráticas, por entenderem que somente em um ambiente livre pode a ciência evoluir. Carolina Bori, que foi a primeira mulher a presidir a SBPC, de 1985 a 1989, depois de ocupar outros cargos na diretoria, teve um papel fundamental para o desempenho da entidade, principalmente nos anos de resistência das sociedades científicas à ditadura militar entre 1973 e 1977. Mesmo sob as tensões do período, ela foi uma das responsáveis por organizar e dar condições que transformaram as reuniões anuais da SBPC em um espaço de resistência ao sistema, com participação de intelectuais e cientistas, a favor da redemocratização do país e na defesa dos direitos humanos.

Oscar Sala, que presidiu a SBPC por três mandatos durante a ditadura militar, desempenhou um papel fundamental na defesa dos interesses da comunidade científica e dos princípios da democracia. Seu lema de atuação sempre foi o desenvolvimento da ciência em São Paulo e no Brasil. Dizia que nunca se ligara a partidos políticos, nem pertenceu à esquerda ou à direita, o que facilitou a mediação com os governos militares em defesa da produção científica. Sua postura era moderada, porém sempre firme em defesa dos princípios da democracia.

Além do trabalho na defesa e na divulgação da ciência, a instituição contribuiu fortemente para sua institucionalização e para a formulação de uma política cientí-

fica nacional. Na Constituinte de 1986, por exemplo, ela teve atuação destacada na defesa dos três espaços nacionais – terrestre, aéreo e subsolo; na proteção ao meio ambiente; na defesa do direito de todos à saúde e à educação; nos direitos das populações indígenas; e na responsabilidade do Estado em promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

Sempre presente em momentos históricos, a participação política da SBPC se manteve nos anos 1980 e 1990, induzindo a realização de vários estudos sobre a anistia e manifestando-se pela renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Com a ampliação dos espaços de manifestação democrática, a SBPC continua a participar das lutas sociais sobre temas como a criação do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, Plano Nacional de Educação (PNE), além de denunciar junto à sociedade e ao governo a precariedade do sistema educacional e os empecilhos que ainda emperram a atividade científica no Brasil.

Desde o fim da ditadura, em 1985, o Brasil ganhou outros ares, mas muitas entidades ainda lutam para construir, ampliar e consolidar a democracia, e não permitir que, nunca mais, um regime de exceção, censura e cerceamento às liberdades se instale no país. A SBPC certamente sempre estará nesta luta, pois entende que o exercício do desenvolvimento da educação e da ciência só pode progredir em um ambiente social e político de plenas liberdades democráticas.

Helena B. Nader é biomédica, professora titular da Escola Paulista de Medicina – Universidade Federal do Estado de São Paulo (EPM-Unifesp), e presidente da SBPC.

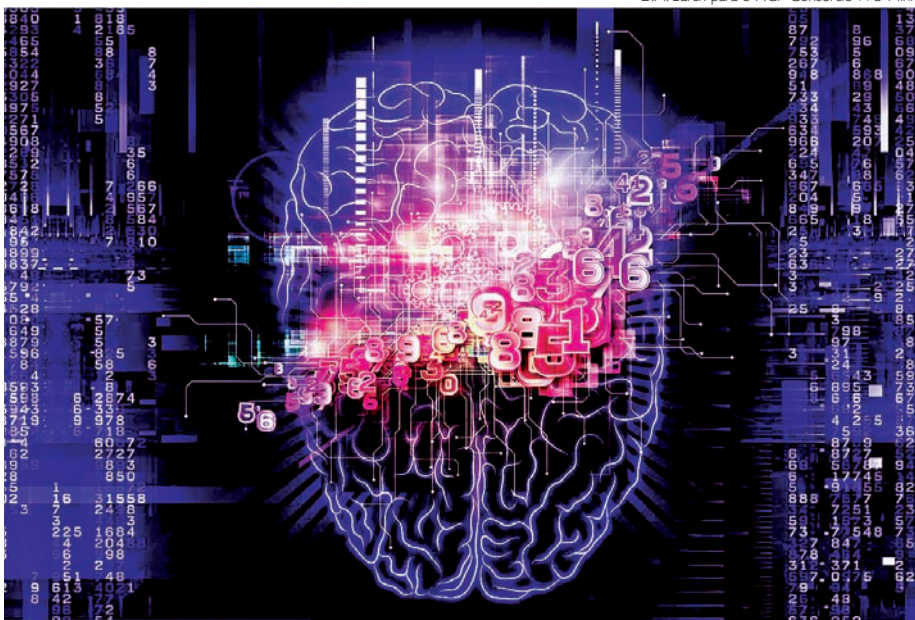


SAÚDE

Novas abordagens para esquizofrenia

A morte recente do cineasta e documentarista Eduardo Coutinho trouxe à tona os problemas enfrentados pelos portadores da esquizofrenia e suas famílias. Coutinho e sua mulher foram esfaqueados durante um surto do filho Daniel, que tem a doença. Uma das principais características da doença é a perda do contato com a realidade. “Depois de um século estudando a esquizofrenia, as causas desse distúrbio permanecem desconhecidas. Vários tratamentos, especialmente os farmacológicos, têm sido amplamente usados durante cerca de meio século e ainda não existem evidências de que tenham trazido melhoras substanciais para a maioria das pessoas com esquizofrenia”, afirmou o psiquiatra Thomas R. Insel, diretor do Instituto Nacional de Saúde Mental, nos Estados Unidos, em artigo publicado em 2010, na revista *Nature*.

Os primeiros sintomas desse distúrbio mental surgem, em geral, durante a transição da adolescência para a fase adulta, quando o córtex pré-frontal está em processo final de amadurecimento e os circuitos neurais ainda buscam um equilíbrio. No artigo de 2010, o psiquiatra norte-americano já destacava ser



DM, Barch para o HCP Consórcio WU-Minn.

Divulgação do projeto Brain Initiative

preciso investir em pesquisas que desvendassem a complexidade das estruturas e dos circuitos cerebrais, em busca de respostas sobre as causas da esquizofrenia e os caminhos efetivos de seu tratamento. Insel define a esquizofrenia como uma desordem do desenvolvimento neurológico – o que, segundo ele, além de ser “profundamente diferente da maneira como se via essa doença no século passado”, significaria “uma nova esperança para a sua prevenção e cura nas próximas duas décadas”. Sinais desse novo olhar sobre a doença já são notados desde 2009, quando o Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA lançou o programa Research Domain Cri-

teria (RDoc), com o objetivo de desvendar as dimensões básicas do funcionamento cerebral, como os circuitos de memórias, emoções e medo. A ideia era vasculhar desde os genes às conexões neuronais, passando pelas substâncias neurotransmissoras envolvidas nas sinapses para entender melhor algumas psicopatologias e, assim, oferecer uma assistência integral aos pacientes. Essa tendência ganhou força em 2013, quando o presidente Barack Obama anunciou o projeto Breakthrough Research And Innovation in Neurotechnology (Brain, na sigla em inglês para pesquisa de ponta e inovação em neurotecnologia). A iniciativa – que vem sen-



do considerada ambiciosa pela sua abrangência –, promete mapear a atividade cerebral nos próximos 10 anos com novidades sobre seus princípios de funcionamento. A ideia é descobrir como as células cerebrais interagem, usando tecnologias que produzam “imagens dinâmicas” do cérebro. O projeto está sendo desenvolvido de forma conjunta por vários institutos de pesquisa públicos e privados nos EUA, com uma previsão de investimento de US\$ 10 bilhões.

SINTOMAS DA SÍNDROME Considerando a dimensão dos prejuízos advindos de uma doença como a esquizofrenia, todos os esforços se justificam. A esquizofrenia atinge – na maioria das vezes de maneira devastadora –, cerca de 1% da população ou 70 milhões de pessoas ao redor do mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Classificada hoje pela psiquiatria como uma síndrome, ela é caracterizada por uma série de sintomas e sinais que costumam surgir pela primeira vez, na forma de um surto psicótico, por volta dos 20 anos, nos homens, e 25, nas mulheres. Os portadores apresentam um conjunto de “sintomas positivos”, como alucinações, delírios e desorganização do pensamento, durante as crises agudas, intercalados por períodos de remissão. A doença é acompanhada também pelos cha-

mados “sintomas negativos”: dificuldade de expressão das emoções, apatia, isolamento social e um sentimento profundo de desesperança, que acentua tendências ao suicídio. O portador de esquizofrenia apresenta ainda problemas cognitivos, tais como dificuldade de abstração, déficit de memória, comprometimento da linguagem e falhas no aprendizado. A combinação desses sintomas causa grande sofrimento psíquico, com prejuízos nas relações familiares e na vida profissional e demais relações sociais dos portadores da síndrome. Ao mesmo tempo, a cura, é uma esperança para poucos: estudos realizados nos Estados Unidos mostraram que menos que 14% dos portadores podem ser considerados curados cinco anos após o primeiro surto psicótico, período considerado crítico para o desfecho da doença.

ASSISTÊNCIA PREVENTIVA Com base nessas pesquisas, programas de prevenção voltados para o paciente de primeiro surto foram surgindo em vários países. No Brasil, o programa pioneiro de pesquisa e atendimento ao Primeiro Episódio Psicótico (PEP) foi criado em 1999, pelo grupo da psiquiatra Ana Cristina Chaves, do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O programa promove encontros de grupos de pacientes e familiares, que trocam

experiências sobre uso de medicação, sintomas, reinserção social e no mercado de trabalho. “A troca de informações entre as pessoas envolvidas com a doença ou entre o próprio doente e seus pares é muito importante”, diz Chaves, lembrando que os participantes desses grupos sabem mais do dia a dia da doença do que os profissionais do serviço. Segundo ela, os temas mais discutidos são a manutenção da medicação e a “volta ao mundo”, passada a crise. “A psicose, de maneira geral, não só a esquizofrenia, deveria ser tratada institucionalmente, por meio de serviços de assistência que permitem compartilhar experiências e oferecem suporte ao tratamento”, afirma a psiquiatra da Unifesp.

NOVAS HIPÓTESES TERAPÊUTICAS As drogas antipsicóticas, que integram a primeira linha de tratamento para os indivíduos com esquizofrenia e outras doenças mentais relacionadas, podem causar sérios efeitos colaterais, tais como distúrbios do metabolismo, ganho de peso e cardiopatias. Por conta desses efeitos, muitos pacientes abandonam a medicação, o que motiva, atualmente, a pesquisa para encontrar novas drogas. “As medicações usadas como antipsicóticos até agora agem bloqueando alguns tipos de receptores de dopamina”, explica o psiquiatra Jaime Hallak, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão



Preto, da Universidade de São Paulo (USP). Ele lidera um estudo que tem uma nova abordagem farmacológica para o tratamento de síndromes como a esquizofrenia. Hallak e sua equipe se debruçaram sobre os receptores de glutamina. “Já se sabe que o receptor glutamatérgico tem sua ação diminuída na esquizofrenia”, explica. Ainda de acordo com ele, a ativação desse receptor desencadeia a produção de óxido nítrico, substância responsável por modular a comunicação entre as células nervosas. “Se esse mecanismo for prejudicado, o sistema nervoso passa a reagir de maneira disfuncional e pode provocar alterações comportamentais, como as que aparecem na esquizofrenia”, diz o pesquisador. O estudo do grupo de Ribeirão Preto foi realizado em parceria com pesquisadores da Universidade de Alberta, no Canadá, e publicado no *Jama Psychiatry* (maio, 2013). Para aumentar os níveis de óxido nítrico e controlar os sintomas psi-

cóticos, os pesquisadores testaram o uso do nitroprussiato de sódio, um medicamento antigo, usado desde 1893 para tratar a hipertensão arterial sistêmica. A substância foi administrada em ambiente hospitalar, por via intravenosa, com resultados positivos, tais como a melhoria do funcionamento do sistema nervoso central e a redução dos sintomas de alucinação.

CÉLULAS-TRONCO Outra linha de pesquisa que tem se mostrado promissora para entender a esquizofrenia e desenvolver novos tratamentos é a reprogramação de células-tronco. Utilizando células-tronco de pluripotência induzida, fabricadas a partir de amostras celulares de pacientes com esquizofrenia, o biomédico Stevens Rehen, do Laboratório Nacional de Células-Tronco Embrionárias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), descobriu que células de portadores de esquizofrenia consomem duas vezes mais oxigênio do que as de não portadores do transtorno. A partir dessa descoberta, Rehen e sua equipe conseguiram “reparar” os neurônios *in vitro*, por meio da administração de ácido valproico. O grupo foi o primeiro no mundo a fazer a reversão das marcas bioquímicas de neurônios humanos com esquizofrenia em laboratório.

MEDICINA

Lesão medular: para além do chute da copa

“Você já andou hoje?”, essa é uma das perguntas que mais se ouve no Laboratório de Biomecânica e Reabilitação do Aparelho Locomotor, do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A frequência do questionamento não causaria espanto se a sala, quase escondida ao fim do longo corredor, não fosse o local de tratamento de pacientes com lesão medular.

Lá, cem cadeirantes recebem tratamento com eletroestimulação neuronal, técnica que consiste em ligar eletrodos que transmitem pequenos choques ao músculo paralisado, provocando contração muscular. A partir desses estímulos, “eles apresentam movimentos involuntários e depois, de forma ainda não completamente compreendida, é reestabelecida a conexão com o cérebro”, explica Alberto Cliquet Júnior, professor do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e do Departamento de Engenharia Eletrônica da Universidade de São Paulo (USP).

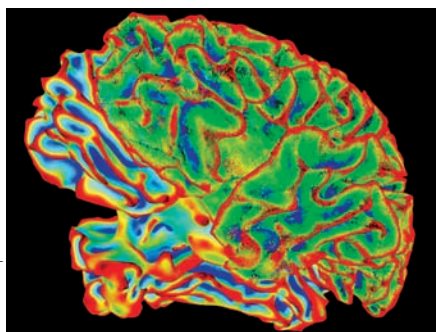


Imagem de um cérebro gerada por tomografia

Alice Giralaldi e Silvia Campolim

Lesões na medula, se graves, interrompem a comunicação, via impulsos nervosos, entre o cérebro e as partes do corpo abaixo da área lesionada. Com a eletroestimulação esses impulsos, às vezes, encontram um caminho alternativo e restabelecem a conexão. O tratamento envolve uma equipe multidisciplinar com fisioterapeutas, psicólogos, ortopedistas e urologistas, o que permite uma análise integral do paciente. O laboratório da Unicamp é o único no Hemisfério Sul dedicado a esse tipo de pesquisa e um dos três no mundo – os outros dois ficam na Alemanha e nos Estados Unidos – que são referência na área. Apesar de serem poucos os casos em que é possível retomar movimentos completos, de forma voluntária, todos os pacientes apresentam benefícios no controle de comorbidades relacionadas à lesão medular, como obesidade, osteoporose, doenças cardiovasculares, infecções no trato urinário e diabetes. Com a estimulação, a massa óssea aumenta, melhora a função cardiopulmonar e a percepção do próprio corpo (propriocepção). Em alguns pacientes, o ganho de firmeza nas pernas possibilita que eles

consigam se levantar e dar alguns passos com o auxílio de um andador. “A estimulação elétrica associada a um treinamento funcional facilitou a plasticidade neuronal para o reaprendizado de tarefas da vida diária. Isso ocorreu em 16 sessões com todos os participantes”, conta Karina C. Alonso, fisioterapeuta especialista em ortopedia e traumatologia, da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. A cada hora, três brasileiros entram na lista de pessoas com lesão medular. 40% dessas lesões são causadas por acidentes de trânsito (veja box). O relatório “Diretrizes de atenção à pessoa com lesão medular”, do Ministério da Saúde, de 2013, revelou que surgem anualmente 10 mil casos novos no Brasil. A imensa maioria dessas pessoas, no entanto, não tem acesso a um centro de tratamento de ponta.

NO CENTRO DAS ATENÇÕES Devolver a capacidade de se movimentar a pessoas com lesões medulares e com outros tipos de restrições de locomoção é um dos grandes desafios para médicos e pesquisadores. Este ano ao menos uma dessas pesquisas ganhará as atenções do mundo quando uma pessoa paraplégica

vai usar um exoesqueleto para caminhar e dar o chute inicial da Copa do Mundo da Fifa. O protótipo é resultado do esforço de um consórcio internacional de pesquisas liderado pelo neurocientista Miguel Nicolelis. A interface cérebro-computador é uma das vertentes de pesquisa para auxiliar na reabilitação de pacientes com lesão medular. “As pessoas com lesão muitas vezes não conseguem ativar o teclado de um computador porque não têm movimento nos dedos. No entanto, a intenção está no cérebro, falta apenas fazer a “ligação” entre os dois”, afirma Janaína Vall, professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC). Outra área promissora para novos tratamentos é a de desenvolvimento de membros robóticos e próteses neurais. Existe também grande expectativa em relação às células-tronco ou terapia celular. No Brasil há um projeto sendo desenvolvido em Salvador (Bahia) com 19 pacientes. “Precisamos aguardar o final da pesquisa, mas, de forma geral, avaliando o uso das células-tronco no mundo, os resultados ainda são muito discretos se comparados a terapias celulares para outras doenças”, expõe a professora. O SUS não tem um programa

específico para tratamento de pessoas com lesão medular. Esses pacientes são tratados como politraumatizados e, em muitos casos, demoram a serem operados.

PRIMEIROS SOCORROS

A reabilitação está intimamente ligada aos cuidados recebidos no início do tratamento. Segundo Janaína Vall, o atendimento adequado para uma pessoa com lesão medular inclui estabilizar a coluna e manter o pé em posição correta. “Se esses cuidados não forem tomados, pode acontecer o que chamamos de ‘pé equino’, que é irreversível e impossibilita depois o bom posicionamento na cadeira de rodas”, explica ela. “O uso prolongado da sonda, quando o paciente fica muito tempo na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), pode ter consequências no trato urinário. Esses fatores, que ocorrem no início da lesão, têm impacto direto e repercutem por toda a vida”, afirma a professora. Pacientes com lesão medular perdem entre 30 e 60% da densidade mineral óssea do fêmur e da tíbia nos primeiros dois anos de lesão, o que os predispõe a sofrerem fraturas. Infecções do trato urinário e falência renal são as maiores causas de morte.

ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA

Marcelo Ares, gerente médico do Centro de Reabilitação da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), afirma que a qualidade de vida de um lesionado medular que realiza acompanhamento médico periódico e adota medidas preventivas para as complicações pertinentes à lesão é muito boa. “A tecnologia pode ajudar se associada aos métodos terapêuticos convencionais com objetivos funcionais e no auxílio na execução das atividades de vida diária”, diz.

O tratamento correto e medidas de reabilitação permitem que muitas pessoas com lesão medular tenham uma vida produtiva e independente, com inserção no mercado de trabalho. Uma parcela dessas pessoas também se realiza por meio da prática de esportes. É o caso de Yves Carbinatti, 27 anos, de Rio Claro, interior de São Paulo, que, em 2008, sofreu um acidente de trânsito. Hoje ele pratica jiu jitsu e é piloto de kart. A maior dificuldade, segundo ele, é conscientizar a sociedade sobre a inclusão de pessoas com deficiência. “Eu sou embaixador da categoria de deficientes físicos no jiu jitsu e trabalho em um projeto de boxe adaptado

para cadeirantes. O esporte contribui para uma vida saudável, inclusão social e a motivação, essencial para melhorar e vencer sempre”, afirma ele, que foi o único piloto com mobilidade reduzida a disputar a Stock Car Junior. E promete muito mais.

Marina Gomes

“NÃO FOI ACIDENTE”

Assim é denominada a campanha (naofoiacidente.org) que visa arrecadar assinaturas para aprovar o Projeto de Lei 5568/2013 sobre crimes de trânsito que envolvam a embriaguez ao volante. A campanha chama a atenção para o número altíssimo de acidentes causados pelo abuso do álcool. Dados do governo federal informam que a cada 57 segundos ocorre um acidente de trânsito no Brasil, 75% devido a causas humanas. A lesão medular está entre as sequelas permanentes de maior frequência – mais de 40% dos casos de lesão medular tem como causa acidente de trânsito.



CAMPOS SULINOS

Planícies recheadas de biodiversidade

Grandes extensões de terras planas ou levemente onduladas, com arbustos baixos e vegetação rasteira. Esta é a principal característica dos campos sulinos, localizados no bioma Pampa, na porção sul e oeste do Rio Grande do Sul, e nas partes mais altas do planalto sul-brasileiro, onde predomina o bioma Mata Atlântica. Os campos sulinos são ecossistemas naturais, ou seja, eles já existiam na região sul do Brasil muito antes da expansão das formações florestais. Atualmente, porém, enfrentam grande degradação em virtude da expansão da monocultura da soja e da silvicultura. Conforme levantamentos do geógrafo Henrich Hasenack, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, as perdas já são de 60%.

CAMPOS FÉRTEIS EM BIODIVERSIDADE A aparente monotonia das planícies contrasta com os altos índices de biodiversidade: considerando os 174 mil quilômetros quadrados de campos originais no estado do Rio Grande do Sul, existem 2,6 mil tipos de plantas vasculares (que possuem tecidos especializados para transportar o alimento para as células). Outra característica marcante dos campos sulinos é o alto grau de endemismo (quando uma espécie ocorre em uma área geográfica única) da flora da região: cerca de 500 plantas são endêmicas, ou seja, crescem

Rede de Pesquisa Campos Sulinos



Campos sulinos têm alto grau de plantas e animais endêmicos

somente no Rio Grande do Sul. O alto grau de biodiversidade e de endemismo são resultado da combinação de influências das florestas tropicais, situadas no Brasil Central, e das floras temperadas originárias do sul da América do Sul. A fauna dos campos sulinos também merece destaque: só na parte brasileira (esse ecossistema se estende pelo Uruguai e Argentina) são conhecidas 480 variedades de aves e cerca de 90 de mamíferos. Além disso, mais de uma centena de aves e pelo menos 25 espécies de mamíferos estão intimamente associados aos habitats campestres. Considerando tanto a parte brasileira do bioma Pampa como os campos do planalto sul brasileiro, são conhecidas 21 variedades endêmicas de vertebrados, número que deve aumentar com novas

descobertas. A maior parte desses endemismos é exclusiva dos campos planálticos do bioma Mata Atlântica, ocorrendo do nordeste do Rio Grande do Sul até os campos gerais do Paraná. Os vertebrados endêmicos dos campos do sul do Brasil incluem cinco tipos de peixes, oito de sapos, rãs e pererecas, quatro de répteis (três serpentes e um lagarto), três de aves e uma de mamífero.

SERVIÇOS AMBIENTAIS Os campos sulinos prestam também importantes serviços ambientais: eles são a principal fonte forrageira para a atividade pastoril, um dos pilares da economia do Rio Grande do Sul; conservam recursos hídricos superficiais e subterrâneos, além de oferecer beleza cênica com grande potencial turístico.

Para estudar esse ecossistema, e os serviços ambientais que ele oferece para o homem, foi criada em 2012 a Rede de Pesquisa Campos Sulinos, que tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e é composta por mais de 20 instituições do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Entre as pesquisas realizadas estão levantamentos de grupos de espécies, análise dos impactos das mudanças climáticas nos campos nativos, entre outras. Um desses estudos indicou, por exemplo, que manejos pastoris conservativos da biodiversidade aumentam a resiliência dos ecossistemas campestres, contribuindo, assim, para a adaptação dos sistemas produtivos pecuários às mudanças climáticas.

Rede de Pesquisa Campos Sulinos



Manejo pastoril contribui para a conservação da biodiversidade dos campos sulinos

PRINCIPAIS AMEAÇAS A partir dos anos 1970, os campos de capim barba-de-bode do noroeste do estado do Rio Grande do Sul foram impactados pelas transformações no uso da terra, principalmente pelas lavouras de soja e trigo, que foram se estendendo por outras regiões campestres do Rio Grande do Sul e hoje ocupam grande parte da região. Ao todo, 32 espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção no âmbito regional, nacional e/ou mundial dependem dos ambientes campestres para a sua sobrevivência (ou dos mosaicos de campos florestais) como o veado-campeiro, lobo-guará e a águia-cinzenta do charão. A silvicultura, com plantio de eucalipto, pinus e acácia-negra (ainda que em menor extensão) tem causado grandes transformações na região. O plantio

de eucalipto, especialmente a partir de 2005, passou a ocupar o espaço dos campos e, sobretudo, da pecuária, em regiões com solo e clima menos favoráveis a uma agricultura com lavouras anuais, mas bastante adequadas para a silvicultura.

QUEIMADAS A dinâmica natural dos campos sulinos está ligada à ocorrência de pastejo animal e fogo. Avaliações sobre esses distúrbios mostraram que sua ausência reduz a diversidade de espécies vegetais. Eles são essenciais para a conservação. Existe, porém, uma relação inversa entre a intensidade de pastejo e a frequência de queimadas: onde o pastejo é suprimido, a vegetação se torna mais inflamável e as queimadas tendem a apresentar maior extensão e intensidade. Por outro lado, áreas manejadas

adequadamente com pastejo são menos inflamáveis. O uso pastoril com manejo adequado pode ser produtivo e manter a integridade dos ecossistemas campestres e demais serviços ambientais.

AÇÕES PARA EVITAR EXTINÇÃO Para Valério Pillar, coordenador da Rede Campos Sulinos e professor do Centro de Ecologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para garantir a conservação desse importante ecossistema, é urgente cumprir o Código Florestal brasileiro (Lei 12.651/2012), com a delimitação dos remanescentes e áreas consolidadas dos campos sulinos. É preciso também exigir autorização e fiscalizar a supressão de vegetação nativa (Artigo 26 do Código), bem como convencer os proprietários e gestores públicos de que o manejo pastoril da reserva legal de vegetação campestre é essencial para conservação da biodiversidade. Outro ponto destacado pelo pesquisador é a necessidade de tornar a atividade pecuária nos campos sulinos mais competitiva e atraente em relação a outras opções de uso da terra. Segundo ele, isso pode ser feito com manejo pastoril adequado (ajuste de carga animal, manejo em rotação), que resultaria em aumento da produtividade. “O Estado precisa incentivar atividades econômicas que conservem os campos e, ao mesmo tempo, penalizar as que causam a degradação dessas paisagens”, finaliza Valério Pillar.

Raissa de Deus Genro



AGRICULTURA

Guerra no campo: agrotóxicos são aliados ou ameaça?

Em 2012 os produtores de soja do Cerrado brasileiro levaram um susto. A ocorrência de lagartas do gênero *Helicoverpa* atingiu níveis populacionais que nunca tinham sido observados antes, causando sérios prejuízos econômicos. Além da soja, a lagarta atingiu também as culturas de milho, algodão, feijão comum, milho, milheto e sorgo. O diagnóstico da Embrapa foi que o problema foi derivado de práticas de cultivo inadequadas como, por exemplo, o plantio sucessivo de espécies vegetais hospedeiras da praga e o manejo inapropriado de agrotóxicos. A invasão da lagarta *Helicoverpa armigera* é um dos exemplos de que a agricultura assiste a uma guerra entre as pragas e os agrotóxicos que tentam controlá-las. O saldo até agora parece negativo para os produtores agrícolas e para o meio ambiente. O Brasil, reconhecidamente uma das maiores potências agrícolas do mundo, é também o campeão mundial no uso de agrotóxicos, boa parte deles proibidos no resto do mundo, segundo informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com base em

dados das Nações Unidas (ONU) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Esse caminho começou a ser trilhado em meados da década de 1960, quando o país aderiu à chamada Revolução Verde, processo a partir do qual uma série de novas técnicas de plantio e amplo uso de produtos químicos são introduzidos na agricultura, permitindo aumento considerável na produção, especialmente nos países em desenvolvimento. Graças à ciência e à tecnologia, a agricultura brasileira não para de crescer. Entretanto, esse crescimento traz diversos embates em especial voltados para os efeitos no meio ambiente por conta do uso extensivo de agrotóxicos, como por exemplo, para controlar a *Helicoverpa armigera*.

DESAFIOS NO CAMPO Para o agrônomo Carlos Arthur Franz, coordenador geral de proteção de plantas do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV), do Ministério da Agricultura, o uso inadequado de produtos químicos pode causar o aumento ou o surgimento de uma nova praga ou doença na lavoura, gerando um desequilíbrio no meio ambiente e, consequentemente, uma seleção de pragas e doenças resistentes aos agrotóxicos. Com isso, o produtor tem que usar esses produtos cada vez mais e em maiores quantidades. Além disso, a falta de rotação de culturas, com a semeadura da mesma planta durante várias safras, ou mesmo sucessões não adequadas de plantas de uma mesma família (milho sobre milheto, por exemplo), pode proporcionar o

ESTADO DE EMERGÊNCIA

A dificuldade de combater a lagarta *Helicoverpa armigera* das plantações de soja (no Cerrado) e seu avanço para outras culturas como a do feijão, amendoim e pimentão (no Nordeste), fez com que, em janeiro deste ano, o Ministério da Agricultura alterasse as regras para importação de produtos agrotóxicos que tenham como ingrediente ativo a substância benzoato de emamectina (Portaria 1.109, de 15/01/2014), antes proibido no Brasil, mas que é considerado um agrotóxico eficiente para combater a praga. Embora precisem de um registro e uma autorização para comprar o produto, os produtores podem utilizá-lo nas plantações. Também, em janeiro deste ano, o Ministério Público Federal recomendou a proibição do uso de agrotóxicos com essa substância alegando que ela causa danos graves aos seres humanos e ao meio ambiente.

crescimento populacional de pragas, as quais são capazes de desenvolver várias gerações durante o ano. Segundo o biólogo e produtor de soja e girassol, José Roberto Bronzatti, as aplicações errôneas e abusivas de inseticidas não seletivos diminuem ou eliminam os inimigos naturais das pragas, sejam eles predadores ou parasitoides. Outros agrotóxicos, como os fungicidas utilizados para o controle de doenças, podem afetar o crescimento de fungos benéficos (entomopatogênicos) que atacam e matam as pragas. O aumento constante de pragas é um desafio que o Brasil tem que enfrentar para evitar que essas ameaças se concretizem. “Precisamos reduzir a burocracia na aprovação de novos agroquímicos e melhorar a fiscalização das nossas fronteiras”, pondera Bronzatti.

É O FUTURO? Para Eduardo Leduc, vice-presidente sênior da Unidade de Proteção de Cultivos da Basf para a América Latina e de Sustentabilidade para a América do Sul, novas pragas vão surgir não somente no Brasil, mas também em seus vizinhos, e de forma mais rápida. “Isso agrava a questão fitossanitária do país”, diz Leduc. Ele cita um recente estudo feito por pesquisadores da Embrapa no qual foi constatado que, nos últimos 20 anos, ao menos 20 pragas exóticas



Cultura da soja é uma das afetadas pelo uso abusivo de agrotóxicos

foram detectadas no Brasil. “É uma por ano. Será que conseguiremos oferecer tecnologia para lidar com tantos problemas emergentes?”, questiona. Os pontos cruciais a serem trabalhados, segundo Leduc, são as deficiências do sistema de inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, a transferência de conhecimento e o sistema regulatório fitossanitário do país. Diante desse cenário desafiador, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) vem se reunindo com as principais entidades do setor para discutir o assunto e estudar a criação de um centro estratégico de política fitossanitária. Segundo Carlos Arthur Franz, engenheiro agrônomo

e coordenador de fiscalização do trânsito internacional de vegetais do Ministério da Agricultura, o maior problema do sistema de defesa nacional em funcionamento hoje é a ausência de um fundo de emergência para o socorro imediato dos produtores em caso de ataque de pragas exóticas. Além disso, faltam recursos para a contratação de especialistas e para um trabalho de assistência e transferência de tecnologia aos produtores. “O estado de emergência decretado para a *Helicoverpa* está nos mostrando, mais uma vez, como são imensas as dificuldades para implementar ações”, diz Franz.

Marcelo Figueiredo



UNIVERSIDADES

Novos canais de comunicação

Encontrar pesquisas, localizar professores e levantar, de forma rápida, indicadores de produção de departamentos de universidades nem sempre são tarefas fáceis. Pelo menos, não eram. Para tornar esse tipo de mapeamento mais acessível, instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) investiram na criação de plataformas de buscas e visualização de dados, que agregam informações, melhoram a interação entre as unidades acadêmicas, além de facilitar o relacionamento com a comunidade externa.

Batizados de “Somos UFMG” e “Somos Unicamp”, ambos os sites utilizam como base o software “Somos”, desenvolvido pela Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT) da UFMG – por isso mesmo, eles têm o mesmo layout. Logo na tela de início, o usuário se depara com uma barra de buscas. Ali, basta digitar uma palavra-chave, como um tema, uma área de conhecimento ou nome de um pesquisador, e a ferramenta já exhibe os resultados, sem que seja necessário apertar o “enter” do teclado.

O software “Somos” importa dados dos currículos de seus pesquisadores, cadastrados na Plataforma Lattes, e os exibem em forma de gráficos. Dentro dos sites há também a aba “indicadores”, que mostra o número de professores das uni-

versidades, departamentos, produção bibliográfica e o número de patentes dividida por unidades. O mecanismo de busca da plataforma exhibe um ranking dos resultados e mostra, por exemplo, os nomes de pesquisadores relacionados à palavra-chave pesquisada em diferentes tamanhos, indicando que os maiores são os que mais pesquisam sobre o assunto. “O ‘Somos’ garante mais transparência à universidade. É um importante canal de comunicação entre departamentos, porque dá visibilidade, inclusive, para quem está dentro da academia e antes não sabia, por exemplo, quem eram os autores de patentes da instituição”, avalia o assessor da Pró-Reitoria de Pesquisa da Unicamp, Fernando Coelho.

PLATAFORMA LICENCIADA O “Somos” foi criado, inicialmente, para atender às demandas da universidade mineira, que “precisava de um instrumento que tornasse a administração central capaz

de acessar e gerenciar o conhecimento existente na universidade”, afirmou o idealizador do projeto e diretor da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), Ado Jorio de Vasconcelos, em entrevista ao *Boletim UFMG*. Desde 2012, a universidade utiliza a ferramenta.

Para criar o “Somos Unicamp”, a Universidade Estadual de Campinas entrou em contato com a Fundação de Apoio da UFMG, a Fundep, e comprou a licença da plataforma, que foi customizada e personalizada. Outras instituições podem entrar em contato com a Fundep para adquirir o direito de uso do sistema. Lançada em janeiro deste ano, o Somos Unicamp pode ser consultado por qualquer pessoa. Com isso, a indústria e outros setores da sociedade podem localizar pesquisas e explorar novas conexões com a universidade.

Sarah Costa Schmidt



MUN



Divulgação

Em alguns trechos, túnel chega a 62 metros de profundidade

ENGENHARIA CIVIL

Turquia inaugura maior túnel submerso do mundo; Brasil também terá o seu, ligando Santos ao Guarujá no litoral paulista

13,6 km de comprimento, 3 bilhões de euros de investimento e 150 anos de planejamento. Estes são os impressionantes números do Marmaray, o túnel submerso que liga a Europa à Ásia numa viagem de apenas quatro minutos. Apesar de túneis submersos não serem mais novidade, este é o primeiro do mundo que liga dois continentes: ele atravessa o Estreito do Bósforo, unindo as partes europeia e

asiática de Istambul (Turquia). É também o mais profundo: em alguns trechos, o túnel chega a 62 metros abaixo da superfície. O Marmaray foi inaugurado em 29 outubro de 2013 depois de 150 anos de ter sido sonhado e planejado por vários governantes turcos. A ideia do túnel submerso nasceu em 1860, quando um sultão propôs uma passagem sob a água ligando o território europeu ao asiático

em Istambul, na tentativa de transformar a cidade num centro internacional. Porém limitações técnicas e financeiras impediram a construção. O projeto voltou a ser cogitado em 1990 devido à explosão demográfica em Istambul, mas as obras só começaram mesmo em 2004, quando o governo turco conseguiu financiamento. “O sonho de vários séculos se tornou realidade”, declarou o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, durante a cerimônia oficial de inauguração. O empreendimento, contudo, ainda não opera com 100% de sua capacidade. A previsão é de que isso ocorra em 2015, e a expectativa é que o túnel transporte até 1,5 milhão de passageiros por dia e reduza em pelo menos 20% o fluxo de trânsito de Istambul, especialmente sobre as duas pontes que atravessam o Bósforo.

ANTI-TERREMOTO O Marmaray é um túnel com duplo tubo submerso e foi desenhado para resistir a terremotos de até 9 graus. Isso porque ele se encontra a apenas 20 km da Falha do Norte da Anatólia, região com forte atividade sísmica. Para garantir a segurança, foram feitos estudos minuciosos que recolheram dados geológicos, geofísicos, hidrográficos e meteorológicos. Especialistas do Japão e dos Estados Unidos



Notícias do Mundo

participaram do projeto. Para resistir aos abalos sísmicos, a união dos segmentos foi feita com estruturas de borracha, que impedem a entrada de água e garantem a flexibilidade necessária durante os terremotos. O túnel também possui engrenagens das comportas que podem vedar cada trecho. Além disso, seus segmentos metálicos são montados dentro de uma canaleta de nove metros de profundidade, que faz parte de uma base de concreto com 16 metros de altura. O túnel possui 1,4 km submersos a mais de 50 metros da superfície. A área do túnel que fica embaixo d'água foi montada em terra: são 11 segmentos metálicos, de 135 metros de comprimento cada um.

RELÍQUIAS HISTÓRICAS A construção do Marmaray começou em 2004, mas sofreu um atraso de quatro anos. Durante as escavações da estação de Yenikapi, no lado europeu de Istambul, foi encontrado um verdadeiro tesouro arqueológico dos períodos neolítico, bizantino e otomano. Mais de 40 mil objetos saíram dessas escavações. Entre as relíquias, foram encontrados, em bom estado de conservação, mais de 30 navios bizantinos dos séculos 6 ao 11 – a maior frota medieval conhecida. Entre eles,

provavelmente estão os barcos de guerra mais antigos já resgatados. Também foi encontrada uma tumba neolítica de 8,5 mil anos que contém os restos humanos mais antigos achados até hoje. Sandálias de madeira dos navegantes, suportes para incenso, ânforas, estátuas, âncoras e outras peças completam o tesouro arqueológico. Devido à importância do legado histórico, o projeto possuiu dois historiadores para certificar as descobertas arqueológicas e cuidar de sua preservação. Os achados, que a Unesco já classificou como patrimônio da humanidade, ficarão expostos nas estações à entrada e saída do túnel e em um museu que deve ser construído futuramente.

EXPERIÊNCIA BRASILEIRA O Brasil também tem o ambicioso projeto de construir o seu primeiro túnel submerso. O Submerso, nome do túnel que vai ligar Santos ao Guarujá, em São Paulo, deve começar a ser construído em julho deste ano. A previsão é que as obras durem três anos. Atualmente, a ligação entre Santos e Guarujá é feita pela rodovia Cônego Domenico Rangoni, que tem 43 km de extensão, e pelas balsas da Dersa, que levam em média 18 minutos para concluir a travessia e atendem cerca de 20 mil carros por dia. Com o túnel, a travessia

passará a ser feita em apenas dois minutos. Isso acarretará uma economia de 2,5 milhões de horas por ano gastas no trânsito. Além do trajeto mais rápido, a expectativa é que o túnel diminua consideravelmente o tráfego intenso que há nas travessias atuais. “O impacto econômico será imenso. Não será mais necessário esperar 30 minutos pela balsa, nem enfrentar congestionamento e filas intermináveis nos horários de pico. E isso se reflete também na qualidade de vida, com um impacto social e econômico positivo”, explica Tarcísio Barreto Celestino, professor da Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, e vice-presidente da Associação Internacional de Túneis e Espaço Subterrâneo (ITA).

O projeto inicial era construir uma ponte entre Santos e Guarujá. No entanto, ele se mostrou inviável porque a ponte teria que ter ao menos 85 metros de altura para permitir a passagem de grandes embarcações em direção ao porto, ao mesmo tempo em que não poderia ultrapassar os 75 metros de comprimento para não interferir no espaço da base aérea de Santos. A construção de um túnel escavado também foi descartada, pois as condições geológicas da região não são favoráveis. “Uma ponte teria que ser muito alta e

MUN

longa. Um túnel escavado teria que ser muito profundo. Essas obras causariam um impacto urbanístico e econômico maior. Por isso o túnel submerso é a melhor solução”, aponta Celestino.

DESAFIO TECNOLÓGICO O túnel terá 762 metros de extensão, 950 metros de rampas e será construído a 21 metros de profundidade. O Submerso vai ter três faixas de rolamento em cada sentido e uma galeria de circulação para pedestres e ciclistas. O orçamento total do empreendimento é de R\$ 2,4 bilhões. Seis módulos de concreto, que serão construídos em terra e depois submersos, comporão o túnel. Para garantir a estanqueidade dos módulos, os materiais empregados no concreto passarão por vários ensaios, para comprovar que sua qualidade obedece às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às especificações de projeto. Para evitar a formação de microfissuras e impedir a infiltração da água do mar, será utilizado concreto de alta resistência e impermeabilidade, que será refrigerado com a utilização de gelo. Estuda-se a possibilidade do uso de serpentinas embutidas na massa para promover uma pós-refrigeração das peças durante o processo de endurecimento e



Marmaray liga dois continentes

impedir a ocorrência de fissuras. A união e estanqueidade entre os módulos serão efetuadas com peças especiais e um sistema de dupla vedação. “O Brasil nunca fez uma obra como essa antes. Túneis submersos são muito comuns no norte da Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Cuba e Argentina também têm túneis submersos. Mas nós nunca fizemos um antes”, diz Celestino. Por isso, a empresa holandesa Haskoning Nederland B.V., responsável por projetos similares em vários países, dará consultoria à obra.

GANHOS E PERDAS O túnel fará a ligação entre o cais de Outerinhos, no bairro do Macuco, em Santos, e o Linhão da Codesp, no bairro de Vicente de Carvalho, no Guarujá. O

local foi escolhido após um estudo que apontou ser essa a região que gerará o maior número de benefícios, atendendo demandas de automóveis, caminhões, ônibus, bicicletas e pedestres. O projeto também permitirá a passagem de um veículo leve sobre trilhos (VLT) e dará acesso ao futuro aeroporto metropolitano e ao terminal rodoviário de Vicente de Carvalho. “O impacto ambiental também será positivo. Isso porque a emissão de poluentes dos carros nesse trajeto demorado é muito grande. Com a redução do tempo e do percurso, há uma consequente redução de partículas poluentes. Estudos apontam uma redução de 22% na emissão de dióxido de carbono, de 62% de material particulado e de 53% de sulfato até 2020”, aponta Celestino.

Para a construção da obra, a estimativa do governo estadual é que até 270 imóveis sejam desapropriados na área do Macuco, em Santos. No Guarujá, a estimativa é de que sejam necessárias até 1.220 desapropriações no distrito de Vicente de Carvalho. Com isso, quase quatro mil pessoas terão que deixar suas moradias. O governo deve gastar perto de R\$ 362 milhões em desapropriações e reassentamentos.

Chris Bueno



Notícias do Mundo

ROBÓTICA

Eles, robôs cada vez mais perto de nós

No início da década de 1980 a fábrica japonesa Honda iniciou suas pesquisas em uma área que, na época, parecia pertencer ao ramo da ficção científica: o projeto de um robô que andasse e se movimentasse como um ser humano. Mas foi apenas vinte anos depois, em 2000, que o primeiro modelo, com pouco mais de um metro de altura, foi apresentado ao público. Quando o robô Asimo subiu ao palco pela primeira vez ele ainda parecia apenas um brinquedo muito grande e caro.

O nome dado pela Honda ao projeto foi escolhido a dedo. Era uma homenagem a Isaac Asimov, autor de ficção científica e pai do conceito do robô moderno, um humanoide servil que auxilia o homem nas tarefas mais pesadas, é consciente da sua existência como objeto e sempre protege os seres dotados de vida. Asimo era também uma sigla que significava algo como “passo avançado em mobilidade inovadora” (advanced step in innovative mobility, em inglês). O projeto, entretanto, era visto por muitos como estratégia de marketing, ou seja, uma forma da Honda demonstrar seu portfólio

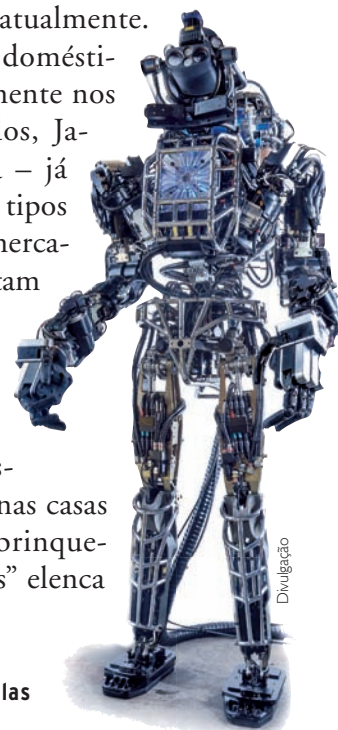
tecnológico, mas não um produto economicamente viável.

Em 2013, quando os projetos Petman e Atlas, da empresa americana Boston Dynamics, vieram a público, algo aconteceu: as pessoas descobriram que a ideia por trás do Asimo não era apenas um sonho tecnológico. Os modelos estão bem mais próximos do cenário que estamos acostumados a ver em filmes de ficção científica. O robô Atlas, por exemplo, tem um avançado sistema de visão, habilidade motora fina nas mãos e pode caminhar em terrenos acidentados. Ele está sendo desenvolvido sob a supervisão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Darpa). No início de 2014, a gigante Google comprou a Boston Dynamics em um negócio que inclui seus contratos com o exército americano. O que virá a seguir, possivelmente, serão robôs cada vez mais humanizados e mais inteligentes também.

“Os chamados *legged robots*, ou robôs com pernas, já são uma realidade e uma tendência de mercado, seja para ambientes domésticos, auxiliando no trabalho pesado e como acompanhantes de pessoas idosas – um problema real em países com alta taxa de envelhecimento da população, como o Japão e Europa – seja no âmbito militar, onde projetos como o Wild Cat e Big Dog propõem *legged robots* que auxiliem

no carregamento de cargas em ambientes hostis e terrenos acidentados”, diz Samuel Bueno, pesquisador do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) Roberto Archer, em Campinas, um dos polos de excelência em pesquisa em robótica, mantidos pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Os *legged robots*, entretanto, são apenas uma das diversas formas em que sistemas automatizados estarão presentes na vida cotidiana. Vários tipos de robôs já fazem parte do dia a dia de diversos públicos.

ROBÔS DO DIA A DIA “Quatro grandes áreas de atuação desses sistemas automatizados estão em evidência atualmente. No ambiente doméstico – especialmente nos Estados Unidos, Japão e Europa – já existem vários tipos de robôs no mercado. Eles executam tarefas como cortar grama, limpar piscinas e janelas e também estão presentes nas casas na forma de brinquedos complexos” elenca Bueno.



Robô Atlas

Divulgação

MUN

Na medicina, os equipamentos que auxiliam intervenções cirúrgicas e a tele presença também são realidade para muitos profissionais de saúde. “Além disso, já há projetos de robôs que interagem com o público, como recepcionistas robóticos, e robôs que auxiliam em diversos afazeres dos hospitais como limpeza e entrega de medicamentos”, complementa o pesquisador. Em ambientes externos, o auxílio de sistemas automatizados em empresas e mesmo na agricultura também é cada vez mais presente. “A indústria automotiva foi pioneira na área. Desde a década de 1980 ela investe na automação das linhas de produção. Na agricultura os robôs, chamados popularmente de drones, também ganham espaço, assim como na área ambiental”, completa.

AUTONOMIA Os drones – aviões não tripulados, sistemas aquáticos e subaquáticos e veículos terrestres – fazem parte da categoria que mais recebeu investimento nas últimas décadas na área de robótica. Apesar das considerações morais que seu uso militar implica (as discussões chegaram até mesmo ao cinema, como pode ser visto no filme *Robocop*, em *remake* dirigido pelo cineasta brasileiro José Padilha), o investimento gerou frutos também na área civil. Em fevereiro deste ano, por exemplo, a empresa britânica Rolls-Royce, mais conhe-

cida pelos carros luxuosos e turbinas de avião, divulgou um projeto para criar uma frota de navios automatizados. A União Europeia tem investido na ideia para diminuir os custos de transporte marítimo.

“No Brasil optou-se por investir em pesquisas com veículos aéreos não tripulados (VANTs), especialmente para monitoramento de fronteiras. Já existem vários dispositivos robóticos auxiliando no mapeamento e geoprocessamento de dados na agroindústria e no levantamento ambiental de áreas remotas”, explica Bueno. “Outra tendência é que esses dispositivos robóticos se comuniquem entre si. Esses sistemas robóticos homogêneos, como os chamamos, compartilham informações e complementam suas funções. Um VANT pode enviar informações para um Veículo Robótico Terrestre de Exterior (VERO) e dar coordenadas ou dados do terreno em que ele está se movimentando”, diz o especialista, que faz parte de uma equipe que estuda esse tipo de dispositivo robótico.

Ainda segundo Bueno, os VEROs também podem ser usados no ambiente urbano, auxiliando a condução de veículos. “A autonomia de dispositivo robótico se baseia em dois pilares principais: autoavaliação – checar sua integridade – e saber como está o ambiente ao seu redor. Isso facilita que um robô tome decisões simples, liberando o opera-

dor para escolhas mais estratégicas. A visão robótica auxilia na segunda parte dessa tarefa, a mais complexa, melhorando sua noção do ambiente que o cerca”, diz.

AUTÔMATOS E CIBORGUES A autonomia desses sistemas é o próximo passo na área de robótica. Com a compra da Boston Dynamics pelo Google a grande aposta é que a inteligência artificial embarcada nesses dispositivos robóticos tenha grande impulso. Essa tendência é reforçada pelo fato do Google também ter adquirido o DeepMind, um programa de inteligência artificial usado originalmente em videogames e cujo diferencial é aprender com as jogadas do oponente.

Outra vertente da robótica é a integração entre máquina e cérebro. “Há diversas pesquisas envolvendo robótica na área de neurociência. As mais conhecidas são aquelas relacionadas ao controle de próteses mecânicas”, aponta Bueno. “Um ponto muito importante também é a interface humano-robô. Como as pessoas lidarão com o fato de terem que se relacionar com dispositivos robóticos que andam, falam e interpretam o que você diz? E como esses robôs interpretarão as emoções, as mensagens e respostas das pessoas”, questiona o especialista do CTI.

Enio Rodrigo



ENTREVISTA: ELIZABETH RASEKOALA

Fundadora da Rede da África e do Caribe para a Ciência e a Tecnologia (ACNST)

A Rede da África e do Caribe para a Ciência e a Tecnologia (ACNST) é uma ONG criada em 1995, na Cidade do Cabo, África do Sul, pela engenheira química nigeriana Elizabeth Rasekoala. O trabalho da rede é promover o desenvolvimento do capital humano; discutir questões de raça e igualdade de gênero e incentivar a inclusão social no empreendimento científico. “Eu diria que o trabalho da rede teve um impacto profundo, com mudanças reais”, afirma Elizabeth. A fundadora da ACNST é uma das palestrantes da 13ª Conferência Internacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (PCST), realizada de 5 a 8 de maio em Salvador, Bahia. Ela debaterá sobre o principal tema do evento: comunicação pública da ciência para inclusão social e engajamento político. Nesta entrevista, Rasekoala fala sobre os principais desafios do desenvolvimento científico no continente africano e sobre as mudanças que ocorreram desde que a ACNST foi criada.



Acervo da entrevistada

Trabalho da rede ampliou participação feminina nas ciências

Ciência e Cultura: Quais são os principais desafios para o desenvolvimento científico no continente africano?

Elizabeth Rasekoala: O primeiro grande desafio é a vontade política. Isso se aplica a todos os países africanos. Nossos políticos parecem não entender que a ciência tem papel fundamental para o desenvolvimento. Isso é uma grande frustração. O segundo problema é o financiamento para ciência e para pesquisa. Há mais de vinte anos, todos os países africanos se comprometeram, no âmbito do Plano de Ação de Lagos, em gastar pelo menos 1% de seu PIB em pesquisa científica. Até agora, apenas cinco países atingiram esse objetivo:

Egito, Marrocos, Tunísia, Maurício e Ruanda, único país que não só atingiu como excedeu esse objetivo. Hoje, Ruanda emprega 3% do PIB em pesquisa científica e o governo se comprometeu a ampliar essa porcentagem para 5% até o fim desta década. Nossos institutos de pesquisa científica dependem de financiamento estrangeiro. Então, a realidade é que as necessidades de desenvolvimento do continente não são atendidas. O tipo de pesquisa que se faz na África é totalmente desconectado da realidade da vida das pessoas comuns, o que nos leva ao terceiro desafio: essa desconexão significa que a mentalidade científica não está incorporada na cultura da maioria do nosso povo.



A ciência continua sendo praticada por uma elite. Isso é um problema grande. O quarto desafio é o desenvolvimento de capital humano, de encontrar maneiras de ampliar a força de trabalho científica a partir do nível escolar até a universidade e os institutos de pesquisa. Acabamos perdendo o capital humano limitado que somos capazes de formar através da “fuga de cérebros”. As pessoas se qualificam, fazem doutorado e vão para o exterior porque não há oportunidades no continente. Nós continuamos nesse ciclo vicioso. Eu diria que esses quatro principais desafios se aplicam a todos os 54 países do continente.

Como é possível tornar a ciência importante para o debate público e inclusão social nos países em desenvolvimento em que a população sofre com a falta de condições básicas de sobrevivência?

Não se trata apenas de sobrevivência. Precisamos de um debate público sobre ciência que realmente permita à maioria da população estabelecer a relação entre a vacinação e as doenças infantis, como pólio, sarampo e o impacto na mortalidade infantil, algo que faça mulheres entenderem a ligação entre planejamento familiar, contracepção e o impacto no índice de mortalidade materna, um dos principais indicadores de desenvolvimento. Um dos consensos sobre o continente africano é que a falta de inclusão social é a causa principal de conflitos. A ciência pode auxiliar a

inclusão social nesses países o que evitaria vários conflitos.

Você afirmou que a ACNST foi criada porque havia uma grande preocupação com a sub-representação de pessoas negras em ciência, engenharia e tecnologia. O que mudou de 1995 até hoje?

Antes de a rede começar, essa questão era ocultada no Reino Unido e na Europa. Todos conheciam a situação, mas ninguém queria comentar. O que nós fizemos foi mostrar que autoridades do setor educacional e dos governos escondiam dados que demonstravam essa segregação. A partir desses dados, mudamos o discurso para que a questão da segregação por raça e gênero fosse integrada às discussões sobre o sistema de ciência e tecnologia. Foi uma luta que levou cinco anos, mas chegamos lá. Hoje, o governo é responsável pela coleta de dados em níveis escolares e nas universidades para mostrar as realizações por gênero e raça em matemática e ciência. Também conseguimos mudanças na formação de professores, além da elaboração de materiais culturalmente apropriados de aperfeiçoamento em matemática e ciência, alguns desses produzidos por autoridades do setor educacional. Finalmente, conseguimos fazer o sistema científico aceitar que havia um problema e que era necessário mudar. Eu diria que o trabalho da rede realmente teve um impacto profundo. Foi uma batalha que alcançou mudanças reais.

Ainda existe muito preconceito em relação a questões de gênero. Como está a situação na África?

É um desafio em todos os países do continente. Alguns estão melhores que outros. O leste africano é uma região modelo em termos de gênero na ciência e tecnologia. Eles têm instituições bastante sólidas que ajudam a sustentar os avanços nesta questão. A região do oeste africano está bem, não por causa das instituições, mas por causa das dimensões culturais. Os Iorubas, por exemplo, tem uma cultura que realmente valoriza a mulher. O mesmo acontece com as mulheres Igbo. Acredito que, por isso, as pessoas acham que não existe uma necessidade de inserir as mulheres nos quadros das instituições. Não é verdade. Devemos olhar para o continente de maneira mais institucional para tratar questões de gênero em ciência e tecnologia. De modo geral, a parte boa é que nos níveis fundamental, médio e na universidade, a participação de garotas em temas relacionados a matemática e ciências está crescendo. A luta é para que as mulheres também façam mestrado e doutorado e se insiram no mercado de trabalho. É na pós-graduação que mais perdemos mulheres, o que é realmente uma pena, pois não temos um modelo para convencer as meninas mais jovens de que elas podem ter uma carreira valiosa.

Giselle Soares

FUTEBOL

COORDENADOR

Bernardo Buarque de Hollanda

Luiz Carlos Ribeiro

Fernando Segura Millán Trejo

Victor Andrade de Melo

Silvio Ricardo da Silva

Priscila Augusta Ferreira Campos

Elcio Cornelsen

Sérgio Settani Giglio

APRESENTAÇÃO

FUTEBOL, CIÊNCIA E CULTURA

Bernardo Buarque de Hollanda

Não é casual que os dossiês dedicados a futebol em periódicos acadêmicos e em revistas de divulgação científica costumem aparecer de quatro em quatro anos. A motivação tem por epicentro, é claro, a realização da Copa do Mundo, torneio quadrienal organizado pela Fifa desde 1930 e competição futebolística que se consagrou como megaevento de escala planetária nas últimas décadas.

De modo regular, a cada quadriênio, a universidade é provocada, é instada a pensar sobre esse fenômeno global que catalisa corações e mentes, durante trinta dias corridos, entre os meses de junho e julho do ano. Espectadores e telespectadores dos diversos quadrantes do mundo voltam-se então para o acompanhamento dos jogos do torneio.

Sondagens midiáticas afirmam que cerca de um terço do globo assiste a partida final de um Mundial, em frente a um aparelho de televisão, em casas, em bares ou em espaços públicos. Esse é apenas um indicador, entre tantos, que permitem comprovar a sua magnitude contemporânea.

Um levantamento da produção bibliográfica sobre futebol, no Brasil e fora dele, corrobora o interesse de revistas acadêmicas em tratar do tema durante a voga desses anos especiais. Trata-se de compreender e explicar, para não dizer de decifrar, o que torna tão atraente tal modalidade esportiva. O desafio compreensivo e explicativo mobiliza os mais diferentes ângulos de análise — culturais, políticos, sociais, econômicos e até psicológicos — a fim de dar conta da latitude e da longitude do fenômeno.

No caso brasileiro, o fato torna-se ainda mais acentuado em 2014, porque o Brasil protagonizará uma dupla encenação, dentro e fora de campo. Eleito em 2007 pela Fifa à condição de país-sede pela segunda vez na sua história, fato sucedido a poucos países no mundo — a exemplo de França, Itália, Alemanha e México — o Brasil terá a obrigação moral de encenar, nos gramados, o chamado *beautiful game*. E também de vencer, diga-se de passagem...

Conforme se sabe, desde a segunda metade do século XX, o Brasil consagrou-se em âmbito internacional como “o país do futebol”. Mais precisamente a partir dos anos 1930, seu estilo de jogo passou a caracterizar-se como virtuoso, criativo e surpreendente, uma espécie de segunda natureza do homem brasileiro. Tal imagem é acionada com frequência desde então, e de maneira às vezes um tanto estereotipada, sempre que se fala da única seleção nacional cinco vezes campeã mundial.

Em paralelo à expectativa dentro das quatro linhas, há um jogo tão ou mais difícil de vencer: a organização do torneio. A dificuldade de organizar um evento hoje tão complexo e intricado pode ser aferida no debate que ocorre no país. Ele tem por base as obras de infraestrutura realizadas nas doze cidades que abrigarão a competição da Fifa.

O crescente rigor das exigências dessa entidade, através de um Caderno de Encargos imposto ao país-sede, tem colocado em discussão o suposto “legado” esportivo e social desse megaevento. Destaquem-se, em particular, as obras destinadas a modernizar os estádios brasileiros, a proporcionar a mobilidade urbana, a aumentar a capacidade da rede hoteleira, a prover a segurança do evento com tecnologia de ponta, a permitir a renovação infraestrutural dos seus aeroportos e a ativar o mercado da construção civil.

O altíssimo custo de tais obras fez com que os meios de comunicação colocassem em foco se se tratava mesmo de um investimento ou, a bem dizer, de um gasto, assaz oneroso. A atuação do Estado brasileiro, com o empenho do bem público financeiro em obras esportivas destinadas a um megaevento privado, promovido por uma entidade transnacional com sede na Suíça, a Fifa, está no centro da divisão entre aqueles que se colocam a favor e aqueles que se manifestam contra o evento no país.

Se o modelo de parceria público-privada, conhecida pela sigla PPP, era considerada a ideal pelos gestores esportivos e pelos organizadores do empreendimento, a triplicação dos custos para reformar as arenas — o Maracanã, por exemplo, saltou de US\$ 200 milhões no início para US\$ 600 milhões ao final — contribuiu para a atmosfera insurgente contra o governo brasileiro. Tal insurgência tornou-se mais contundente durante os protestos populares ocorridos desde 2013, no contexto da Copa das Confederações e na esteira das manifestações contra o aumento dos preços das passagens de ônibus nas principais capitais brasileiras, em fatos que abalaram e convulsionaram o país.

Às vésperas do início do torneio, pois, é essa ambiência crítica e cética que ronda boa parte do Brasil. Embora as propagandas televisivas projetem a imagem de uma nação unanimemente voltada para o futebol, pode-se relativizar, em parte, essa suposta unanimidade futebolística, fomentadas pelas dúvidas sobre o real legado do Mundial para o Brasil, em especial sobre os benefícios efetivos para o país com o erguimento das multimilionárias arenas.

De fato, o apelo popular dessa modalidade esportiva pode ser observado no dia a dia do país, com as conversas regulares entre

os cidadãos brasileiros a respeito dos jogos e, principalmente, pelo interesse dos mesmos nos “clubes do coração”, indicando um modo de sociabilidade constitutivo do etos nacional.

Não obstante, o futebol não é apenas motivo de consenso. Veículo identitário, esse esporte reflete a estrutura dos conflitos presentes na sociedade brasileira. A Copa é, assim, um momento privilegiado para que tal dimensão conflitiva venha a aflorar, sobretudo em se tratando de um ano de Mundial sediado no Brasil.

*

É assim, em muito boa hora, que a revista *Ciência e Cultura* teve a iniciativa de dedicar o espaço de seu Núcleo Temático para tratar das práticas e das representações, tanto consensuais quanto contraditórias, que povoam o imaginário do futebol brasileiro.

Ao selecionar os professores e pesquisadores para participar deste Núcleo, tivemos a preocupação de atender às linhas mestras preconizadas pela editoria da revista: valorizar a perspectiva interdisciplinar no tratamento de um assunto polissêmico e ressaltar a importância da diversidade regional no vínculo institucional dos convidados.

Junto a essas diretrizes, procuramos dar importância também, na seleção dos textos, à apresentação das múltiplas abordagens possíveis, conquanto inesgotáveis, sobre o futebol. Nosso intuito era não resvalar para o monotemático e imediato interesse pela Copa do Mundo, nem tampouco restringir o enfoque às performances do profissionalismo de alto rendimento. Se o Mundial é o ponto de partida, centelha que anima nossa reflexão, estamos longe de nos cingir ao megaevento nos sete artigos enfileirados neste Núcleo Temático, como se verá na apresentação a seguir.

O dossiê principia com o artigo do historiador Luiz Carlos Ribeiro, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade, Ribeiro tem uma contínua produção na área, com experiências de pesquisa na França e com concentração de interesse na análise dos efeitos da globalização na prática futebolística contemporânea.

No capítulo ora apresentado, o autor dedica-se a avaliar os impactos político-sociais dos megaeventos esportivos, incluindo os Jogos Olímpicos, no Brasil. A moldura institucional dos esportes é abordada por meio da dissecação dos jogos de poder e das redes de relação entre agentes e entidades representativas, a saber: Fifa, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o Comitê Olímpico Internacional (COI), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Ministério dos Esportes, entre outros.

A escolha das fontes examinadas por Ribeiro — relatórios de empresas de consultoria, livros de especialistas estrangeiros, documentos oficiais de governo — é estratégica. Ela permite endossar a crítica do autor à ausência de transparência, bem como ao excesso de verticalização no modo como os organizadores e patrocinadores conduzem a centralizada gestão internacional dos jogos.

Em seguida, o segundo artigo vem assinado por um sociólogo de origem mexicana, que se encontra no Brasil desde agosto de 2013, para desenvolver uma pesquisa de pós-doutorado, em uma espécie de acompanhamento etnográfico dos preparativos para a realização da Copa de 2014. Doutor em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Fernando Segura Trejo estudou na França um projeto de integração social intitulado Homeless World Cup.

O torneio, surgido em 2003 e idealizado por organizações não governamentais que atuam em rede global, procura valer-se do futebol como um mecanismo de visibilidade para uma questão ao mesmo tempo humanitária, filantrópica e social: os sem-teto. Em paralelo ao grande evento midiático, esta organização procura incluir desabrigados, moradores de rua e toda sorte de desvalidos, em situação de risco ou vulnerabilidade. A estes é proporcionada, por meio do esporte, a contrapartida de uma reintegração paulatina à sociedade e à cidadania.

Em seu artigo para o presente dossiê, Trejo apresenta não apenas o projeto capitaneado pela Football for Hope, mas traça um amplo painel das instituições promotoras de atividades dessa natureza. O quadro inclui as ações desenvolvidas por órgãos congêneres no próprio Brasil, cujo interesse se potencializa com a aproximação do Mundial de 2014.

Os dados afiguram-se surpreendentes, em razão da quantidade de iniciativas, da amplitude do seu raio de ação e da aderência encontrada entre os participantes dessas edições futebolísticas, que o autor chama de “ferramenta motivacional e educativa”, durante os primeiros anos do século XXI.

O terceiro artigo é de autoria do historiador Victor Andrade de Melo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O professor possui uma das mais impressionantes produções sobre os esportes no Brasil, responsável também pela formação de uma notável geração de pesquisadores na área, que floresceu no Sport — Laboratório de História do Esporte e do Lazer. Uma das grandes virtudes de seu trabalho é situar o futebol em perspectiva diacrônica e comparada.

A comparação e o contraste histórico se dão não apenas entre as diversas modalidades esportivas, como também entre os diferentes casos nacionais — sobretudo com os países africanos de língua portuguesa, uma de suas últimas frentes de pesquisa — o que permite novas descobertas e gera rendimentos inesperados para esse campo de investigação.

Aqui, em “Futebol, lazer e práticas lúdicas”, Melo desloca a usual escala “macro” de abordagem do futebol, incorporada no interior da onipresente indústria do entretenimento e das mídias espetacularizadas nas grandes metrópoles, para aquilo que chama de práticas lúdicas do cotidiano.

Sem necessariamente fazer um contraponto maniqueísta entre um e outro, uma vez que o autor não deixa de incluir o videogame, por exemplo, em sua análise, Melo relembra os modos de praticar jogos que derivam de atividades, por assim dizer, desinteressadas.

**AO CONTRÁRIO
DAS COPAS DO
MUNDO, A EQUIPE
DO BRASIL
NUNCA
FOI CAMPEÃ
EM JOGOS
OLÍMPICOS**

Futebol, “futebóis”: é no plural e na multiplicidade que se tangencia a brincadeira dos pés com a bola, de que resultam, não obstante, efeitos estéticos mais amplos: pinturas, filmes, livros, obras capazes de situar o tema em planos culturais e artísticos elevados.

A sequência do Núcleo Temático traz um tópico importantíssimo na relação entre o futebol e as suas potencialidades pedagógicas. Trata-se de um olhar voltado para a sociabilidade escolar proporcionada pela educação física. O artigo vem assinado por Sílvia Ricardo da Silva, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Priscila Augusta Ferreira Campos, que atualmente cursa o doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ambos integrantes do atuante Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (Gefut).

Se o peso da educação física na escola é muitas vezes associado a processos disciplinares do corpo, extraídos de discursos eugênicos, médicos e militares, os autores seguem aqui as sendas históricas da redemocratização brasileira, nos anos 1980, quando emergem novas concepções de seu usufruto. Em particular, Silva e Campos frisam a importância adquirida pelo termo “cultura corporal em movimento”, uma acepção mais holística e integradora da criança, do adolescente e/ou do jovem, quer seja com o corpo, quer seja com o ambiente em que este se projeta.

Apesar das novas possibilidades, os autores, eles próprios professores de educação física, não deixam de ressaltar críticas ao reducionismo com que a área vem sendo tratada nos colégios brasileiros, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Silva e Campos criticam a tradicional visão da disciplina, como se se tratasse única e exclusivamente de um passatempo ou de uma recreação, sendo mero confinamento do estudante ao espaço geométrico de uma quadra de ginástica.

A reprodução naturalizada das diferenças de gênero, as práticas racistas, homofóbicas e sexistas, assim como o advento da chamada “violência nas escolas” são alguns dos temas incontornáveis da sociedade e, por conseguinte, da sala de aula. Seu debate, portanto, deve encontrar abertura e guarida no ambiente escolar — por que não uma aula de educação física em uma biblioteca? — e os educadores devem estar predispostos e capacitados a fazê-lo em seu interior.

O quinto artigo intitula-se “Futebol, literatura e música: uma análise dos hinos dos clubes brasileiros”. Seu autor é Elcio Cornelsen, professor do Departamento de Letras da UFMG e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes (Fulia).

O artigo articula duas das dimensões mais férteis da vida cultural brasileira com o futebol, que Cornelsen chama de chave de leitura para a interpretação da sociedade e do Brasil. O ponto articulatório entre a literatura e a música encontra-se nos hinos marciais e populares dos clubes de futebol brasileiros, que surgiram nas primeiras décadas do século XX. É esta a fonte primordial em torno da qual o professor examina como o literário e o musical se instilam no imaginário futebolístico e na ritualística esportiva.

No capítulo, o autor contrapõe, a título de análise sintática e semântica dos versos hínicos, duas das principais canções associadas ao Fluminense Football Club (1902), ao longo da sua história. O primeiro, de 1915, composto pelo escritor Henriques Coelho Neto,

imortal da Academia Brasileira de Letras, e o segundo, do início da década de 1940, de autoria do compositor Lamartine Babo, um dos grandes mestres de marchinhas carnavalescas no país.

O sexto artigo tem por autor Sérgio Settani Giglio, doutor em educação física na Universidade de São Paulo (USP), integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens/USP) e também coordenador de um dos sites mais instigantes dedicados à difusão e à reunião de conhecimentos sobre futebol, o Ludopédio (<http://www.ludopedio.com.br/rc/>).

O artigo aqui apresentado, “Muito mais do que um jogo: os embates entre o COI e a Fifa pelo controle do futebol olímpico”, traz um olhar surpreendente acerca da Seleção Brasileira, ao observá-la sob o ângulo da participação do país nas Olimpíadas. Ao contrário das Copas do Mundo, a equipe do Brasil nunca se sagrou campeã em Jogos Olímpicos.

Tal “fracasso” futebolístico, para país com tamanha reputação na modalidade, contribui para fazer cair por terra as visões naturalizadoras e essencialistas acerca da inata habilidade e da suposta superioridade do jogador brasileiro.

Giglio investe, assim, nos aspectos organizativos do futebol, com uma grande contribuição à história política deste esporte. Duas das grandes instituições multimilionárias e monopolistas, que controlam os direitos esportivos na contemporaneidade, são postas frente a frente: a Fifa *versus* o COI.

O olhar atento do pesquisador acompanha os embates institucionais em torno da definição dos termos “amadorismo” e “profissionalismo”, a fim de entender as disputas pelo controle do futebol ao longo do século XX. Um de seus pontos críticos são os Jogos Olímpicos de Amsterdã, em 1928, quando as querelas entre amadoristas e profissionais levaram a Fifa a uma secessão, que culminou na idealização e na realização da primeira edição de uma Copa do Mundo, a do Uruguai, em 1930.

À leitura, pois!

Bernardo Buarque de Hollanda é professor-adjunto da Escola de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e pesquisador do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil na mesma instituição (CPDOC). Ele é editor da revista Esporte & Sociedade. Email: bernardobuarque@gmail.com

POR UMA ANÁLISE SOCIAL E POLÍTICA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL

Luiz Carlos Ribeiro

Como o próprio título anuncia, dada a complexidade do tema, a proposta é limitar a abordagem da realização de megaeventos esportivos no Brasil a alguns aspectos políticos.

O debate no Brasil sobre as potencialidades do país sediar megaeventos esportivos já tem mais de uma década. É um tempo que coincide com o aumento vertiginoso da exploração econômica do chamado “movimento olímpico” e do *fair-play* do futebol, com a crescente internacionalização da economia nacional, embora fundada em um frágil pacto social e político.

Nos últimos anos houve algumas tentativas de cidades brasileiras sediarem os Jogos Olímpicos, como foi o caso do Rio de Janeiro em 2004 e 2012 e de Brasília em 2000. Mas é a partir da realização no Rio de Janeiro dos Jogos Panamericanos, de 2007, e dos preparativos da campanha do Brasil para sediar a Copa da Fifa (Fédération Internationale de Football Association), de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016, que a discussão sobre o interesse político e cultural, os impactos e os legados possíveis de megaevento ganharam mais consistência.

A partir de então, diversas empresas públicas e privadas desenvolveram diagnósticos e perspectivas. Consultores externos foram convocados, o sistema de televisão e as empresas patrocinadoras dos eventos participaram na formalização de estratégias e logísticas. Além, é claro, da direção das entidades internacionais organizadoras dos eventos, como a Fifa e sua filiada nacional, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Olímpico Local (COL).

Portanto, há mais de um década que, no Brasil, vem se constituindo, em torno desses eventos específicos — a Copa da Fifa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 —, uma complexa rede de agentes e instituições, envolvendo instâncias públicas e privadas, tendo se criado, com isso, uma importante massa crítica sobre megaeventos esportivos.

No plano internacional, desde os Jogos Olímpicos de Atenas (2004) e de Pequim (2008), e da Copa do Mundo de Futebol na África do Sul, em 2010, por motivos econômicos e políticos diferenciados, o business esportivo e as empresas de consultorias aprimoraram seus conhecimentos sobre impacto, viabilidades e organização desses megaeventos. Essas edições esportivas citadas, seja por se encontrarem fora do eixo dos países da economia central, seja por conta de seus problemas políticos e sociais internos, foram especialmente estudadas, pois eram vistas pelos organizadores e investidores como eventos de risco. Mais recentemente, pode-se incluir nessa lista os Jogos Olímpicos de Inverno, de 2014, realizados em Sochi, na Rússia. De modo inverso e para ficar apenas com exemplos mais recentes, a Copa do Mundo de Futebol de

2006, na Alemanha, e os Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, são considerados paradigmas opostos aos exemplos acima. Em princípio, pelo seu perfil socioeconômico, o Brasil se localiza entre os países de risco elevado.

Queremos dizer com isso que, apesar de ser pequena a experiência brasileira em organizar espetáculos esportivos dessa magnitude, os referenciais técnicos, econômicos ou políticos para a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos são, desde o início dos anos 2000, de amplo conhecimento das instituições públicas e privadas do país. E, de longa data, um conhecimento consolidado na literatura internacional, em especial entre as entidades organizadoras, investidores privados e consultores.

Já os dossiês das duas candidaturas, para a Copa e para os Jogos Olímpicos, revelavam um conhecimento técnico e político da complexidade que seria realizar esses eventos no Brasil.

Uma referência é o seminário “Legados de megaeventos esportivos”, organizado em 2008 pelo Ministério do Esporte⁽¹⁾, quando diversos especialistas, nacionais e internacionais, tiveram participação. Destaca-se, por exemplo, a consultoria de Holger Preuss, da Johannes Gutenberg University of Mainz. Com ênfase na análise acadêmica e enfatizando o perigo de uma leitura emocional, questiona se “megaeventos esportivos são alternativas eficientes de investimento para recursos públicos escassos?”⁽²⁾. Apesar de não fazê-lo de forma direta, deixava claro a importância dos recursos públicos na realização de megaeventos, assim como destacava o fator prioridade como critério para se assumir tal empreendimento. Evidentemente que, naquela altura, quando a definição do Brasil como sede da Copa já era oficial e a indicação do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos era tida como certa, o conselho servia mais como alerta do que como critério de escolha.

Na mesma coletânea, o artigo de Gavin Poyter, da Universidade East London, ao se dedicar à análise do processo de organização dos Jogos de Londres, de 2012, fez uma longa análise dos impactos e legados, do conceito de planejamento e, em especial, dos riscos dos Jogos Olímpicos, desde Barcelona (1992) e, sobretudo, desde Pequim (2008)⁽³⁾.

Mais recentemente, para subsidiar a análise dos impactos econômicos da Copa do Mundo, o governo federal encomendou estudos de empresas de consultoria, como a Value Partners, a Ernst & Young Brasil e a FGV Projetos⁽⁴⁾. Assim como diversos estudos de impactos foram realizados por empresas independentes, quase todos com exclusivo apelo para o mercado de investimentos econômico⁽⁵⁾.

O que se observa nesses estudos é um predomínio de um discurso próximo ao marketing político, em detrimento de uma análise mais técnica.

O cenário de referência adotado neste estudo aponta que a Copa do Mundo de 2014 vai produzir um efeito cascata surpreendente nos investimentos realizados no país. A economia deslanchará como uma bola de neve, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar diversos setores⁽⁶⁾.

Muito provavelmente, como se percebe hoje, a falta de análises mais técnicas é efetivamente uma estratégia de negócio. Ou seja, não há, efetivamente, interesse em dizer tudo a respeito dos riscos — sobretudo para as populações locais mais pobres — de sustentabilidade econômica e social do evento. Talvez por isso o discurso do então ministro do Esporte, Orlando Silva, publicado na imprensa reproduz os mesmos argumentos ufanistas da consultoria:

A Copa é excelente plataforma para a promoção de nosso país em âmbito global. O mundo verá uma nação moderna e inovadora. Uma democracia forte. Um lugar marcado pela diversidade, pela tolerância e pela cultura de paz. Uma nação com economia complexa, estável, que permite desenvolvimento sustentado e forte política de inclusão social e distribuição de renda.

(...)

A Copa gera empregos. Estudo contratado pelo Ministério do Esporte estima que serão criados 330 mil empregos permanentes até 2014 e que o evento produzirá outros 380 mil empregos temporários (7).

Estudos recentes vêm demonstrando o quanto essas projeções dos impactos econômicos e de geração de empregos foram superestimadas nesses relatórios (8). Mas, de todo modo, são eles que passarão a subsidiar os governos federal, estaduais e municipais, assim como os grandes investidores e as entidades organizadoras dos megaeventos.

Apesar da inconsistência analítica, o relatório “Brasil sustentável”, encomendado pelo governo federal, destaca como fator de risco a existência, no Brasil, de uma “longa tradição de planejamento verticalizado”, e de haver “pouca autonomia local, pouco *feedback* sobre a eficácia e eficiência das decisões tomadas, e pouco controle sobre o alinhamento dos agentes responsáveis pelas políticas estipuladas”. Afirma ser essa prática de intervenção “de cima para baixo” um “risco institucional”, podendo simplesmente inviabilizar a realização das intervenções urbanas desejadas (9).

Apesar dessas observações, o que se tem verificado é uma reduzida transparência por parte dos agentes envolvidos. É o que constata o trabalho de Melo-Gaffney na análise que fazem de *Cidade Olímpica*, página eletrônica oficial dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro: “no lugar de dados mais específicos sobre o orçamento, encontra-se apenas uma descrição ufanista dos itens relacionados”. Em relação ao projeto “Porto maravilha”, por exemplo, os autores destacam “a ausência das fontes que geraram estas informações, de referências aos estudos que produziram os números citados, o que, com certeza, não é condizente com um site dedicado à transparência” (10). Objetivando conferir e atualizar a análise dos autores, visitei a página mencionada e encontrei, agora em 2014, a mesma ênfase discursiva e também a ausência de dados sobre o projeto. Encontrei apenas referências genéricas sobre a intervenção urbanística na região: “O projeto, que é um dos mais importantes legados olímpicos, simboliza a

retomada de uma área que é berço cultural da cidade” (11). Parece se reproduzir nos Jogos Olímpicos de 2016 o que se verificou nos Jogos Panamericanos de 2007, ou seja, falta de transparência que permita aos membros das comunidades, sobretudo as mais carentes, acesso a informações para que possam participar do reordenamento urbano e da defesa de seus interesses básicos de moradia, de mobilidade, entre outros.

O mesmo vem acontecendo em relação à organização da Copa. O descompromisso de alguns agentes com o “risco institucional” pode até mesmo inviabilizar a realização do evento em algumas cidades. Todos os doze estádios, reformados, reconstruídos ou construídos para receber os jogos da Copa tiveram seus valores absurdamente majorados. Revela-se agora, pelo menos em alguns casos, não apenas a falta de transparência com relação aos custos, cronogramas das obras, fontes dos recursos etc, mas a inexistência de planilhas financeiras e cronograma de execuções. A evidência disso, por exemplo, é a recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em relatório de fevereiro de 2014, de suspender o repasse de novos recursos à CAP S/A, empresa gestora das obras do Estádio Joaquim Américo Guimarães, sede da Copa do Mundo de Futebol em Curitiba. A alegação do órgão fiscalizador é a falta transparência no fornecimento de informações sobre orçamento, cronograma e justificativa para alterações na execução do projeto (12).

Ou seja, apesar do consolidado conhecimento, tanto das entidades organizadoras da Copa e dos Jogos Olímpicos quanto das empresas multinacionais e suas consultorias, os fatores de impacto e de risco social e político do Brasil são ignorados ou minimizados nos estudos de viabilidade dos eventos e na prática de

suas realizações.

A forma como o atual ministro do Esporte, Aldo Rebelo, respondeu às críticas gerais à organização da Copa, feitas pela mídia, partidos de oposição e movimentos de rua, revela prepotência e despreparo do representante do governo federal. Primeiro, repete em 2013 o discurso ufanista e insustentável de 2010, preparado pelas consultorias e anunciado pelo seu predecessor:

As consultorias Ernst&Young e Fundação Getúlio Vargas calculam que, entre 2010 e 2014, serão movimentados R\$ 142,39 bilhões adicionais na economia nacional. Para cada R\$ 1 aplicado pelo setor público, R\$ 3,4 serão investidos pela iniciativa privada a partir das obras estruturantes.

Deverão ser gerados 3,6 milhões de empregos — a população do Uruguai. A arrecadação de impostos atingirá R\$ 11 bilhões e a população vai auferir renda adicional de R\$ 63,48 bilhões apenas nesse quadriênio.

Segundo prospecção da consultoria Value Partners, os investimentos vão agregar R\$ 183,2 bilhões ao Produto Interno Bruto até 2019. “Os efeitos na economia serão ainda mais fecundos se o Brasil ganhar a Copa. (...)”

**O QUE SE
OBSERVA NESSES
ESTUDOS É UM
PREDOMÍNIO DE
UM DISCURSO
PRÓXIMO AO
MARKETING
POLÍTICO**

Afora os aspectos econômicos, a Copa do Mundo é, antes de tudo, uma contagiante festa esportiva que, ao realizar-se no País do Futebol, encontra o seu campo perfeito. O retumbante sucesso popular da Copa das Confederações foi uma prévia da jornada de 2014 (13).

Ao que parece o nosso ministro do Esporte não estava no Brasil em junho de 2013 (e também não leu os jornais), quando acontecia aqui o “retumbante sucesso” da Copa das Confederações. Quando a sociedade esperava do dirigente uma análise com um mínimo de responsabilidade social, com seriedade para responder pontualmente à série de problemas que até mesmo os dirigentes da Fifa apontaram, sua manifestação expressa absoluto enfado, não só com relação aos custos de oportunidades sociais renunciadas a favor dos megaeventos esportivos, como ao risco de realização do próprio evento, como é o caso do estádio de Curitiba, acima citado.

Ao invés disso, o ministro preferiu nomear inimigos como quem aponta para “moinhos de vento”:

As críticas aperfeiçoam qualquer projeto, mas a diatribe só atende à morbidez das cassandras. Não é de hoje que viceja no Brasil um pessimismo voluptuoso. As grandes rupturas de nossa história, a guerra aos holandeses, a Independência, a República, a Abolição e a Revolução de 30 — nunca foram perdoadas. Assim como ainda são increpados o Maracanã e Brasília — alvos da “fracassomania”, recidiva como um cupim autofágico, insistentemente apontada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em seu governo (13).

Restou ao ministro esclarecer o que a “guerra aos holandeses” tem a ver com o descontrole dos recursos destinados aos estádios de futebol e com o fato de importantes projetos de mobilidade social, como portos, aeroportos, vias urbanas, sequer terem sido iniciados, como revelam os relatórios dos tribunais de contas e das agências ligadas aos movimentos sociais.

Enfim, o que tudo isso revela é que megaeventos como a Copa e os Jogos Olímpicos são organizados de modo a atender prioritariamente às entidades organizadoras, patrocinadores e ao empresariado urbano das cidades envolvidas. É por isso que governantes, consultores e dirigentes das entidades da Fifa/COI são inconsequentes em seus discursos e relatórios. É por isso também que a atuação sobre a cidade não acontece na perspectiva de considerar a sua totalidade, mas de atuar de forma fragmentada, com intervenções que interessam muito mais ao capital imobiliário que ao bem comum dos moradores. É possível que uma parcela da população possa se beneficiar dos remodelados equipamentos urbanos, mas com certeza serão aquelas camadas mais inseridas, promovendo, em contrapartida uma maior exclusão. O jargão recorrente nos relatórios de governo e de empresas de consultorias de “revitalização de áreas degradadas” escamoteia o crescimento da exploração imobiliária de alto padrão, em detrimento da resolução de problemas cruciais de áreas carentes e afastadas (14).

Assim como vem acontecendo com a seleção de outras sedes de megaeventos, a escolha do Brasil e do Rio de Janeiro como sedes da

Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos ocorreu por uma lógica de expansão mercadológica do mundo esportivo, liderado pelas entidades organizadoras — hoje empresas multinacionais — e seus patrocinadores, entre eles as redes de televisão.

No caso específico da Copa da Fifa, desde os anos 1990 a entidade vem se utilizando da estratégia de levar o torneio a várias partes do mundo (o chamado “rodízio dos continentes”) como uma forma de ampliar a sua política na disputa da hegemonia do futebol que realizava com as cinco principais ligas do futebol mundial (Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França) (15). A crise econômica europeia e o sucesso financeiro das Copas (em benefício dos cofres da Fifa), arrefeceram a força dos clubes ricos europeus e transformaram a presidência da entidade em um capital simbólico e econômico muito valioso. É nesse percurso que o hoje quase esquecido Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF, jogou toda a sua força política para trazer a Copa de 2014 para o Brasil. Seu projeto era o de realizar a Copa e candidatar-se, na sequência, à presidência da Fifa. Acabou não conseguindo administrar o seu imenso capital político. As revelações em nível mundial de sua prática corrupta tornou-o *persona non grata* entre dirigentes da Fifa, seja pelas disputas internas seja pela preocupação em “moralizar” a entidade. Do lado de cá, sua autocracia bateu de frente com a presidente Dilma, o que resultou no seu afastamento formal da presidência da CBF e da organização da Copa no Brasil.

Em reunião ocorrida na África do Sul, em dezembro de 2010, Rússia e Catar foram, respectivamente, escolhidas como sedes das edições das Copas de 2018 e 2022. A escolha foi marcada por acusações generalizadas de compra de votos e marcou o fim da proposta do “rodízio dos continentes”.

A escolha não se deu apenas pelo suborno do colégio eleitoral, mas também porque, assim como o Brasil, esses países se caracterizam como economias emergentes (ou pelo menos com grande volume de capital circulante) e com estruturas sociais e políticas frágeis. Para a Fifa é muito mais fácil acomodar os interesses seus e de seus patrocinadores com as elites locais de sociedades com frágeis mecanismos democráticos de defesa (casos do Brasil, África do Sul ou Rússia), do que em sociedades democraticamente consolidadas, como Inglaterra ou Alemanha.

Fica evidente, portanto, a vulnerabilidade do argumento de que a Copa do Mundo de Futebol da Fifa tem como finalidade promover a amizade entre os povos, o *fair play* esportivo ou, como se referiu nosso ilustre ministro, tratar-se o evento de “um furacão desenvolvimentista que deixa em seu rastro benfazejo um legado incomensurável” (13).

Finalmente, é preciso considerar que uma análise política da realização de megaeventos esportivos no Brasil, não deve ficar restrita à crítica deste ou daquele ministro de plantão. Afinal, os eventos da Copa do Mundo de Futebol ou dos Jogos Olímpicos ganharam maior politização por conta da repercussão dos movimentos sociais de rua, ocorrido em junho de 2013, e que continuam a ocorrer ainda neste começo de 2014. Essas manifestações, apesar de não serem restritas à realização dos eventos, têm como um dos motivadores os elevados investimentos direcionados à reforma ou construção de doze estádios de futebol, assim como o impacto de diversas inter-

venções urbanas nas cidades sedes. Associado a isso, 2014 é um ano em que se renovam a presidência da República, os governadores dos estados, a Câmara Federal e parte do Senado.

Mas, para além desses acontecimentos pontuais, sem dúvida suficientes para um intenso debate na sociedade, o Brasil vive no momento um outro fator de acirramento das tensões sociais e políticas. E esse fenômeno pode ser compreendido a partir de duas variáveis intrinsecamente relacionadas. Por um lado, a dificuldade da gestão da presidente Dilma na manutenção das taxas de crescimento econômico que o país teve, sobretudo no segundo mandato do governo Lula. É uma tendência que traz consigo a inquietação em relação a temas centrais para a estabilidade social, tais como a manutenção da taxa de emprego, a melhoria dos salários e da distribuição social da renda. De outro lado, temos sinais de esgotamento das expectativas propostas por Lula e o PT em relação à democratização da sociedade.

Durante os dois mandatos do presidente Lula e parte do mandato da presidente Dilma, predominou, de algum modo, o que podemos chamar de pacto social. Mesmo com as acusações de corrupção no seu governo, Lula soube articular crescimento econômico com programas sociais que promoveram uma efetiva melhoria da distribuição de renda, diminuindo a pobreza no país. Medidas essas que produziram uma base social de sustentação do partido no governo, constituída desde a sua própria militância até os movimentos sociais ligados à luta pela terra, pela moradia e os de caráter trabalhista.

Assim como soube incorporar no seu programa de governo algumas bandeiras de luta do movimento social, também o ambiente de estabilidade política e de ganhos democráticos permitiu que lideranças dos movimentos populares galgassem o poder legislativo ou mesmo assumissem cargos nas instâncias dos executivos federal, estadual e municipal. Esse processo foi gerando o paradoxo da desmobilização social e do isolamento do governo do PT em relação às suas bases sociais (16).

As dificuldades na economia brasileira, a partir de 2011, impediram que a presidente Dilma mantivesse as taxas de emprego e salário, ou mesmo que ampliasse os programas emergenciais de distribuição social de renda.

Apesar do partido manter importante margem eleitoral, ainda sustentada pelos programas sociais, gradativamente perde a força de autenticação política, como também perde a sensibilidade em relação aos emergentes movimentos sociais. Pacto social e desmobilização política acomodaram o PT no poder e retiraram-lhe o compromisso de aprofundar a democracia. Não apenas o PT, mas toda a sua base aliada e mesmo os partidos de oposição, como o PSDB.

As manifestações de rua, contrárias à falta de transparência nas planilhas do transporte coletivo e nos gastos com a Copa de 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016 passaram a se constituir no aspecto visível da debilidade crônica do poder infraestrutural do Estado brasileiro.

Luiz Carlos Ribeiro é historiador, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Dacosta, L. et all. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
2. Preuss, H. "Impactos econômicos de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos". In: Dacosta, op. cit, p. 84. 2008.
3. Poyter, G. "Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. From Beijing to bow bells: measuring the Olympics effect 2006". In: Dacosta, op. cit, pp.121-151. 2008.
4. Ernst & Young. "Brasil sustentável – Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014". EY, 2010. Para a análise desses relatórios, ver: Proni, M. W.; Silva, L. O. "Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas". *Texto para Discussão*. IE/Unicamp, Campinas, n. 211, out. 2012.
5. Deloitte-Ibri. *Brasil, bola da vez. Negócios e investimentos a caminho dos megaeventos esportivos*. Deloitte/Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), 2010.
6. Ernst & Young, OP. CIT., p.1.
7. Silva, O. "Faremos a melhor copa da história". In: *Folha de S. Paulo*. 02/04/2011. Disponível em: <http://www1.Folha.Uol.Com.Br/fsp/opiniaofz0204201108.Htm> acesso em: 10/02/2013
8. Domingues, E. P.; Magalhães, A. S.; Betarelli, A. "Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil." *Estudos Econômicos* (USP. Impresso), v. 41, p. 409-439, 2011.
9. Ernst & Young, OP. CIT., p. 27.
10. Melo, E. S. O. de; Gaffney, C. "Megaeventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos". Disponível em: https://www.academia.edu/4642720/Mega-eventos_esportivos_no_Brasil_uma_perspectiva_sobre_futuras_transformacoes_e_conflitos_urbanos Acesso em: 02/10/2013.
11. Informações disponíveis em <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/porto-maravilha/> Acesso em 13/02/2014.
12. Informação disponível em <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-recomenda-que-novos-recursos-nao-sejam-liberados-a-arena-da-baixada/2356/N> Acesso em 15/02/2014
13. Rebelo, A. "A passagem de um furacão desenvolvimentista". Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3376032/passagem-de-um-furacao-desenvolvimentista> Acesso em: 24/12/2013.
14. Melo & Gaffney, OP. CIT. ; Proni & Silva, OP. CIT.
15. Ribeiro, L. C. "A crise da autonomia no futebol globalizado: a experiência europeia". In: _____ (Org.) *Futebol e globalização*. Jun- diaí (SP), Ed. Fontoura. 2007, p. 49-68.
16. Singer, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. Diniz, E. "Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI". *Rev. Sociol. Polit.* 2013, vol.21, n.47, pp. 9-20.

O USO DO FUTEBOL SOCIAL COMO FERRAMENTA INTERNACIONAL

Fernando Segura Millán Trejo

Já há alguns anos, observa-se em diferentes aparições, notícias de periódicos, fóruns, encontros ou fases preparatórias de mundiais de futebol, como Alemanha 2006, África do Sul 2010 ou o que será Brasil 2014, festivais de futebol social. Trata-se de um futebol praticado por jovens de ambos os sexos, e também por adultos, em situações de vulnerabilidade social. Além disso, são iniciativas levadas adiante por organizações não-governamentais (ONGs). Reunidas em diferentes redes ou isoladas em sua geografia, estamos falando de outro tipo de futebol: uma prática a serviço de diferentes problemáticas e usos sociais. Consiste, então, em uma tendência internacional que cresce e continuará crescendo, de acordo com vários sinais que puderam ser identificados. Isso não apenas tem relação com o próprio desenvolvimento de ONGs, mas também atrai, por diferentes razões, patrocínios, tanto públicos como privados (fundações corporativas, clubes de futebol em alguns casos e empresas de diversos ramos, não apenas esportivos). Revisemos aqui, brevemente, algumas características comuns ou diferenças em redes internacionais distintas que usam o futebol como ferramenta de desenvolvimento social.

ORIGENS DIVERSAS Não é fácil buscar as origens geográficas ou algum momento histórico que determine cronologicamente ou nos indique o surgimento dessa tendência internacional. É preferível, talvez, observá-la como um movimento que tem encontrado conexões por diferentes redes, por um lado, e, por outro, que a força de muitas ONGs tem impulsionado outras organizações por caminhos parecidos.

Podemos, assim, encontrar antecedentes. Na Argentina, entre o final dos anos 1990 e o início da década de 2000, surgiu uma iniciativa em Moreno, na Grande Buenos Aires, chamada “Defensores del Chaco” (1; 2), uma ONG formada para oferecer espaços recreativos a jovens em situação de desemprego e falta de oportunidades, e que posteriormente agregou-se a várias outras organizações locais. Em paralelo, na Colômbia surgiu, nesse período, o projeto “Fútbol por la Paz” (3), combinando o uso do futebol entre jovens de ambos os sexos a fim de promover laços humanos em um contexto de grande violência (4). A partir disso começou a ser gestado o que logo culminaria na rede global de Streetfootballworld, fundada oficialmente em 2002, agrupando ONGs de todos os continentes.

Desde o fim da década 1980, em grande medida produto das crises dos subúrbios urbanos, diversos planos de políticas públicas para os esportes surgiram na França para buscar sanar o descontentamento de jovens em situação de vulnerabilidade (5). Projetos-piloto, práticas esportivas vinculadas a escolas públicas, espaços recreativos com animadores pagos com dinheiro público, apoio a associações civis e acordos com clubes esportivos foram desenvolvidos em vários setores do país (6). Esse tipo de política tem sido inclusive motivo de análise e questionamentos para pesquisadores de ciências sociais (7).

Anteriormente a tudo o que foi mencionado, fundou-se, inclusive, em 1980, a World Amputee Football Federation na cidade de Seattle, uma iniciativa independente e talvez precursora na tendência de usar o futebol para vetores de integração cidadã, com o objetivo de reunir delegações internacionais.

Assim, em diferentes contextos, emergiram iniciativas locais, a maioria de associações civis, algumas promovidas por governos locais, embora sempre canalizadas por ONGs. No início dos anos 2000, ocorreram articulações com várias redes internacionais, as quais foram se interconectando com múltiplas ONGs, muitas delas já pré-existent, outras surgidas exatamente com o incentivo de participar de alguns desses espaços oferecidos, com distintas temporadas, encontros, festivais e, inclusive, torneios. Entre 2001 e 2003, nasceu um campeonato mundial para pessoas sem-teto, chamado Homeless World Cup (8), cuja primeira edição ocorreu na cidade austríaca de Graz, em 2003, impulsionada por dois editores de periódicos de rua, um da Escócia e outro da Áustria, que conseguiram unir 18 delegações nacionais (9), todas vinculadas, a princípio, à International Network of Street Papers. Esse mundial tem crescido vertiginosamente em suas sucessivas edições, ano a ano (10), agregando, a cada vez, mais delegações em cenários como Melbourne, Milão, Rio de Janeiro, Paris e Cidade do México (11), recebendo

Acervo do autor



Jogo feminino entre França e Holanda no Homeless World Cup, em Paris em 2001

nos últimos eventos mais de 50 países. Trata-se de um mundial que, com propósitos sociais de oferecer um espaço esportivo a pessoas em situação de rua, tem encontrado contradições devido ao aumento da competência de algumas seleções nacionais (12).

Algumas iniciativas locais, de diversos horizontes, têm aprofundado participações pontuais ou sustentadas nessas redes. Projetos desenvolvidos em diferentes contextos, como cenários de pós-guerra em Ruanda, o “Star Project” na Libéria (13), campos de refugiados em Serra Leoa, Quênia e Uganda, incluindo enfoques de gênero (14), buscam no futebol uma ferramenta com efeitos terapêuticos de reconciliação e autoestima para as populações afetadas. Algumas encontram apoio de instituições interessadas em desenvolver esse conceito de uma prática a serviço de fins sociais e humanitários. Por exemplo, a rede de Streetfootballworld, que no ano de 2013 tem conectado mais de 80 projetos em 64 países, e, a partir da realização de um festival paralelo ao mundial da Fifa da Alemanha 2006 (3), chegou a uma aliança estratégica com a Fifa que resultou em transferências econômicas diretas e na realização conjunta dos festivais do programa “Football for Hope” (15). Essa tendência de promover ações humanitárias vem acontecendo desde os anos 2000 como uma das áreas estratégicas da Fifa (16). Assim, o futebol entrou em uma fase de complexidade em sua evolução, na qual se mesclam tendências de uma indústria multimilionária com o apoio às causas das ONGs (17).

A União Europeia de Futebol Associações (UEFA) tem providenciado também diversos auxílios a fins sociais e humanitários, entre eles um apoio constante, ainda que *ad-hoc* (18), à Homeless World Cup (10), assim como a programas oficiais de escolas de futebol em cenários de pós-conflito, como na Bósnia (19) e, mais recentemente, em Kosovo. Nesse sentido, as próprias instituições diretoras do futebol têm criado programas de responsabilidade social, enquanto instituições como a Unesco, Unicef e a Cruz Vermelha procuram dar assistência técnica, visibilidade e ajuda para conseguir patrocínios às próprias ONGs (17), que inclusive os têm estendido a campanhas de prevenção do HIV.

Claro que há muito mais redes e muito mais iniciativas do que as aqui apresentadas, porém com esse panorama, descrito brevemente, pode-se colocar uma pergunta: qual é o conteúdo desse tipo de futebol social? Vejamos, de modo geral, algumas características comuns e diferenças específicas.

FORMAS DE FUTEBOL SOCIAL Está claro que não é o mesmo acompanhar, mediante o uso do futebol, jovens deslocados, ex-crianças-soldados, mulheres que sofreram vexações, pessoas que vêm enfrentando o flagelo da rua durante anos, jovens que correm o risco de cair no consumo de drogas, jovens de escolas públicas, entre outras categorias contempladas pelos programas. Cada contexto varia, os níveis e desafios são diferentes. Porém, diante desse matiz evidente, dois grandes eixos podem ordenar os conteúdos das múltiplas iniciativas encontradas em festivais ou torneios internacionais desse outro futebol.

Essa prática de futebol pode ser usada como uma ferramenta motivacional, ou educativa, ainda que cada uso específico possa ter inúmeras variantes que se combinam entre si. E se toda iniciativa contém elementos de ambas as dimensões, já que se encontram

Acervo do autor



Time da Nigéria na Homeless World Cup, em Paris 2011

imbricadas, há algumas que se distinguem de outras por sua ênfase nos aspectos educativos, tornando o futebol um mero instrumento, quase sem transcendência nos resultados “esportivos” (ou seja, ganhar um torneio mediante competência). Ao passo que outras, mesmo dentro de um marco social para pessoas em situação de vulnerabilidade, centram a atenção em torno da prática do futebol, classificando e selecionando equipes em escalas segundo seus desempenhos nos encontros.

Um exemplo do uso motivacional por meio do futebol se dá claramente em casos como o mundial Homeless, um cenário de futebol jogado com 4 jogadores em campo (com várias trocas em 2 tempos de 7 minutos). Os efeitos dessa competência apontam para a motivação de pessoas desmotivadas (9), criando objetivos ligados à preparação do mundial (8) e sentido de pertencimento tanto para os jogadores como para a equipe que os acompanham (20). Esse torneio se organiza pela participação de delegações nacionais, que, logo na primeira fase, ajustam-se em grupos. Algumas equipes podem aspirar ganhar o torneio máximo, enquanto outras jogam por troféus menores no ranking do mundial. Assim, apesar de permitir histórias comoventes, a divisão entre aqueles que aspiram ganhar o campeonato e as seleções fracas, que apenas buscam participar de um encontro internacional, tem sido realmente notável (9; 11; 12; 20). Nesse sentido, pouco tem a ver e há pouca comunicação entre as delegações de “elite” e as de “não elite” nesse mundial (9). Consequentemente, a dimensão exacerbada da competência e o desejo de ganhar campeonatos podem produzir rupturas nos projetos ou erodir o eixo integrador que se procura pelo uso do futebol (13).

Outros projetos, que implicam em diversos apoios, como o “Football for Peace” (F4P) na Cisjordânia, apontam, mais que para o futebol em si, para a promoção de valores morais, como a tolerância, o respeito e a amizade. São iniciativas que buscam a reconciliação presente e, principalmente, futura de grupos que por anos têm vivido em contextos de violência.

Em uma direção também orientada para o vetor educativo, a rede de Streetfootballworld tem estimulado, em seus diversos projetos associados ao plano local, uma metodologia chamada futebol três tempos (Futebol 3), que consiste, em uma primeira etapa, em que os participantes se misturem e definam as regras que serão seguidas, junto a uma figura de mediador para orientar a dinâmica, como: o gol feminino vale dois pontos, os saques se fazem com a mão ou com o pé, e outros detalhes que marcarão o jogo; a segunda etapa é o desenvolvimento de um encontro; e a terceira implica em uma revisão da aplicação das regras definidas e o comportamento geral (21). Um dos aspectos mais interessantes dessa metodologia é que, durante os festivais, as equipes se unem em um futebol de gênero e delegações mistas, uma diferença notável em relação ao Homeless, já que a mistura evita o isolamento por delegações nacionais concentradas em ganhar o torneio.

Várias dessas iniciativas recorrem a instituições diretoras do futebol internacional para receber apoio. O contexto de preparação do Mundial da Fifa 2014 tem beneficiado algumas dessas organizações locais no Brasil, outorgando-lhes um pouco mais de visibilidade e acesso a maiores recursos em alguns casos, como os fundos do programa “Football for Hope”, da Fifa, incentivos do governo e alguns outros patrocínios privados. Entre essas organizações, distribuídas pela vasta geografia do Brasil, há: na região do Rio de Janeiro, o Instituto Bola pra Frente, o Centro de Integração e Desenvolvimento Sustentável, o Karamba e o Pró-Mundo; no estado da Bahia, toda a rede vinculada ao Fazer Acontecer; a Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul; no estado de São Paulo, a Associação Pró-Esporte e Cultura; a Cufa no Ceará; o Instituto de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Amazônia; o Instituto de Ações, Projetos e Pesquisas Sociais de Brasília; o Instituto Formação, no Maranhão; entre muitos outros.

Seja qual for o cenário, essas organizações diferem em níveis de solidez institucional quanto à sua sustentabilidade. Algumas possuem muitos anos de experiência e de *savoir-faire* e inclusive estão respaldadas por outras de maior envergadura; e outras são mais jovens e dependem da injeção de recursos para funcionar e, em grande medida, existir. Vários são os desafios nesse sentido, não apenas das próprias organizações, como também da própria compreensão do futebol como nova ferramenta de trabalho social.

DESAFIOS DO FUTEBOL SOCIAL E DE SEU ESTUDO Ainda que o uso desse tipo de futebol conte com vários anos de existência e execução em organizações, projetos ou instituições, estamos longe de entender de forma cabal a multiplicidade de efeitos que dele decorrem. As próprias organizações necessitam demonstrar impactos positivos nas pessoas que acompanham por meio do futebol, algo razoável e natural. No entanto, a investigação nesse âmbito não deve concentrar-se somente nos efeitos desejados, mas deve também considerar os não desejados. Isso é importante para

compreender melhor o fato de que o futebol produz muito mais efeitos do que busca, inclusive alguns que podem ser negativos em algumas pessoas e, consequentemente, devem ser contemplados na construção e no desenvolvimento dos projetos.

A agenda de pesquisa vem dando conta de vários impactos gerados por essas iniciativas. A acumulação de capital social positivo para os participantes é um dos identificados, na medida em que os membros ganham amigos, contatos e referências nesses projetos (22; 23). Mas o futebol, como atividade, esgota-se em si mesmo e até pode produzir contradições (13) se não é acompanhado por outras ferramentas sociais (24). Nesse mesmo sentido, o futebol pode gerar a exclusão daqueles que são considerados “os piores para integrar uma equipe, seja formal, ou informal” (25), uma dimensão que tem sido analisada, por exemplo, no mundial Homeless (9; 12; 20).

A agenda de pesquisa está atenta, e continuará assim, às tensões que se configuram no desenvolvimento das ações sociais. Isso, no que se refere ao uso social do futebol, implica em vários ângulos. Para as ONGs que perseguem objetivos sociais, o futebol tem sido um importante motor para desenvolver ações

e também as próprias organizações. O problema surge quando a dimensão competitiva (26) e também a ansiedade midiática de conseguir visibilidade como uma urgência, começam a diluir os objetivos de base e a essência proclamada. Quando passa a importar mais atrair patrocinadores do que o próprio acompanhamento social, e, ainda pior, quando parece não haver outros canais para existir para além dos patrocinadores e meios de comunicação, pode-se produzir um deslocamento de objetivos (27). Quando isso acontece, o campeonato ou a própria ONG se

convertem em um fim e não em um meio para buscar as metas estabelecidas. Essa problemática constitui um desafio maior tanto para os próprios projetos como para a pesquisa, um aspecto que não deve ser subestimado nem escondido.

Da mesma forma, outros desafios se apresentam — a questão de gênero está entre eles como um dos campos a se explorar nos próximos anos. Como se utiliza o futebol nesse tipo de projeto para a inclusão de gênero? Que efeitos se dão com o futebol misto? São essas algumas das perguntas que se colocam nesse mundo das ONGs e do futebol. A pesquisa pode e deve acompanhar esse desenvolvimento, destacando os efeitos positivos, mas também seus limites, desafios, contradições, discursos e interesses paralelos, invisíveis e encobertos. Uma reflexão final para este artigo consiste em sublinhar que, talvez, importem menos os resultados esportivos, pelos gols marcados, do que as aprendizagens, vivências e percepções dos participantes, não apenas daqueles que se apresentam como exemplares, mas também daqueles que mostram desacordos no funcionamento dos projetos. Em definitivo, estão nos dizendo algo acerca dos impactos gerados. O futebol social é uma realidade em expansão, porém seus desafios não são um tema menor em seu desenvolvimento.

**O FUTEBOL
SOCIAL É UMA
REALIDADE EM
EXPANSÃO,
PORÉM SEUS
DESAFIOS NÃO
SÃO UM TEMA
MENOR**

Fernando Segura Millán Trejo é sociólogo, ganhador do Grand Prix de Recherche UCPF (União de Clubes Profissionais Franceses), pela melhor tese 2012 na França sobre estudos referidos ao futebol: "A Homeless World Cup e o campeonato de luta contra a exclusão social na França. Análises de trajetórias sociais de exceção", sob a orientação de Patrick Mignon. É pesquisador filiado ao Centro de Investigación y Docencias Económicas (Cide) no México. Realiza um pós-doutorado na FGV Rio de Janeiro financiado pelo Conselho de Ciência e Tecnologia (Conacyt-México).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Chaco é uma das regiões mais pobres de Buenos Aires, localizada a nordeste da área central (N.T.). Porém, a iniciativa surgiu na zona oeste da Grande Buenos Aires.
2. Thornton, L.; Prest Talbot, J.; & Flores, M. *O direito de brincar: guia prático para criar oportunidades lúdicas e efetivar o direito de brincar*. São Paulo, Diadema Hannay Empreendimento Social, 2013. p.81.
3. Domenich, M. "Entrevista por Guilherme Yoshida", *Universidade do Futebol*, on line, 29 nov. 2013.
4. Domenich explica, em uma entrevista realizada pela Universidade do Futebol online, a partir do projeto de Streetfootball Brasil, que o embrião do projeto "Futebol pela Paz" foi o assassinato de Andrés Escobar, jogador da seleção colombiana que fez um gol contra na Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos, e, em seu regresso à Colômbia, foi morto em uma discussão à saída de uma discoteca.
5. Anstett, M. & Sachs. *Sport, jeunesses et logiques d'insertion*. Paris. La documentation française, 1999.
6. Charrier, D. *Activités physiques et sportives et insertion des jeunes: enjeux éducatifs et pratiques institutionnelles*. Ministère de la Jeunesse et des Sports. Paris. La documentation française, 1997.
7. Chobeaux, F. "Pratiques et questionnement pédagogiques ?" In: *Sport, jeunesses et logiques d'insertion*. Ministère de la Jeunesse et des Sports. Paris. La documentation française, 1999.
8. Sherry, E. "(Re)engaging marginalized groups through sport: The Homeless World Cup". In: *International Review for the Sociology of Sport*, 45 (1), 2010, pp. 59-71.
9. Magee, J. "Disengagement, de-motivation, vulnerable groups and sport inclusion: a case study of the Homeless World Cup". In: *Soccer & Society*, 2 (12), 2011, pp.159-173.
10. Segura, M.; Trejo, F. "La gouvernance de la Homeless World Cup". In: Attali, M. *Diriger le Sport*. Paris. Centre National de Recherche Scientifique (CNRS), 2012.
11. Segura, M.; Trejo, F. "Football experiences to combat social exclusion and a World Cup: what kind of social capital beyond the tournament?", Documento de trabajo de la División de Administración pública, México. Cide A.C., 2013b.
12. Magee, J. & Jeanes, R. "Football's coming home: A critical evaluation of the Homeless World Cup as an intervention to combat social exclusion". In: *International Review for the Sociology of the Sport*, 48 (1), 2013, pp. 3-19.
13. Rookwood, J. & Palmer C. "Invasion games on war-torn nations: Can football help to build peace? In: *Sport in Society*, 12: 2011, pp.184-200.
14. Achen, M. & Angwech, S. "Allez les filles envoyez-le" In: *La rue: y tomber, y vivre, s'en sortir et ne pas y retomber*, Paris 2011 Homeless World Cup, Paris: Collège des Bernardins, 2012.
15. O primeiro foi realizado na África do Sul em 2010 e o segundo está previsto para Rio de Janeiro em 2014, com alguns festivais interme-diários, como o de Belo Horizonte, em 2013, em paralelo à Copa das Confederações, com menos países, porém como uma evidente pre-paração para Rio 2014.
16. Eisemberg, C., "Fifa et politique 1945- 2000" In : *Le football dans nos sociétés. Une culture populaire. 1914-1998*. Paris. Ed. Collection Mé-moire/Culture, 2006.
17. Giulianotti, R, "The sport, development and peace sector: a model of four social policy domains". In: *Journal of Social Policy*, v. 40/ issue 04, 2008, pp. 757-776.
18. Isto é, renovável ano após ano.
19. Gasser, P. & Levisen, A. "Breaking Post-war Ice, Open Fun Schools, in Bosnia and Herzegovina", In: *Sport and Society* 7, nro 3, 2004, pp. 457-472.
20. Segura, M.; Trejo, F. "A ball can change the World. Percepciones y situ-aciones en el mundial de los desamparados, la Homeless World Cup: Una revisión crítica desde la vivencia y la mirada de los jugadores". In: *Acta Sociológica*, Janeiro-Abril, México, Unam, 2013a.
21. O autor deste texto assistiu em Salvador, Bahia, entre 5 e 8 de dezem-bro de 2013, ao Festival Latino-Americano de Futebol 3, desenvolvido em conjunto pelo Streetfootball Brasil e o Instituto Fazer Acontecer.
22. Burnett, C. "Building social capital through an active community club", *International Review for the Sociology of Sport*, 41, (3-4), 2006, pp.283-294.
23. Ver também (8) para o caso das equipes australianas no mundial Ho-meless. A Austrália é uma das seleções que não buscam por todos os meios ganhar esse campeonato, procurando mais oferecer uma ex-periência às pessoas que se recuperam de acidentes sociais da vida.
24. Mignon, P. "Intervention sur l'accompagnement", In: *La rue: y tomber, y vivre, s'en sortir et ne pas y retomber*. Paris 2011 Homeless World Cup. Paris. Collège des Bernardins, 2012.
25. Gasparini, W. and Vieille-Marchiset, G. *Le sport dans les quartiers: pratiques sociales et politiques publiques*, Paris, PUF, 2008.
26. Attali, M. *Le sport et ses valeurs*. Paris. La Dispute, 2004.
27. Hodson, R.; Martin, A., Lopez, S., & Roscigno, V. "Rules don't apply: Kafka's insights on bureaucracy". In: *Organization*, published on line, 3 maio 2012.

FUTEBOL, LAZER E PRÁTICAS LÚDICAS

Victor Andrade de Melo

Bill Shankly, um dos mais celebrados personagens da história do velho esporte bretão, técnico da equipe do Liverpool (Inglaterra) na década de 1960, certa vez afirmou: “Algumas pessoas acreditam que futebol é questão de vida ou morte. Fico muito decepcionado com essa atitude. Posso garantir que futebol é muito, muito mais importante”.

Os acontecimentos que cercaram a última rodada do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2013 podem exemplificar a pertinência da observação de Shankly. Embora o campeão já tenha se definido algumas rodadas antes, torcedores das mais diferentes equipes, por motivos diversos, grudaram-se em rádios e televisões para ansiosamente acompanhar as partidas finais.

Para alguns, estava em jogo a oportunidade de seu clube ingressar no grupo de elite, obtendo uma vaga na prestigiosa Copa Libertadores da América. Para outros, era eminente o fracasso e a humilhação: a segunda divisão estava próxima. Sustos, gritos, choros não faltaram nos estádios do país. A coisa chegou a tal ponto que, em Santa Catarina, na partida entre o Vasco da Gama e o Atlético Paranaense, quase se tornou literal a ideia de morte: torcedores de dois times se agrediram, ocasionando graves ferimentos em alguns dos envolvidos.

De fato, lamentavelmente, por vezes não só metaforicamente, podemos confirmar a assertiva do técnico do Liverpool. Pelo mundo muitos são os exemplos de episódios de violência, dentro e fora dos estádios, transformando o que era para ser alegria em dor, o que era para ser cenas de comemoração em imagens de guerra.

Essa é uma faceta problemática, mas é uma expressão do inegável grau de mobilização que se observa ao redor desse que é considerado o esporte mais popular do planeta. Há outros exemplos mais felizes. Basta perceber o que ocorre por ocasião da realização de uma Copa do Mundo. No Brasil, por exemplo, as cidades praticamente param quando entra em campo o selecionado nacional, as ruas são enfeitadas, e, caso a equipe se sagre vencedora, uma multidão sai de casa para festejar, confraternizar, celebrar a conquista de algo que aparentemente nada mudará a vida de cada envolvido. Difícilmente alguém consegue ficar totalmente alheio à euforia contagiante desses dias.

O grau de popularidade do esporte é realmente impressionante. Há mais afiliados à Federação Internacional de Futebol (Fifa) e ao Comitê Olímpico Internacional (COI) do que à Organização das Nações Unidas (ONU). Essa difusão mundial tem forte relação com as características históricas do momento em que a prática se conformou, o século XIX: o fortalecimento de um mercado global, o desenvolvimento de movimentos internacionais, a consolidação da ideia de Estado-Nação, a valorização dos espetáculos e dos momentos de lazer, entre outras dimensões.

Nos dias de hoje, numa ordem mundial em que o sentido de nação parece difuso perante o poder das empresas transnacionais, fato que causa grande impacto nos países em desenvolvimento, e em que as organizações internacionais (ONU, Unesco etc) se encontram fragilizadas, as competições esportivas continuam se apresentando como um dos principais fóruns para se louvar e exaltar a ideia de pátria. Como lembra Hobsbawm (1), mesmo que a lógica transnacional e os interesses econômicos imperem também no reino do esporte: “os imperativos não-econômicos da identidade nacional têm tido força suficiente para afirmar-se no contexto do jogo e mesmo para impor o torneio internacional de seleções, a Copa do Mundo, como o elemento principal e mais poderoso da presença econômica global do futebol” (1, p.94).

PERFORMANCE DE NAÇÃO No âmbito dos eventos esportivos, especialmente nos de futebol, ainda que marcados por situações de desigualdade, mesmo os países menos conhecidos ou menos poderosos no tabuleiro geopolítico podem tornar-se ativos, conhecidos, até surpreendentes. Há sempre a possibilidade de uma vitória, ou de uma bela atuação, a ser celebrada como uma grande conquista pela população local, que tem a oportunidade, assim, de demonstrar sua lealdade à pátria, com o incentivo de dirigentes e da imprensa. Essas competições permitem uma performance pública de nação não encontrável da mesma maneira em praticamente mais nenhuma ocasião na contemporaneidade.

Até mesmo por isso, o esporte foi e continua sendo utilizado por regimes políticos e governos tanto como estratégia para encaminhar propostas de intervenção social quanto como propaganda de uma suposta eficácia administrativa, para alguns um reflexo dos “avanços do país”. Por todas essas dimensões, parece mesmo haver uma forte relação entre a prática esportiva e a construção de discursos acerca de uma identidade nacional.

Tudo isso que parece tão “macro”, tão distante, tem, na verdade, muitos impactos no cotidiano, até mesmo porque os crescentemente poderosos meios de comunicação transformaram o esporte em um de seus principais produtos. As duas maiores audiências televisivas do planeta são obtidas por ocasião de duas competições esportivas: a já citada Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos.

Para jornais, revistas e rádios, o esporte é um tema importante. Praticamente não há rede de televisão que não tenha, pelo menos, um programa esportivo (normalmente são vários). Isso sem falar na proliferação de emissoras especializadas e exclusivamente dedicadas ao assunto. Se considerarmos que os estádios tendem a se tornar “arenas multiuso”, com ingressos pouco acessíveis a um largo estrato da população, veremos o quanto os meios de comunicação se constituem, cada vez mais, na principal instância de consumo do espetáculo, mesmo que nem sempre na esfera privada, como é o caso de bares temáticos ou dedicados a uma torcida, muito procurados pelos torcedores por motivos diversos, alguns inclusive por preferência (lá se pode beber, encontrar os amigos, fica próximo de casa, entre outras razões).

FUTEBOL E SUAS VARIAÇÕES CULTURAIS

O esporte, especialmente o futebol, é um dos principais produtos da indústria do entretenimento, atinge o mais variado público, de todos os estratos sociais, faixas etárias e gêneros. Desde o século XIX, principalmente a partir do momento em que se estabeleceu de maneira mais direta a vinculação do esporte à ideia de saúde, muitos são os produtos e iniciativas que com ele buscam se relacionar. A prática é identificada como uma “forma de viver”: o mercado existente ao seu redor não só faz uso das imagens esportivas para vender um grande número de produtos como também, nesse processo, difunde comportamentos, estimula a aquisição de hábitos.

O sério por trás do divertido, a diversão aparentemente fortuita mascarando os mais complexos interesses: assim é o esporte, assim é o futebol. De toda forma, trata-se de uma das principais opções de lazer da população de vários países, se espalhando pelos mais diversos espaços sociais. A prática não só se faz presente no diálogo com as mais distintas linguagens, como adota os mais diferentes formatos.

Vejam, por exemplo, a magia do futebol no cotidiano de um grande número de crianças e jovens. Enquanto esporte de alto rendimento, requisita muitos equipamentos (bolas, uniformes, calçados, produtos que são cada vez mais dependentes da alta tecnologia, e também cada vez mais caros), na pelada de rua nada disso é absolutamente necessário. Dependendo do perfil do jogo, qualquer coisa pode servir como uma bola (mesmo que não seja um objeto redondo, como uma lata), pode-se jogar descalço ou com qualquer sapato disponível, duas pedras ou chinelos podem perfeitamente simular as traves.

Mais ainda, muitos jogos diferentes foram inventados a partir do futebol. Com duas metas pequenas, e sem goleiros, duplas ou trios disputam o “golzinho”. Podem fazer o mesmo com só uma meta grande, com um goleiro, em alguns lugares chamado de “cascudinho”. Que tal um torneio de “embaixadinhas”? E o jogo da “rebateda”, com sua estratégia de acertar a trave para valer dois pontos o tento? “Bobinho” serve até de aquecimento para os profissionais. O “altinho” é apreciado pelos que ficam na beira do mar aproveitando a brisa (mesmo que em muitas cidades isso não seja permitido).

Tantas foram as invenções que algumas se tornaram novos esportes. Futebol jogado numa quadra menor virou futebol de salão (hoje chamado de futsal). Nas areias do litoral? Futebol de praia. E misturado com o vôlei? Futevôlei.

Não devemos mesmo crer que são esferas isoladas a alta performance e o futebol do dia a dia. Os parâmetros, ídolos, comportamentos, implementos, enfim, tudo o que diz respeito ao alto rendimento influencia todas as esferas. Essas, contudo, não deixam de ocorrer nem



A dança do futebol (1996), pintura do brasileiro Claudio Tozzi

Fotos: Reprodução

se submetem completamente aos parâmetros daquele. Esse é um dos segredos da popularidade do velho esporte bretão: muito bem se ajusta a diversões padrões. Ele é, como vimos, dos mais globais fenômenos, na mesma média em que também é profundamente local.

Isso, aliás, é um dos mistérios que marcam uma das principais chaves do envolvimento futebolístico: a sensação de pertencimento. Como os indivíduos escolhem os times para os quais vão torcer (e isso significa também o perfil de produtos

que vai adquirir: bandeiras, camisas, ingressos, *pay per view* etc)? Certamente os meios de comunicação têm grande importância.

Mas há também outras múltiplas questões “tribais” determinantes. Certas categorias profissionais têm suas preferências clubísticas. Certas regiões também. Por vezes trata-se de algo que se mescla com questões políticas. Por exemplo, bascos, em geral, preferem times da região, como o Atlético de Bilbao. Por fim, uma das mais poderosas formas de influência não pode ser esquecida: a família. Muitos pais têm como um dos parâmetros de sucesso de sua influência sobre seus filhos o seguimento de sua “linhagem” clubística. E isso significa, entre outras coisas, presentear-los com produtos que carreguem os símbolos da equipe amada.

Voltando ao tema anterior, é também a família que dá para seus filhos e filhas vários jogos inspirados no futebol. Curiosamente alguns deixaram de ser brincadeiras de criança e se transformaram em esportes. Por exemplo, vários jogos de videogame, desde o tempo do telejogo (primeira geração), têm o velho esporte bretão como uma referência. As bases mais avançadas, como o Xbox e o Wi, continuam tendo o esporte como opção de jogo. Um desses *games*, o FIFA Soccer, se tornou um dos maiores sucessos de venda, integrado cada vez mais com o jogo “real” (melhor dito, o não virtual). Aliás, a entidade máxima do futebol já premia anualmente, junto com os craques de outras categorias (masculino, feminino, futsal, praia), o melhor jogador do *game*.

Em certa medida, processo semelhante já ocorrera anteriormente com outras atividades ligadas ao velho esporte bretão, caso, por exemplo, do futebol de mesa (nome oficial do esporte também conhecido no Brasil como “futebol de botão” ou “jogo de botão”), praticado em diversas modalidades específicas (diferentes regras).

Muitos são, todavia, os outros jogos de salão inspirados no futebol. Um dos mais conhecidos é o “totó” ou “pebolim”, que se pode jogar individualmente ou em duplas. Há outros mais simples, que não necessitam de um brinquedo por vezes caro. Três tampas de refrigerante podem virar um futebol de mãos (o gol é simulado com elas entrelaçadas). Alguns podem ser confeccionados,

como o jogo com preguinhos e uma moeda (que hoje já existe numa versão comercializada).

REPRESENTAÇÕES NAS ARTES

Com tamanha presença nos mais diferentes âmbitos, não surpreende que o futebol tenha dialogado tanto com as mais distintas manifestações artísticas. Nas artes plásticas, por exemplo, vários foram os artistas que registraram a paixão nacional pelo esporte, ajudando a reforçar a “mitologia” que historicamente se gestou a seu redor. Entre tantos, podemos citar as representações de jogadores de Rubens Gerchman e Cláudio Tozzi, bem como as imagens de Cândido Portinari do futebol jogado na areia de sua terra natal, Brodósqui.

No cinema, durante muitos anos se disse que no Brasil não se traduziu nas telas a paixão pelo futebol. Haveria um certo divórcio entre as expectativas dos torcedores e o que se conseguia exibir nas salas escuras, até mesmo por dificuldades de recriar numa ficção a dinâmica do esporte. Também por isso, grande parte dos títulos, especialmente os mais bem realizados, era de caráter documental. Esse é o caso de *Garrincha, alegria do povo*, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade em 1962, uma das mais importantes películas nacionais sobre o tema.

Independentemente desse limite, de fato grandes jogadores e conquistas internacionais receberam atenção na cinematografia brasileira. Recentemente, inclusive, tem crescido o número de títulos e temas tratados ao redor do futebol, especialmente por os cineastas disporem de mais recursos técnicos e de um maior número de imagens disponíveis nos acervos televisivos. Uma novidade relevante é o crescimento do número de curtas que abordam o assunto.

No caso brasileiro, entre as artes, duas se destacam por constantemente abordarem o velho esporte bretão. Uma delas é a literatura. Ainda que menos em romances e contos, embora também aí a produção seja digna de registro, somente as crônicas produzidas já teriam sido suficientes para construir e reforçar um imaginário sobre o esporte, articulando-o mesmo a discursos identitários. Merece referência a produção de José Lins do Rego e Nelson Rodrigues, este último também inserindo a prática nas suas peças de teatro, linguagem que, aliás, também não a deixou passar despercebida. Entre outros, Dias Gomes e Oduvaldo Viana Filho escreveram obras em que o futebol foi o tema central.

A outra arte é aquela em que, muito provavelmente, mais o futebol tenha aparecido: a música, até mesmo pelas similaridades que no discurso foram construídas entre o esporte e uma das consideradas manifestações nacionais por excelência, o samba, ambos tidos como representações da mestiçagem nacional. Entre os compositores desse



Futebol em Brodósqui (1935) de Cândido Portinari

ritmo encontramos, no Brasil, as mais conhecidas obras em que a prática é exaltada, inclusive em uma de suas facetas mais conhecidas, o samba-enredo.

Mas não foi só no mundo de samba que isso ocorreu. Na música brasileira em geral, muitas vezes esteve nosso esporte consagrado. Aliás, há aqui uma faceta importante. Canções fazem parte do cotidiano de torcedores que comparecem aos estádios.

Na verdade, mais do que dizermos que o futebol está presente nas mais diferentes manifestações artísticas, é importante perceber que o ato de acompanhar e experienciar esse esporte é, em si,

altamente estético. O termo brasileiro para definir esse envolvimento é, aliás, perfeito, talvez o mais adequado entre tantos que existem no mundo. Não se trata de ser apenas um “adepto”, nem tampouco um “fã”: no nosso país somos torcedores, nos contorcemos, nos retorcemos, nos envolvemos profundamente com essa coisa que cotidianamente invade nossa vida. É muito sério o futebol. E muito divertido. Tão divertido quanto sério.

FUTEBOL COMO POLÍTICA PÚBLICA Por ser tão sério e divertido, e ocupar tanto espaço na agenda cotidiana de muitos brasileiros, o futebol deve ser motivo de atenção por parte do Estado, tema de políticas públicas. A essa altura, já se deve ter percebido o quanto é ambíguo e contraditório esse nosso estimado esporte, uma faca de dois gumes (três gumes? Quatro gumes? Muitos gumes?), “humano, demasiadamente humano” (para brincar com o filósofo).

No momento em que escrevo este texto, morreu um dos exemplos da ambiguidade e fascínio causados pelo futebol, o grande craque Eusébio, moçambicano negro que se tornou um dos maiores jogadores de Portugal (e do mundo), numa época em que era atroz a posição colonialista do país. Sinal de integração ou de entreguismo? Abertura de um caminho para maior respeitabilidade dos negros ou o oposto, seu enquadramento? Provavelmente tudo isso junto e misturado. Inegável mesmo é que tenha sido inesquecível e encantador o jeito de jogar do “pantera negra”, o que o tornou um dos grandes ícones do século XX (não poucas vezes chamado de “Pelé da Europa”, numa comparação com o notório brasileiro).

O grande desafio para qualquer administração governamental é intervir de forma a controlar os efeitos mais nefastos que se manifestam ao redor do futebol, potencializando o que há de positivo e sem macular uma certa espontaneidade que deve continuar a caracterizar o fenômeno.

Em termos gerais, há duas linhas de intervenção às quais deve o Estado estar atento: o âmbito das práticas cotidianas do jogo e a esfera do lazer-espetáculo. No primeiro aspecto, trata-se de ga-

rantir equipamentos e condições adequadas para que a população possa jogar sua pelada do dia a dia. Isso é, a construção e manutenção de campos e quadras bem conservados e acessíveis a todos. Mais ainda, oferecer à população, notadamente jovens e crianças, a possibilidade de praticar o futebol enquanto uma estratégia de intervenção educacional. Isso significa implementar projetos que usem o esporte como ferramenta de formação de cidadania, oferecida em tempo não escolar, por profissionais capacitados para essa atuação específica.

No que tange ao espetáculo, cabe às administrações governamentais garantir à população o pleno acesso aos jogos, não somente pela televisão, mas também nos estádios, locus por excelência do grande espetáculo “ludopédico”. Isso significa não somente garantir condições de conforto e segurança adequadas, como também impedir que a escalada comercial que cerca a prática acabe por tornar proibitivos os valores para os que querem acompanhá-lo.

É também nesse ponto que devemos nos preocupar com a organização de megaeventos esportivos. Eles, sem dúvida, podem trazer grandes benefícios para as cidades envolvidas, tanto no que tange ao esporte em si quanto no que se refere à infraestrutura urbana como um todo. Todavia, podem também ser um tiro no pé. Podem significar um grande investimento público em algo que pouco reverte para a população.

Veremos o que a Copa do Mundo trará efetivamente para os brasileiros e suas cidades. Por ora, o preço dos ingressos das novas arenas e o andamento da organização do evento são indícios preocupantes. Esperamos que o atual estado do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o Galeão, não seja uma metáfora do que será a organização dessa competição no Brasil: esburacado e chovendo por todos os lados.

Victor Andrade de Melo é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atua na Faculdade de Educação (graduação e Programa de Pós-Graduação em Educação) e no Instituto de História (Programa de Pós-Graduação em História Comparada). É coordenador do Sport – Laboratório de História do Esporte e do Lazer (www.sport.historia.ufrj.br).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Hobsbawm, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Drumond, M.. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- Franco Júnior, H. *A força dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Giulianotti, R. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- Hollanda, B. B. Buarque de. *O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.
- Hollanda, B. B. Buarque de; Melo, V. A. de (org.). *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

- Hollanda, B. B. Buarque de; Toledo, L. H.; Santos, J. M. M. C.; Melo, V. A. de. *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- Mascarenhas, G.; Bienenstein, G.; Sánches, F. *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011.
- Melo, V. A. de. *Cinema e esporte: diálogos*. Rio de Janeiro: Aeroplano/Faperj, 2006.
- Melo, V. A. de. *Esporte e lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- Priore, M. del; Melo, V. A. de. *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FUTEBOL E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE UMA RELAÇÃO EDUCATIVA

Silvio Ricardo da Silva
Priscila Augusta Ferreira Campos

O futebol é algo muito presente em nossas vidas. Mesmo não sendo praticante da modalidade é quase impossível no Brasil, ficar alheio ao esporte bretão. No nosso cotidiano, nos deparamos com notícias que variam entre lances de jogo até a vida pessoal de alguns jogadores, vinculadas nas diversas mídias; produtos esportivos (uniformes, revistas, aplicativos, jogos online, videogames, miniaturas de estádios etc) são comercializados para atender ao diversificado mercado de consumidores, além de produtos habituais que levam a marca do time do coração; em ambientes públicos e particulares há comentários e trocas de opinião sobre os jogos dos campeonatos disputados no Brasil como também dos jogos disputados em campos particulares, quadras alugadas em reunião com os amigos (as tradicionais peladas), sobretudo em dias anteriores e posteriores às disputas. Além disso, quem nunca fez “corpo mole” para cumprir uma tarefa, “tirou o pé da divida” ao perceber que não teria êxito na situação, “embolou o meio campo” por não conseguir expressar sua ideia de forma que todos a entendessem ou “pisou na bola” com alguém de quem se gosta, enfim, essas são apenas algumas das expressões corriqueiras do futebol brasileiro presentes em nosso vocabulário. Também é comum ouvirmos o jargão que “somos duzentos milhões de técnicos de futebol”, ou seja, todos se veem na condição e direito de opinar sobre escalões e sistemas táticos dos seus respectivos times, bem como os destinos do futebol no Brasil. Assim, podemos perceber que são inúmeras as situações em que o futebol se faz presente em nossa sociedade e, na maioria das vezes, nem nos atentamos para isso, por ser algo naturalizado em nossa cultura.

Para o antropólogo Roberto DaMatta, um dos primeiros estudiosos do futebol no âmbito das ciências humanas e sociais, “o futebol praticado, vivido, discutido e teorizado no Brasil seria um modo específico, entre tantos outros, pelo qual a sociedade brasileira fala, apresenta-se, revela-se, deixando-se, portanto descobrir” (1). Além disso, constitui-se como referência de lazer para as várias classes sociais, nas diversas regiões brasileiras, independente do gênero e da idade, seja no âmbito da prática ou como torcedor. O futebol apresenta-se, assim, como um fenômeno social, não só no Brasil, mas em muitos países, fazendo dele um dos esportes mais populares no mundo. Inclusive, os registros apontam que existem mais países filiados à Fédération Internationale de Football Association (Fifa) do que à Organização das Nações Unidas (ONU).

Na atualidade, este esporte tem o seu espaço em nossa sociedade ampliado, pois se trata de ano de Copa do Mundo e, como tal, há uma maior cobertura sobre o evento. Entretanto, isso ainda se dá de maneira mais enfática, sobretudo, pela realização, em território

nacional, da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, a partir de junho. Indubitavelmente, um megaevento como uma copa do mundo de futebol gera mudanças no país-sede, por conseguinte nas cidades-sedes que precisam se preparar para receber e operacionalizar tal evento, produzindo impactos nas áreas da economia, política, geografia, turismo, educação entre outras.

Cabe destacar, que inúmeras análises tanto positivas quanto negativas de cunho econômico, social, político, urbanístico, geográfico, entre outros, vêm sendo feitas sobre esse, que é o maior evento de futebol do mundo. Essa constatação nos leva à percepção de que o futebol não é apenas um esporte (entendido como um conjunto de regras, organizado em federações, com calendário próprio e corpo técnico específico — jogadores, administradores e público assistente), ele é muito mais, já que faz conexões históricas com temas e dilemas sociais, o que nos leva a inferir que deveria estar presente de maneira reflexiva no cotidiano escolar, principalmente nas aulas de educação física. No entanto, isso não ocorre na grande maioria das escolas devido ao entendimento do que venha a ser a disciplina curricular educação física e o futebol enquanto conteúdo desta disciplina.

Ao longo de sua constituição como disciplina escolar, a educação física sofreu grandes influências do discurso médico e militar, atendendo a uma ideologia de Estado para o desenvolvimento da aptidão física e de formação para o trabalho. Assim, vinculou-se a ideia de que a sua prática pedagógica deveria ser realizada por meio de exercícios físicos, nas quadras das escolas, de maneira a garantir o desenvolvimento integral da criança no que tange às habilidades motoras básicas de cada faixa etária, o domínio cognitivo e o afetivo-social. Nesse entendimento, não havia uma preocupação sobre a discussão política, social e histórica em relação ao conteúdo proposto, mas sim, sobre a melhor técnica corporal para a execução dos movimentos, isto é, um saber fazer corporal. No que tange ao objeto de ensino, a ação limitava-se às atividades físico-esportivas e recreativas.

Tal concepção foi hegemônica até o final da década de 1980, já que, nessa época, um grupo composto por seis professores foi pioneiro ao se reunir para propor outra possibilidade de entendimento sobre a educação física escolar, calcado no termo cultura corporal de movimento. Nessa perspectiva, o conteúdo se amplia para os jogos e brincadeiras, lutas, ginástica, dança e, também, o esporte. Para essa concepção, o movimentar humano é compreendido como construção de dado tempo e espaço, apreendido simbolicamente por meio dos sentidos e significados construídos pela cultura. Assim, não basta apenas executar determinado gesto técnico com a maior precisão, mas também compreender como as formas simbólicas são produzidas, transmitidas, recebidas, reproduzidas e transformadas, constituindo um complexo processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, dentro do ambiente escolar caberia à disciplina da educação física “a tarefa de tematizar, de problematizar as manifestações corporais presentes no cotidiano dos/as alunos/as, de apresentar o acervo de práticas historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas, considerando não apenas a sua reprodução, mas o conhecimento de sua historicidade, a problematização, a transformação e a recriação delas” (2). Embora essa afirmação trate especi-

ficamente da área de conhecimento da educação física, poderia ser ampliada ao conjunto das disciplinas escolares dentro de suas especificidades. Entretanto, o que vem ocorrendo ao longo dos tempos é que a escola ainda não reconhece o futebol, entendido de forma mais ampla, como uma possibilidade de educação e de formação para a vida social.

AS QUESTÕES DE GÊNERO E RACISMO FICAM DE ESCANTEIO Infelizmente, temos percebido que o futebol, enquanto conteúdo da educação física escolar vem sendo tratado no interior da maioria das escolas brasileiras de forma reducionista. Através de constatações cotidianas ou mesmo de trabalhos de pesquisa, vemos que durante as aulas de educação física, o futebol acontece apenas no nível da prática (o fazer pelo fazer), desprovido de reflexões teóricas sobre o saber fazer corporal ou sobre as referidas conexões sociais que permite e vivenciado, na maioria das vezes, de maneira sexista, onde é oferecido como atividade apenas ao grupo masculino. Poucas vezes é abordado na perspectiva da cultura corporal de movimento, isto é, como conteúdo cultural que deve ser ensinado pela vivência prática do movimento, como também, refletido, contextualizado e redimensionado. Daolio afirma que “trabalhar com uma prática esportiva nas aulas de educação física é muito mais do que o ensino das regras, técnicas e táticas. É necessário, acima de tudo, contextualizar essa prática na realidade sociocultural em que ela se encontra” (3).

Ademais, há no imaginário social que todo brasileiro sabe jogar bola e toda brasileira sabe sambar. Não à toa, parte dos meninos quando nascem são presenteados com uma bola e/ou um objeto que represente o clube de seu pai, a recíproca não é verdadeira para as meninas. Assim, meninas e meninos têm seus corpos e gostos construídos de forma distinta, por meio do processo de transmissão cultural, incorporando uma determinada estrutura social que influi em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclinam a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente.

Nesse sentido, como a bola é apresentada ao menino desde cedo e o pé é a parte do corpo apresentada para essa interação, o ato de chutar, correr, driblar é aprendido e apreendido desde cedo (diferente das meninas que são estimuladas aos movimentos de quicar, arremessar, lançar, rebater, e carregar a bola, dotando-a de outros sentidos, que não o futebol). Também faz parte da realidade da maioria dos meninos ser matriculados, desde cedo, em escolinhas de futebol com a perspectiva de se tornarem jogadores profissionais. Além disso, muitos acompanham os jogos de suas equipes do coração e ouvem as análises de jornalistas e comentaristas “especializados” sobre técnica e tática. Esses fatores, aliados a outros, faz com que o futebol no contexto escolar seja esvaziado de conhecimento e importância, uma vez que, o grupo ao qual ele foi historicamente oferecido tem, em outros espaços, a possibilidade de aprendizagem e formação desse conteúdo e, às meninas, imputa-se uma dificuldade de mediação, gastando, muito tempo da aula na tentativa de organi-

zar uma prática. De forma que, no país do futebol, há pouca reflexão e sistematização da prática pedagógica sobre o futebol.

Mas... Como pode a escola e a educação física escolar ficarem alheias às discussões sobre a organização e realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil? Temos acompanhado pelos meios de comunicação que a população brasileira vem se manifestando de maneira favorável ou desfavorável em relação a tais feitos, mas... e a escola, como tem mediado o debate com seus alunos?

Como ficar alheios à questão da violência que acontece na sociedade e no futebol, que atinge principalmente os jovens? Vimos na última rodada do Campeonato Brasileiro de Futebol, de 2013, série A, cenas de violência nas arquibancadas; temos presenciado constantemente notícias sobre conflitos entre grupos de pessoas que se denominam torcedores sejam de clubes rivais e até do mesmo clube, conflitos esses que vêm tirando a vida de muitos jovens e cujos posicionamentos jurídicos geram ações que influenciam na dinâmica da partida do futebol, tais como perda de mando de campo, criação do Estatuto do Torcedor, cadastramento do torcedor organizado, investimento em câmeras de segurança nas imediações do estádio o que leva os conflitos para as áreas periféricas, onde o controle e a segurança são pífios.

E como não problematizar a homofobia e o sexismo existentes no futebol brasileiro? No estádio há um reconhecimento tácito de que o homem pode chorar e se emocionar pelo seu clube e abraçar o colega ao lado (mesmo que não o conheça) no momento da comemoração do gol. Entretanto, não há questionamentos sobre o fato de o futebol ser um dos poucos espaços da sociedade onde os homens não podem se manifestar sobre outra opção que não seja a heterossexual. Violências simbólicas são cometidas com permissividade

e isso também não é tema de reflexão. Comumente vemos nas escolas as quadras de futebol serem entregues aos meninos, enquanto às meninas é reservado um espaço periférico para jogarem queimada, vôlei ou qualquer outra coisa, quando não são convidadas a assistir os meninos jogarem futebol e torcerem durante as aulas de educação física ou nos momentos em que a bola é oferecida à turma para o preenchimento de horário das aulas cujos professores estão ausentes. Também não se dá atenção ao menino que não quer jogar futebol ou a menina que tem desejo em aprender as habilidades do jogo, ambos, muitas vezes, são estereotipados pelo grupo escolar.

Não merece atenção por parte da educação física escolar os fatos racistas que acontecem, sobretudo nos campos de futebol europeus? Já no Brasil, tal prática não ocorre explicitamente como na Europa, mas de forma velada quando se alimenta o mito que o bom jogador é nascido e criado nas periferias das cidades e o bom dirigente precisa ter conhecimento específico para administrar o clube e seu patrimônio.

DRIBLANDO OS BASTIDORES E AS TÉCNICAS DE JOGO E as altas cifras que envolvem o futebol, trazendo aos jovens a ilusão de que podem enriquecer da noite para o dia e terem os mesmos privilégios ma-

**ADEMAIS, HÁ
NO IMAGINÁRIO
SOCIAL QUE
TODO BRASILEIRO
SABE JOGAR
BOLA E TODA
BRASILEIRA SABE
SAMBAR**

teriais e imateriais que seus ídolos? O que se sabe sobre a realidade profissional dos atletas? Não seriam esses, temas a serem abordados nas aulas de educação física escolar, para além do ensino (quando acontece) das regras e técnicas?

Outro tema pouco abordado refere-se às táticas de jogo. Será que todos os estudantes reconhecem em campo os esquemas táticos praticados pelas equipes e o que significam? Será que tal conhecimento é adquirido durante as transmissões das partidas quando a emissora, para apontar a escalação da equipe, exibe a foto dos jogadores e a posição que ocupam no campo, eximindo da educação física esse conhecimento?

Os conhecimentos sobre a fisiologia do corpo de um esportista, bem como as formas de treinamento são, também, negligenciados nas aulas. Quais mudanças físicas e fisiológicas ocorrem em nosso corpo quando praticamos exercícios físicos regularmente? E quando isso ocorre em situação de alto rendimento, há diferenças? Isso não é ensinado na escola.

Alguns professores se vangloriam por apresentar a história do futebol em suas aulas. Para eles, narrar o episódio do mito fundador Charles Miller basta. Mas... e a história que não se conta? A história dos clubes, das instituições centenárias, do time tradicional do bairro, de suas respectivas torcidas? O que se sabe sobre isso? Seria a internet a principal fonte de informação sobre esses dados?

E o que dizer sobre os ofícios que envolvem o futebol? Para além dos jogadores, comissão técnica, árbitros e dirigentes, quais outras profissões (diretas e indiretas) permeiam o universo do futebol? Qual a divisão social do trabalho envolvida nessas profissões?

Em nenhum momento deste artigo negamos a vivência prática deste conteúdo no ambiente escolar. Muito pelo contrário! Mas passar todos os anos da educação básica considerando-o apenas como um jogo ou “tapa-buraco”, desprovido de maiores reflexões sobre tudo que essa prática envolve é um equívoco. Nosso esforço é para que ele seja entendido como uma prática pedagógica e que, como tal, precisa de planejamento, conhecimento e recursos materiais e audiovisuais.

Outro equívoco é entender que os únicos espaços possíveis para que se desenvolvam as aulas sobre futebol na escola, principalmente na educação física, sejam as quadras, os campos ou os pátios. Outros espaços também possibilitam metodologias diversas. A sala de aula, por exemplo, também pode ser um espaço para que essas aulas aconteçam, não só em dias de chuva, como comumente ocorre. Que tal utilizarmos as mesas da cantina para uma partida de futebol de prego, ou desenhar uma quadra no chão do corredor para as aulas sobre futebol de botão. Quem sabe a biblioteca para procurarmos poemas, pinturas e reportagens sobre o próprio futebol ou temas afins. Talvez a sala de informática também fosse possível para conhecermos as possibilidades do futebol virtual (existe até campeonato brasileiro dessa modalidade, sabia?). Não devemos nos esquecer dos espaços externos à escola para visitas a museus, estádios, clubes, federações para que se aprenda as diversas possibilidades de ensino-aprendizagem da cultura corporal do movimento, do qual o futebol é um grande protagonista.

Silvio Ricardo da Silva é professor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT/UFMG).

Priscila Augusta Ferreira Campos é professora licenciada e bacharel em educação física pela UFMG, mestre em lazer (UFMG) e doutoranda em educação física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Faz parte do GEFuT/UFMG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DaMatta, R.; Neves, L. F. B.; Guedes, S. L.; Vogel, A. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
2. Richter, A. C. “Dos lugares do esporte nas aulas de educação física: algumas possibilidades de intervenção pedagógica”. *Cadernos de Formação RBCE*, Campinas, n.1, p.43-56, set./2009.
3. Daolio, J. *Cultura, educação física e futebol*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Bracht, V. “Educação física: conhecimento e especificidade”. In: Sousa, E. S.; Vago, T. M. *Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Cultura, 1997, p.13-23.
- Coletivo de autores. *Metodologia de ensino de educação física*. São Paulo, Cortez, 1992.
- Nicácio, L. G. “O torcer no futebol como possibilidade de lazer e a educação física escolar”. 127f. Dissertação (mestrado em lazer). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FUTEBOL, MÚSICA E LITERATURA: UMA ANÁLISE DOS HINOS DOS CLUBES ESPORTIVOS BRASILEIROS

Elcio Cornelsen

Os encontros entre futebol, música e literatura ao longo do século XX no Brasil, sem dúvida, foram muito profícuos e contribuíram para a formação da identidade nacional da população em torno de suas maiores paixões, culminando com o que Nelson Rodrigues denominou emblematicamente de a “pátria em chuteiras” (1).

Como bem aponta o sociólogo português António da Silva Costa, “o futebol é uma das principais chaves de leitura de nossa sociedade. E tudo isso é facilitado, sobretudo, pela natureza profundamente simbólica desse esporte e por seu funcionamento eminentemente ritualístico” (2). Justamente no que tange o seu caráter ritualístico, encontramos espaço para uma discussão transdisciplinar que envolve os âmbitos da literatura, da música e do futebol a partir do estudo de letras de hinos de clubes futebol.

Por definição, hino (do grego: ὕμνος hymnos, “estrutura sonora”) é uma composição poético-musical de louvor ou exaltação. O hino é expressão de entusiasmo elevado, um poema ou cântico de veneração ou louvor à divindade e não segue, necessariamente, uma regularidade formal. Originalmente, era composto em ritmo livre e não tinha rima ou estrofação rígida. Além disso, o hino pode ser de espírito religioso, escrito especificamente para louvor ou adoração tipicamente endereçado a deuses e heróis (3). Esse sentido original, cujas raízes remontam à Antiguidade, se transformaria em séculos, até atingir o seu sentido na Modernidade, quando surgem, então, o hino nacional (de devoção à nação ou pátria), o hino partidário (de devoção a um partido político), o hino de organizações em geral e o hino desportivo (de devoção a um clube ou agremiação) (4).

Desde 2009, quando iniciamos nossos estudos sobre as letras de hinos de clubes de futebol brasileiros, procuramos desenvolver um quadro de análise que nos possibilitasse avaliá-las em seus componentes líricos (a forma poética propriamente dita), épicos (elementos que alimentam o mito em relação à determinada agremiação, como alusão a símbolos, conquistas, virtudes etc) e dramáticos (as marcas textuais que denotam afetividade, apelo à fidelidade, emoção e louvor em relação ao clube) (5). Para isso, nos orientamos pela teoria dos gêneros literários proposta por Anatol Rosenfeld na década de 1960, ao considerá-los, justamente, de acordo com sua adjetivação, ou seja, como elementos épicos, líricos e dramáticos que podem estar presentes, simultaneamente, numa dada obra ou texto (6).

Há décadas, é lugar comum afirmar que “o futebol explica o Brasil” (7), numa alusão ao título da obra de Marcos Guterman, pu-

blicada em 2009, ou mesmo quando o escritor José Lins do Rego, já na década de 1940, era categórico em afirmar que “o conhecimento do Brasil passa pelo futebol” (8). Sem dúvida, isso tem uma razão de ser, como bem aponta o sociólogo Roberto DaMatta ao considerar o futebol como “uma importante agência de dramatização da sociedade brasileira” (9).

Portanto, se o futebol é, por assim dizer, uma chave de leitura para a interpretação do Brasil, toda e qualquer manifestação cultural a ele associada se torna uma espécie de documento que certifica e reitera tal propriedade. É justamente dessa forma que lidamos em nosso estudo com as letras dos hinos de clubes de futebol brasileiros, pois entendemos que eles carregam em si várias informações que não dizem respeito somente à história das próprias agremiações, mas também à história do país.

OS HINOS DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS EM SEUS PRIMÓRDIOS

É de conhecimento geral que o futebol, enquanto prática desportiva, chegou ao país no final do século XIX. Em seus primórdios, o *football* desfrutou de um significado “nobre”, sobretudo porque era, majoritariamente, praticado em clubes seletos. Aqueles que, não obstante as controvérsias, são apontados por estudiosos como os pioneiros do futebol brasileiro — Charles Miller, Hans Nobling, Oscar Cox, Victor Serpa, entre outros (10) — estudaram na Europa e conheceram no ambiente dos *colleges* britânicos ou suíços uma nova modalidade esportiva. Transplantado para a *terra brasílica*, levaria algum tempo até que o *football* criasse raízes profundas em nosso país, tornando-se o futebol, “the brazilian way of life” nas palavras do jornalista britânico Alex Bellos (11).

Portanto, em seus primórdios, a significação que se atribuiu ao *football* estava atrelada a um segmento minoritário da sociedade da época, pois, como nos lembra Roberto DaMatta, o futebol não tem em si um significado imanente e pode, desta forma, sofrer transformações em seu sentido, de acordo com os modos com que uma dada sociedade dele se apropria: o futebol é aquilo o que dele fazemos, pois, “como todas as atividades humanas, não teria uma essência que seria cheia ou vazia de consequências, mas dependeria da relação que estabelece com seus receptores num dado momento e numa dada sociedade” (12).

Como não poderia deixar de ser, isso se refletiu no modo como os clubes começaram a construir suas imagens identitárias enquanto pertencentes a esse ambiente elitizado. Tomemos, por exemplo, o primeiro hino oficial do Fluminense Sport Club, composto em 1915 pelo renomado escritor Coelho Neto, membro da cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras (ABL) e autor de obras-primas como *A conquista e Rei negro*, e música baseada na canção “It’s a long, long way to Tipperary”, de H. Williams. A começar pelo primeiro verso que dá título ao hino, “O Fluminense é um crisol”, já nota-se um estranhamento despertado pelo termo “crisol”, totalmente em desuso nos nossos dias. Numa primeira tentativa de, literalmente, traduzi-lo, falaríamos de “cadinho”, que, provavelmente, não diz muito para as gerações mais novas. Vejamos a seguir a letra do hino na íntegra:

O Fluminense é um crisol
 Onde apuramos a energia
 Ao pleno ar, ao claro sol
 Lutando em justas de alegria
 O nosso esforço se congraça
 Em torno do ideal viril
 De avigorar a nova raça
 Do nosso Brasil!

Corrige o corpo como artista
 Vida imprime à estátua augusta
 Faz da argila uma robusta
 Peça de aço onde a alma assista
 Na arena como na vida
 Do forte é sempre a vitória
 Do estádio foi que a Grécia acometida
 Irrompeu para a glória

Ninguém no clube se pertence
 A glória aqui não é pessoal
 Quem vence em campo é o Fluminense
 Que é, como a Pátria, um ser ideal
 Assim nas justas se congraça
 Em torno dum ideal viril
 A gente moça, a nova raça
 Do nosso Brasil! (13)

Nota-se, de antemão, uma estrutura formal rígida, à moda de um poema parnasiano, em voga na época, própria para um hino de caráter marcial. Como forma e conteúdo estão intimamente ligados, o vocabulário empregado também reflete esse caráter. Sem dúvida, o processo de enobrecimento do *football* — e do Fluminense — é patente nos versos de Coelho Neto, as referências espaciais procuram unir o Brasil à Grécia antiga, em que o clube emerge como um celeiro para forjar — o termo é apropriado a “crisol” — uma “nova raça”, pois “Corrige o corpo como artista/Vida imprime à estátua augusta”, numa alusão à iconografia no âmbito dos esportes, marcadamente em sua origem pelas artes plásticas na Antiguidade.

Além disso, os versos “Do estádio foi que a Grécia acometida/irrompeu para a glória”, hoje em dia, nos soam demasiadamente estranhos como partes integrantes da letra de um clube de futebol. Poderíamos nos indagar: o que levou Coelho Neto a essa associação? E neste ponto começamos a compreender que a máxima “o futebol explica o Brasil” não é tão infundada assim. Para o “nobre esporte bretão” das primeiras décadas do século XX, era importante assegurar-lhe um “pedigree” à altura daqueles que o cultuavam — dentro e fora do *field* —, e nada mais natural que revesti-lo de um caráter “olímpico”, que sempre desfrutou de um sentido positivo na civilização ocidental, ainda mais numa época em que o Movimento Olímpico Internacional se consolidava através dos esforços de Pierre de Coubertin. Cabe ressaltar também que, dentro desse procedimento, as virtudes são amplamente enaltecidas na letra de Coelho Neto: energia, combatividade, vigor, virilidade, força, alegria, mocidade, glória.

De acordo com a jornalista Cláudia Mattos (14), a letra de Coelho Neto apresentava aspectos que refletiam certa postura elitista e racista quanto à sociedade brasileira da época. De origem nobre, um “clube de ingleses”, a “nova raça” do Brasil, apregoada na letra, não se referiria à miscigenação, mas sim às origens elitistas do clube, que não aceitava jogadores negros em suas fileiras, nas duas primeiras décadas do século XX. Sem dúvida, esse foi um fator que influenciou na decisão de se compor um novo hino oficial para o Fluminense no início da década de 1920, levado a cabo por Antônio Cardozo Menezes Filho.

Sem dúvida, hinos como esse, de caráter marcial, carregam consigo marcas — textuais — de um tempo em que o *football* ainda não tinha se popularizado e se tornado o futebol. E se levarmos em conta o argumento de Cláudia Mattos, de que, nas primeiras décadas de sua existência, o ingresso de negros no clube era interditado, somos levados a deduzir também algumas peculiaridades da sociedade brasileira à época. Mesmo que o seguinte quadro soe demasiado genérico, parece-nos que ele não está tão longe da realidade: para se popularizar, o *football* — ainda na fase do amadorismo — teve de perder o seu “pedigree”, teve de deixar de ser um objeto da *society* elitizada, teve de sair do *field* para atingir as margens dos centros urbanos brasileiros que cresciam à época, teve de ir para os terrenos baldios, campos improvisados e várzeas modestas. Neste ponto, a década de 1920 é decisiva, pois não só haverá uma maior integração de jogadores negros nas agremiações, com destaque para o Clube de Regatas Vasco da Gama (15), como também começa a se estabelecer a profissionalização dos jogadores de futebol, até ser oficializada em 1933.

O que nos motivou a eleger a letra do primeiro hino oficial do Fluminense como exemplo de uma época em que o futebol ainda não havia se popularizado foi a possibilidade de poder aludir a essas questões de ordem sociocultural e histórica. A própria sociedade brasileira se reestruturava após a promulgação da Lei Áurea em 1888 e, respectivamente, a Proclamação da República em 1889. Se levarmos em conta que Coelho Neto compôs a letra em 1915, faziam menos de 30 anos que esses acontecimentos históricos haviam ocorrido. A Lei Áurea não teve força para impedir que o preconceito no Brasil grassasse naquelas primeiras décadas e que chegasse até nossos dias. E a estratificação social pós-lei lançou milhões, simbólica e fisicamente, à margem. E quando pensamos em aspectos como esses associados ao futebol, não podemos deixar de reconhecer o seu valor para a cultura brasileira. Isso, aliás, nos faz lembrar Oswald de Andrade e o Manifesto Antropófago de 1928: o produto final do *football* foi o futebol num processo de democratização cultural no Brasil.

OS HINOS DE CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS NA ERA DE SUA POPULARIZAÇÃO Ao contrário dos hinos marciais das décadas de 1910 e 1920, os hinos que surgiram a partir da década de 1930 no Brasil acompanharam o processo de popularização do futebol, afastando-se, assim, cada vez mais, de um sentido marcial e discursivamente “enobrecido” que, por exemplo, remontasse ao berço dos esportes na Grécia antiga. Ao contrário, os chamados hinos populares, em sua imensa maioria, desde o início refletiram em sua composição o espaço que o futebol atingira em nossa cultura. Decisivo nesse processo

foi a aliança do futebol com a música, mais especificamente o samba, outra manifestação de caráter popular que havia se consolidado no mesmo período. Mas é com o Carnaval e, mais especificamente, com o seu ritmo mais marcante, a marcha-rancho ou “marchinha”, como é popularmente conhecida, que o futebol encontraria a sua trilha sonora apta a lhe atribuir traços de identidade.

Certo conhecimento que temos a respeito de composições de hinos de clubes esportivos em outros países, como em Portugal e na Alemanha, nos permite afirmar que, nesses países, os hinos também receberam traços daqueles ritmos considerados populares, como o fado no caso português, ou como as chamadas “canções de cervejaria”, no caso alemão, estas mantendo ainda alguns traços rítmicos que aludiam ao compasso dos antigos hinos marciais, fundamentalmente executadas ao som de metais e instrumentos de sopro. Portanto, o mesmo fenômeno cultural ocorrido no Brasil, quando falamos de hinos de futebol, também ocorreu em outros países, mas o diferencial está, justamente, no tipo de ritmo popular que permitiu esse casamento entre música e futebol.

Em estudo publicado sobre a visceral relação entre música e futebol no Brasil, o jornalista Beto Xavier aponta para o fato de que, embora o futebol já fizesse parte da vida dos músicos brasileiros no início do século XX, foi somente no final da década de 1920 que o encontro entre música e futebol “ganhará seu primeiro grande registro” (16), mais precisamente com o choro “1 x 0”, de autoria de Pixinguinha e Benedito Lacerda, num momento áureo da chamada “era do rádio”. Outros se seguiriam nas décadas posteriores e se tornariam verdadeiros clássicos do gênero, como os choros “A ginga do Mané”, de Jacob do Bandolim, “Radamés y Pelé”, de Tom Jobim, e “Esquerdinha na gafieira”, de Altamiro Carrilho (17). Porém, estes permaneciam ainda no âmbito da música instrumental, sem integrar o texto poético.

Mas é, sobretudo, com a criação de hinos de futebol que esse encontro entre música e futebol se amplia, integrando a literatura, mais especificamente a arte poética. Pois o hino é uma criação mista e, como tal, marcada pela inclusão simultânea do elemento musical e do verbal, como ressalta Solange Ribeiro de Oliveira (18).

Não é por acaso que música e futebol se aliaram ao longo do século XX no Brasil, em parcerias muito felizes, envolvendo nomes como Ary Barroso, Lamartine Babo, Wilson Batista, Lupicínio Rodrigues, Tom Zé, Gonzaguinha, João Bosco, Jorge Ben Jor, Paulinho Nogueira, Aldir Blanc, Chico Buarque, e tantos outros, verdadeiros mestres em exaltar a paixão nacional. E a elas se juntará a literatura, seja em romances, contos, poesias e crônicas, através de escritores como Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, Nelson Rodrigues, Paulo Mendes Campos, João Cabral de Melo Neto, Alcântara Machado, Vinícius de Moraes, Carlos Heitor Cony, Edilberto Coutinho, Luis Fernando Veríssimo, Moacyr Scliar, Roberto Drummond, entre outros.

Por sua vez, podemos afirmar com segurança que a transição dos chamados hinos marciais para os hinos populares no âmbito do futebol se consolidou em meados da década de 1940. Sem dúvida tal transição está associada a Lamartine Babo (1904-1963), famoso compositor de marchas de carnaval que compôs nada mais

nada menos do que os hinos de 11 clubes do Rio de Janeiro: América, time de coração do compositor, Botafogo, Flamengo, Fluminense, Vasco da Gama, Bangu, todos considerados “grandes” na época, e dos times “modestos” Madureira, Olaria, São Cristóvão, Bonsucesso e Canto do Rio (19).

Segundo consta, “Lalá”, como Lamartine era conhecido, foi desafiado pelo radialista Héber de Bôscoli, com quem compunha o “Trio de osso” juntamente com Yara Sales no programa *Trem da Alegria*, da Rádio Mayrink Veiga, a compor um hino por semana para cada clube do Rio de Janeiro, desafio esse plenamente cumprido pelo compositor (20). Aliás, Lamartine Babo faria escola também quanto ao estilo dos hinos de futebol, compostos como marchas-rancho, e estas se diferenciavam das marchas militares em sua cadência. Ao se referir a essa associação entre futebol e carnaval, Paulo Jebaili afirma que “[o] hino de futebol escolhe a marcha porque é a festa. E a festa é sublimação da dor. A marcha é uma das primeiras manifestações de pessoas que se reúnem em blocos na rua para cantar a vida de forma lúdica” (21).

Para ilustrarmos o tipo de hino composto na fase de consolidação do futebol como fenômeno cultural popular, elegemos, mais uma vez, o Fluminense Football Club e seu terceiro hino da história, composto na década de 1940, com letra de Lamartine Babo e música do maestro Lyrio Pannicalli, que vai à contramão dos hinos anteriores, uma vez que rompe com a tradição marcial, assumindo um caráter eminentemente popular. Nossa escolha por esse hino não se deve apenas ao fato de que, metodologicamente, se torna mais interessante em termos de ilustração ao ser contraposto ao hino composto por Coelho Neto em 1915, mas, sobretudo, pelo fato de ser um dos mais belos hinos compostos para clubes do futebol brasileiro:

Primeiramente, podemos constatar que, em termos formais, a letra apresenta variação, portanto, sem a mesma rigidez da letra do primeiro hino oficial. Em segundo lugar, por se tratar de uma letra de caráter popular, certos elementos épicos se fazem presentes com toda sua força, a começar pelo modo como se constrói a cena narrativa, em que um “eu” se insere, aspecto totalmente ausente nos hinos marciais, quando predomina o sujeito coletivo “nós”: “Sou tricolor de coração / Sou do clube tantas vezes campeão” / “Eu sou é tricolor”.

Além disso, a letra inclui feitos heroicos e conquistas, outro traço ausente em hinos marciais, eminentemente atemporais: “Retumbante de glórias / E vitórias mil” / “Faz a torcida querida / Vibrar de emoção o tricampeão”, sendo que este último verso refere-se à conquista dos títulos de campeão carioca dos anos de 1917, 1918 e 1919. Já o modo como o clube é situado em termos de espaço, enquanto marca textual, refere-se ao âmbito nacional no verso “Clube que orgulha o Brasil”, e a identidade simbólica é amplamente explorada, sobretudo com relação às cores do tricolor — verde, vermelho e branco: “Salve o querido pavilhão / Das três cores que traduzem tradição” / “Com o verde da esperança” / “Com o sangue encarnado” / “Branco é a paz e harmonia” / “Salve o tricolor”.

Por sua vez, os aspectos dramáticos também são bem marcados na letra composta por Lamartine Babo, algo que, pelo caráter “viril” dos hinos marciais, ou mesmo pelo investimento num sujeito coletivo “nós” como representante daquele sentimento que Hilário Franco Júnior chamou de “espírito clânico” (23), não figurava nas

letras de hinos compostas nos primórdios do futebol brasileiro. Ao contrário, por seu caráter popular, há espaço na letra do hino popular para a afetividade — “Sou tricolor de coração” / “Eu tenho amor ao tricolor” —, a emoção — “Fascina pela sua disciplina / O Fluminense me domina” / “Faz a torcida querida / Vibrar de emoção o tricampeão” —, o apelo à fidelidade — “Sou tricolor de coração”; “Eu sou é tricolor” — e o louvor — “Salve o querido pavilhão”; “Salve o tricolor”.

Sou tricolor de coração
Sou do clube tantas vezes campeão
Fascina pela sua disciplina
O Fluminense me domina
Eu tenho amor ao tricolor

Salve o querido pavilhão
Das três cores que traduzem tradição
A paz, a esperança e o vigor
Unido e forte pelo esporte
Eu sou é tricolor

Vence o Fluminense
Com o verde da esperança
Pois quem espera sempre alcança
Clube que orgulha o Brasil
Retumbante de glórias
E vitórias mil

Vence o Fluminense
Com o sangue do encarnado
Com calor e com vigor
Faz a torcida querida
Vibrar de emoção o tricampeão

Sou tricolor de coração
Sou do clube tantas vezes campeão
Fascina pela sua disciplina
O Fluminense me domina
Eu tenho amor ao tricolor

Salve o querido pavilhão
Das três cores que traduzem tradição
A paz, a esperança e o vigor
Unido e forte pelo esporte
Eu sou é tricolor

Vence o Fluminense
Usando a fidalguia
Branco é paz e harmonia
Brilha com o sol
Da manhã
Com a luz de um refletor
salve o tricolor. (22)



Portanto, podemos afirmar que o hino popular composto por Lamartine Babo e, desde então, executado nos momentos de festividade e de conquistas do Fluminense suplanta os hinos anteriores — tanto o de Coelho Neto, quanto o de Cardozo de Menezes Filho, este último não abordado no espaço deste estudo. Lamartine Babo, que nem era tricolor, mas sim torcedor fanático do América do Rio, teve a sensibilidade para compor um texto que muito nos diz em termos do modo de cantar os feitos de um clube com alegria e, sobretudo, tolerância.

OUTROS HINOS POPULARES DE CLUBES DO FUTEBOL BRASILEIRO: ALGUMAS CURIOSIDADES ANTES DO APITO FINAL

O estudo de letras de hinos de clubes de futebol brasileiro nos possibilita percorrer uma via de mão dupla: se num sentido podemos analisar o modo como as imagens dos clubes são construídas, noutro, podemos refletir também sobre o contexto sócio-histórico em que foram compostas, numa leitura chave para a própria sociedade brasileira.

Nesse sentido, são inúmeras as curiosidades reveladas por um estudo dessa natureza. Basta pensarmos, por exemplo, na letra do hino do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, composta pelo sambista Lupicínio Rodrigues em 1954, que viria a substituir o primeiro hino oficial do clube, composto em 1924 por Isolino Leal, de caráter marcial, e o segundo hino, de 1946, “Marcha de guerra do Grêmio Porto Alegrense”, composto por Breno Blauth. Tomemos os versos que compõem o refrão: “Até a pé nós iremos / Para o que der e vier / Mas o certo é que nós estaremos / Com o Grêmio, onde o Grêmio estiver”. Apenas esses versos já dão margem para algumas conjecturas, entre elas, o sujeito coletivo “nós” do “espírito clânico” enquanto componente épico, apontado anteriormente, e também uma marca de apelo à fidelidade, de caráter dramático. Tais versos cantam o esforço do torcedor gremista em acompanhar o clube onde quer que ele vá ou esteja, mesmo que isso possa significar um tremendo esforço de ir a pé. Reza a lenda, entretanto, que esses versos tiveram uma motivação bem concreta, por ocasião de uma greve de condutores de bondes na capital gaúcha, em 1953, ano do cinquentenário do clube, que comprometera até mesmo a realização de jogos na cidade. Naquela oportunidade, Lupicínio teria se sentado numa mesa de bar e composto os famosos versos. Entretanto, nem tudo foi inspiração do poeta boêmio, pois se valeu de uma frase que torcedores do Grêmio exibiam estampada numa faixa, nos jogos da equipe: “Com o Grêmio onde estiver o Grêmio”, frase atribuída a Salim Nigri (24).

Na letra do hino popular do Grêmio, temos, portanto, um título exemplo de intertextualidade entre a frase da faixa e os versos de Lupicínio Rodrigues. Aliás, a intertextualidade pode ocorrer também entre hinos. Bons exemplos disso são as letras dos hinos compostos por Lamartine Babo. Os versos do hino do Clube de Regatas Flamengo, composto por Lalá, enfatizam o apelo à fidelidade, um dos elementos dramáticos presentes em letras de hinos populares de clubes de futebol: “Vencer, vencer, vencer / Uma vez Flamengo, / Flamengo até morrer” (25). Algo semelhante ocorre com os versos do hino do América do Rio: “Hei de torcer, torcer, torcer / Hei de torcer até morrer, morrer, morrer” (26). Além do apelo à fidelidade

“até morrer”, há também um traço estilístico de Lamartine ao empregar os verbos “vencer”, “torcer” e “morrer” em repetição trina.

Lamartine, por assim dizer, faria escola, pois décadas mais tarde, outro compositor de marchinhas de carnaval em Minas Gerais, Vicente Motta, se inspiraria naqueles hinos para compor a letra do hino do Clube Atlético Mineiro, em 1969, conforme demonstram os seguintes versos:

[...]
Vencer, vencer, vencer...
Este é o nosso ideal.
[...]

Lutar, lutar, lutar...
Pelos gramados do mundo para vencer.
Clube Atlético Mineiro,
Uma vez até morrer.

Lutar, lutar, lutar...
Com toda a nossa raça pra vencer.
Clube Atlético Mineiro,
Uma vez até morrer (27).

Consta ainda que, prestigiado por ter vencido as últimas duas edições de concursos de marchinhas de carnaval na cidade de Belo Horizonte, Vicente Motta, que compôs também o hino do América mineiro, foi contratado pela diretoria do Atlético com a incumbência de exaltar a excursão vitoriosa à Europa, empreendida pelo clube em 1950, e também o título de Campeão dos Campeões de 1937. Tais feitos estão registrados nos versos “Nós somos campeões do gelo / O nosso time é imortal / Nós somos campeões dos campeões / Somos o orgulho do esporte nacional” (27).

Outra peculiaridade desse hino, que também se tornaria recorrente em outros hinos mais recentes, é a referência à mascote do clube: “Clube Atlético Mineiro / Galo Forte Vingador”. Cabe lembrar que a criação de mascotes para os clubes se deu, sobretudo, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, no bojo da popularização do futebol. E muito mais curiosidades podem ser reveladas por um estudo dessa natureza, que nos auxiliam a “ler” o Brasil através do futebol.

Trila o apito final.

Elcio Cornelsen é professor associado da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que atua nos programas de pós-graduação em estudos literários dessa instituição e no interdisciplinar em estudos do lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Desde 2010, coordena o Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes (Fulia), e é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Rodrigues, N. “A pátria em chuteiras”. In: Rodrigues, N. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994. pp 179-181.
- Costa, A. da S. “Apresentação”. In: Lovisaro, M.; Neves, L. C. (org.).

Futebol e sociedade: um olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Uerj. 2006. p 9.

- Bilac, O.; Passos, G. *Tratado de versificação*. 6. ed., São Paulo; Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1930. p 110.
- Cornelsen, E. “Literatura, música e futebol: um olhar transdisciplinar”. In: Holanda, S. A. de O. (et al.) (org.). *Amazônia, culturas, linguagens*. Curitiba: Ed. CRV. 2011. pp 134-135.
- Cornelsen, E. “Hinos de futebol nas Gerais: dos hinos marciais aos populares”. *Aletria*. n. 2, v. 22, pp 60-61, maio-ago. 2012.
- Rosenfeld, A. *O teatro épico*. São Paulo: Deso. 1965. pp 3-26.
- Guterman, M. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto. 2009.
- In: *Língua Portuguesa*. caderno especial Futebol & Linguagem. ano I, p 66, abril de 2006.
- DaMatta, R. “Antropologia do óbvio: um ensaio em torno do significado social do futebol brasileiro”. In: DaMatta, R. *A bola corre mais que os homens*. Rio de Janeiro: Rocco. 2006. p 163.
- Couto, E. de F. “Os primórdios do futebol em Belo Horizonte. Aspectos do pertencimento clubístico (1908-1927)”. In: Silva, S. R. da; Debortoli, J. A. de O.; Silva, T. F. da (org.). *O futebol nas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2012. p 113.
- Bellos, A. *Futebol: the Brazilian way of life*. London: Bloomsbury. 2002.
- DaMatta, R. “Os milagres do futebol”. In: DaMatta, R. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. 2. ed., Rio de Janeiro: Rocco. 2011. p 88-89.
- Netto, C. “Primeiro hino oficial do Fluminense Football Club (1915)”. Disponível em: http://www.fluminense.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=83; acesso em: 05 ago. 2009.
- Mattos, C. “Fluminense e a origem nobre”. In: Mattos, C. *Cem anos de paixão: uma mitologia carioca no futebol*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997. p 54-56.
- Franzini, F. “Quando a bola tinha cor”. In: Franzini, F. *Corações na ponta da chuteira: episódios iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A. 2003. pp 46-47.
- Xavier, B. *Futebol no país da música*. São Paulo: Panda Books. 2009. p 25.
- Xavier, B., *op.cit.* p 37.
- Oliveira, S. R. de. *Literatura e música: modulações pós-coloniais*. São Paulo: Perspectiva. 2002. p 12.
- Xavier, B., *op. cit.*, p 52.
- Valença, S. *Tra-la-lá*. Rio de Janeiro: Funarte. 1981. p 158.
- Jebaili, P. “Para cantar de cor”. *Língua Portuguesa*. caderno especial Futebol & Linguagem. ano I, p 55, abril de 2006.
- Babo, L.; Pannicalli, L. “Hino popular do Fluminense Sport Club (1945)”. Disponível em: http://www.fluminense.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=83; acesso em: 05 ago. 2009.
- Franco Junior, H. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. pp 213-224.
- Xavier, B., *op. cit.*, p 121.
- Valença, *op. cit.*, p 159.
- Valença, *op. cit.*, p 160.
- Motta, V. Hino atual do Clube Atlético Mineiro (1969). Disponível em: <http://www.atletico.com.br/site/cam/hino>; acesso em: 05 ago. 2009.

“MUITO MAIS DO QUE UM JOGO”: OS EMBATES ENTRE O COI E A FIFA PELO CONTROLE DO FUTEBOL OLÍMPICO

Sérgio Settani Giglio

O futebol é uma das modalidades mais antigas do programa olímpico. Sua importância no cenário futebolístico sofreu mudanças ao longo da existência dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Sua ausência em apenas duas edições (1896 e 1932) revela que durante muito tempo o futebol teve nos Jogos Olímpicos a sua grande competição entre seleções.

Neste texto, tratarei do contexto político e algumas restrições pelas quais passou essa modalidade desde a sua primeira participação como modalidade exibição em 1900 até a última edição olímpica, em 1976, antes da criação da Copa do Mundo de Juniores (1977), atual Sub-20. O ano de 1976 funciona como um marco simbólico como forma de delimitar um período em que o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol (Fifa) travaram inúmeras disputas em torno do futebol tendo como objetivo estabelecer quem detinha o controle do futebol. Tal fato representa a ação da Fifa em enfraquecer o futebol olímpico para valorizar o seu principal produto, a Copa do Mundo de Futebol.

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar como, ao longo da história olímpica, o futebol se tornou um ponto de conflito entre o COI e a Fifa. Tal embate se revela nos dias atuais por meio de restrições impostas pela Fifa ao futebol olímpico como sendo uma de suas ações para enfraquecê-lo. Em outras palavras, a Fifa gostaria que o futebol não estivesse no programa olímpico. Para o COI, a presença do futebol em sua competição é vista como uma excelente fonte de renda diante das médias de público obtidas nas recentes competições. Por trás dessa disputa está a busca pelo controle do futebol no mundo.

O FUTEBOL E OS JOGOS OLÍMPICOS (1896-1912) O futebol é uma das modalidades mais antigas do programa olímpico da Era Moderna. O COI foi criado em 1894, por iniciativa de seu idealizador Pierre de Coubertin, na Conferência Internacional na Sorbonne (1). Dois anos depois acontecia em Atenas, na Grécia, a primeira edição dos Jogos Olímpicos.

Nessa ocasião, o futebol não foi incluído no programa dos Jogos pelo fato de que nenhum país se interessou em enviar uma equipe para a disputa. Nos Jogos seguintes, Paris (1900) e Saint Louis (1904), os Jogos Olímpicos foram um anexo das Exposições Universais que funcionava como um espaço de divulgação da modernidade (2). Nessas duas edições poucos países enviaram suas equipes e o futebol foi incluído como modalidade de exibição e por tal fato a Fifa não apresenta essas duas edições em seu site. A ausência dessa competição nos arquivos *online* da Fifa também pode ser lida como uma forma de não validar essa competição antes de sua fundação, que aconteceu em 1904.

Apesar das competições esportivas terem ficado perdidas diante do grande número de eventos apresentados nas Exposições (3), essa experiência serviu como um processo embrionário que permitiu aos Jogos Olímpicos crescer e criar a sua própria identidade.

Como forma de comemorar os dez anos da primeira edição olímpica aconteceram, novamente, em Atenas, os Jogos Intermediários. Essa competição é considerada de fundamental importância para o desenvolvimento do COI e como forma de fortalecer os ideais olímpicos (4;5). Mesmo após dois anos de sua criação, a Fifa não se interessou em participar do torneio olímpico (6).

Somente nos Jogos de Londres de 1908, o futebol foi incluído oficialmente no programa olímpico e a organização da competição coube à Fifa. Tendo como suporte a ideia dos princípios olímpicos foi ressaltado que somente poderiam participar atletas amadores, sendo considerado amador aquele que não recebesse remuneração ou consideração de qualquer espécie a mais do que as despesas necessárias para pagar hotel e viagem, ou aquele que não estivesse registrado como profissional.

Entre os Jogos de 1908 e 1912, o futebol ganhou espaço em vários países do mundo e com isso houve um aumento de praticantes. Dessa forma, com a popularidade do futebol, os trabalhadores passavam a representar uma ameaça aos princípios olímpicos. Reforçar a condição do atleta amador como sendo aquele que poderia praticar o esporte em seu tempo livre (os aristocratas) restringia a presença daqueles que tinham que trabalhar e, consequentemente, praticavam alguma modalidade em seu tempo livre. Portanto, nos Jogos de 1912 apareceu, pela primeira vez, o questionamento sobre a permanência do futebol no programa olímpico (7).

FUTEBOL E POLÍTICA NOS JOGOS OLÍMPICOS (1913-1936) A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) provocou o cancelamento dos Jogos de 1916. Após o fim do conflito os Jogos voltaram a acontecer em 1920 em Antuérpia. A década de 1920 ficou marcada por evidenciar uma série de elementos políticos presentes no esporte olímpico e, em especial, no futebol. Se a presença de reis, príncipes, barões eram frequentes nos eventos esportivos um outro componente, o nacionalismo, passou a se manifestar com mais clareza nesses espaços. A final do futebol olímpico entre Bélgica e Tchecoslováquia é relatada por Dietschy (8) como sendo a exacerbação do sentimento nacional após uma divergência em um lance da partida. Para o autor, esse nacionalismo funciona como um dos principais fatores de manifestações de violência, simbólica ou real.

Os Jogos Olímpicos de Paris (1924) representam uma grande transformação na estrutura do futebol e confirma que o futebol havia se popularizado. O torneio de futebol foi disputado em quatro estádios diferentes (Colombes, Pershing, Berger e Paris) e, segundo o Relatório Oficial dos Jogos teve um público acumulado de 201.324 pessoas (9). Para Vigarello (10), a presença do estádio proporcionou o acesso das massas para acompanhar de perto as competições.

AMADORES VERSUS PROFISSIONAIS Ao final dos Jogos de 1924 se iniciou um debate entre o COI e a Fifa que foi crucial para os

rumos do futebol dentro dos Jogos Olímpicos. O debate sobre a definição de amadorismo que seria definida envolvia o presidente do COI, Baillet-Latour, e o presidente da Fifa, Jules Rimet.

Um ano depois aconteceu o Congresso de Praga (1925) e a definição de amador foi feita em conjunto com as federações internacionais. Nesse debate, o COI se posicionou contrário à possibilidade dos atletas receberem compensação por perda de salário quando ficassem afastados (*broken time*) de suas atividades laborais para participar de alguma competição esportiva. A Fifa, por sua vez, passou a considerar (a partir de 1º de outubro de 1925) como sendo atletas amadores somente aqueles que não recebiam compensação por perda de salário. Em 1927, a Fifa anunciou que resolveu estabelecer alguns critérios para o ressarcimento referente aos salários perdidos ocasionados por conta do afastamento. A Federação Internacional de Futebol queria colocar em igualdade de condições os jogadores-trabalhadores, especialmente, nos casos em que o empregador se recusasse a pagar o atleta pelo seu tempo de afastamento. E para que isso não acontecesse defendia que o empregador fosse reembolsado. Diante das discordâncias ficou estabelecido que a decisão sobre o afastamento e pagamento por salário perdido seria decidido em um próximo congresso.

O que estava por trás de todo esse debate era a obtenção do controle do futebol no mundo. Caso o COI aceitasse as imposições da Fifa não teria como se posicionar diante das outras modalidades e caso a Fifa aceitasse a visão do COI tornar-se-ia uma entidade subordinada. Em suma, o que estava em jogo era o poder e na primeira grande divergência por ele, as quatro federações britânicas se retiraram da Fifa (11).

Logo começaram as sondagens para eliminar o foco do problema: o futebol. Na 27ª sessão do COI, realizada poucos dias antes do término dos Jogos de Amsterdã, o comitê executivo fez a proposta de retornar ao programa original dos Jogos. O presidente do COI, Baillet-Latour, afirmou que se fosse estabelecida essa decisão duas modalidades estariam excluídas: o futebol e o tênis. Apesar das divergências, o futebol pôde participar dessa edição olímpica, mas o COI resolveu retirar o tênis do programa de 1928 quando a Federação Internacional de Tênis de Campo (Filt) proibiu seus atletas de competirem nos Jogos (12).

Todos esses embates revelam a crise pela qual passava o amadorismo que tinha, de um lado, o esporte como algo a ser realizado no tempo livre, algo destinado aos aristocratas; na outra ponta estava o trabalho e com ele os assalariados que não eram bem vistos dentro do movimento olímpico. Toda essa tensão está direcionada para o profissionalismo e as formas de impedir, ao menos pelo COI, que o esporte se tornasse o trabalho principal das pessoas.

Foto: Odebrecht/Divulgação



Estádio do Itaquerão, em São Paulo, onde ocorrerá a abertura da Copa do Mundo 2014

Ao final dos Jogos de 1928 ficou decidido que o futebol não faria parte do programa de 1932. Com a saída da modalidade e diante da autonomia que já apresentava em relação ao movimento olímpico, em outubro de 1928 a Fifa anunciou que pretendia organizar um campeonato mundial de futebol aberto para amadores e profissionais, mas que esse fato não iria interferir nos Jogos Olímpicos (13).

Em Los Angeles 1932, o futebol ficou de fora do programa, mas a discussão em torno das definições de amador e profissional continua-

ram a acontecer. A Fifa retirou a definição de amador do seu estatuto e também as regras sobre o pagamento por perda de salário, ficando a cargo das federações internacionais a responsabilidade por essas questões. Em 1934, o futebol foi aceito novamente no programa olímpico. A Fifa concordou que os atletas participantes seriam os que não receberam reembolso por tempo de afastamento. Apesar da Fifa em seu congresso ter decidido pela presença do futebol nos Jogos Olímpicos, do lado do COI havia certa resistência por parte de Coubertin que defendia a valorização das modalidades individuais.

O retorno do futebol aos Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim, ficou marcado por um conflito político entre Peru e Áustria. Durante a realização dessa partida aconteceu a invasão de campo de um torcedor que chutou um jogador austríaco. Após o incidente e com a derrota, a Áustria entrou com um recurso alegando que havia sido prejudicada. A Fifa montou uma comissão para julgar o caso, mas essa comissão foi composta apenas por membros europeus. A decisão dessa comissão indicou que deveria ser realizada uma nova partida entre as seleções, fato que desagradou a delegação peruana que, por sua vez, acusou a Fifa de ter tomado uma decisão ditatorial. O Peru discordou da decisão e informou que se fosse mantida tal decisão o país retiraria todos os seus atletas dos Jogos (14). Com a retirada do Peru havia uma expectativa de que outros países da América do Sul também se retirariam em solidariedade. Tal apoio não aconteceu de forma completa.

Esse episódio explicita a visão eurocêntrica das entidades que regiam os Jogos Olímpicos e o torneio de futebol. As decisões estavam concentradas nas mãos de poucos europeus. A ação política em retirar todos os atletas e não somente a equipe de futebol era uma forma de discordar do modelo esportivo estabelecido. Essa coragem de enfrentar os sistemas esportivo e político, ainda mais no contexto dos Jogos de Hitler, evidenciava o quanto a América do Sul não estava organizada do ponto de vista político para conquistar um espaço no campo esportivo e, portanto, acataavam as “decisões ditatoriais” que definiam os rumos do esporte no mundo ou nas palavras de Bourdieu (15) como estava constituído o campo esportivo.

APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL O NOVO PALCO DO FUTEBOL SERÁ A COPA DO MUNDO E NÃO MAIS OS JOGOS OLÍMPICOS (1948-1976)

A interrupção provocada pela Segunda Guerra Mundial impediu a realização de duas edições olímpicas (1940-1944). Em seu retorno, em 1948, o futebol continuou no programa olímpico enquanto a Copa do Mundo caminha para a sua quarta edição e foi nessa nova fase que aconteceu um aumento do interesse pelo evento promovido pela Fifa.

Os Jogos Olímpicos retornaram a Londres após 40 anos e o cenário dessa nova edição olímpica era bem diferente de 1908. Algumas seleções não participaram do torneio de futebol por alegar que o futebol profissional havia ganhado espaço em seu país e, por tal fato, não teriam condições de enviar uma seleção competitiva para a disputa. Continuavam vigentes as regras do amadorismo que ressaltava o interesse do atleta em praticar o esporte por prazer sem que houvesse algum tipo de ganho financeiro.

Toda essa estrutura que colocava o amadorismo e o profissionalismo em lados opostos também passou a polarizar o mundo esportivo a partir dos países capitalistas e socialistas. Como nos países socialistas não havia profissionalismo, os atletas eram contratados como funcionários do Estado para poderem participar das competições esportivas.

Mesclada a essa condição algumas seleções, que disputariam os Jogos de Helsinque em 1952, eram acusadas de possuir atletas profissionais em suas equipes. Diante dessa situação, o então presidente da Fifa, o inglês Stanley Rous, defendia a saída do futebol do programa olímpico.

Apesar desse posicionamento, o futebol passou a integrar o programa obrigatório dos Jogos Olímpicos de Melbourne em 1956. A discussão em torno do amadorismo e profissionalismo continuava a acontecer no COI. O presidente da entidade, o norte-americano Avery Brundage, defensor do amadorismo, procurava de todas as formas impedir que os Jogos Olímpicos funcionassem como um trampolim para os atletas amadores se tornarem profissionais. Em uma de suas ações, Brundage queria obrigar os atletas a declararem que não iam se tornar profissionais no futuro. Essa medida polêmica foi desconsiderada pelo COI (16).

O futebol nos Jogos de 1956 ficou marcado pela desistência de algumas seleções e algumas críticas foram feitas, especialmente, pela imprensa estrangeira em relação à duração da competição dessa modalidade e da partida final ter acontecido no último dia do evento. Com base nesses argumentos a imprensa colocava-se a favor da saída do futebol do programa olímpico.

Para os Jogos Olímpicos de Roma em 1960 a Fifa tomou uma decisão inédita: estava proibida, além dos atletas profissionais, a participação dos jogadores que haviam disputado a Copa do Mundo da Suécia de 1958. Essa determinação foi apresentada como forma de salvar o torneio olímpico e, conseqüentemente, restringir o acesso dos atletas pertencentes aos países que não reconheciam o profissionalismo (União Soviética, Suécia, Tchecoslováquia e Hungria) e tinham um grande êxito nessa competição.

Quatro anos depois, nos Jogos de Tóquio de 1964, o futebol continuava sem grande prestígio dentro do COI. Em uma consulta

interna, 83,5% dos 67 membros consultados da entidade defendiam que o futebol deveria ser retirado do programa olímpico. Entre os argumentos destacavam-se: após a criação da Copa do Mundo o futebol olímpico precisava possuir um maior alcance; diante das regras estabelecidas, após a Segunda Guerra, os campeões foram invariavelmente os países que não adotavam o profissionalismo e, pela primeira vez, apareceu o argumento de que seria necessário estabelecer um limite de idade como forma de valorizar os jovens jogadores.

Seguindo as linhas de restrições nesse jogo de poder entre as duas entidades, a Fifa estabeleceu que não poderiam participar dos Jogos de Tóquio os atletas amadores da Europa e da América do Sul que haviam disputado as eliminatórias e/ou a Copa do Mundo de 1962 no Chile.

Nesse cenário as dificuldades passavam, principalmente, por estabelecer (ou fiscalizar) quem era o atleta amador. Embora Rous, presidente da Fifa, declarasse que 99% dos jogadores eram amadores naquele momento o cenário de denúncias feitas aos falsos amadores fazia com que Brundage, presidente do COI, pedisse maior fiscalização por parte da Fifa. E, nesse jogo de poder entre as entidades, Brundage alertava que se houvesse alguma divergência entre as regras da Fifa e do COI que deveriam ser seguidas as do COI.

Alguns anos antes dos Jogos do México de 1968, a discussão sobre amadores e profissionais continuava na pauta do futebol. Muitos defendiam que o futebol por ser um esporte popular deveria continuar no programa, mas que deveria existir um controle maior sobre os amadores. A Fifa apresentou uma proposta para criar uma comissão amadora encarregada exclusivamente de cuidar do futebol amador. Porém, de acordo com Rous, essa nova comissão atuaria somente na Europa e América do Sul, pois na África e na Ásia o futebol profissional praticamente não existia.

O futebol nos Jogos de Munique de 1972 chegava sob a desconfiança de que algumas seleções haviam infringido as regras do amadorismo nos Jogos de 1968, pois muitos atletas já tinham recebido dinheiro para jogar futebol. Brundage entendia que o futebol tinha conquistado o seu espaço com a Copa do Mundo e o futebol nos Jogos Olímpicos ficava com a parte que sobrava desse interesse. Ainda criticava o excesso do número de partidas dessa modalidade dentro dos Jogos. Para ele, a única forma de manter intacto os ideais amadores era manter o evento restrito aos amadores e longe da comercialização. Diante do modo como o presidente do COI tratava o futebol, Rous ameaçava com a possibilidade de criar uma Copa do Mundo para amadores.

Os Jogos Olímpicos de Montreal em 1976 colocaram na pauta do COI o problema do tamanho do evento. Killanin, presidente do COI que havia assumido ao final dos Jogos de 1972, aos poucos, implantava a sua visão dentro do movimento olímpico. Após muitos anos de disputas e discordâncias, o COI também passou a permitir, com o consentimento de alguma entidade esportiva, que o atleta pudesse ser reembolsado. Essa ação indicava que o COI estava em busca de uma nova imagem deixando de lado a visão que havia se tornado uma entidade obsoleta.

Em 1974, o brasileiro João Havelange assumiu a presidência da Fifa e, embora tecesse elogios aos Jogos Olímpicos, teve como

proposta de sua gestão valorizar o principal produto da entidade — a Copa do Mundo — em detrimento dos Jogos Olímpicos. Para concretizar essa ação criou a Copa do Mundo de Juniores, atual Sub-20, para incentivar, desde cedo, a vontade dos jovens jogadores em fazerem parte de uma Copa do Mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Ao longo de sua história os Jogos Olímpicos se solidificaram como um grande evento esportivo e, atualmente, é capaz de atrair a atenção do mundo inteiro. Devido a esse crescimento inúmeras questões pontuaram as reuniões do COI e, diante da dimensão que o evento conquistou, tornou-se um espaço para a disputa de poder.

O futebol inserido inicialmente como modalidade exibição nos Jogos de 1900 e 1904 logo conquistou espaço nos Jogos Olímpicos, sob o lema do amadorismo. Foi, no entanto, exatamente pelas divergências entre as definições de amadorismo que se estabeleceu uma série de debates e divergências entre o COI e a Fifa. O resultado dessas disputas em torno das definições fez com que a Fifa criasse a sua própria competição, a Copa do Mundo (11).

A modalidade, frequentemente, passou por questionamentos por parte dos próprios membros do COI e de alguns presidentes que não a consideravam como algo importante dentro dos Jogos. Aproveitando-se de todo esse quadro, em 1974, quando João Havelange assumiu a Fifa ele tinha outros planos para o futebol.

Havelange, como um excelente estrategista e conhecendo muito bem o campo esportivo (12) do qual fazia parte, montou um plano de ação para fortalecer seu principal produto, a Copa do Mundo, e desvalorizar o produto do COI, o futebol olímpico. Para isso, investiu na criação da Copa do Mundo de Juniores.

Nessa lógica para motivar o desejo dos jovens em participarem da Copa do Mundo e não dos Jogos Olímpicos, estabeleceu que o evento para os juniores deveria acontecer a cada dois anos e suas sedes foram, majoritariamente, em países com pouca tradição na Copa do Mundo mas com grande presença no torneio olímpico.

Os atletas profissionais do futebol foram aceitos em 1984 dentro do programa olímpico. Oito anos depois ficou decidido que apenas os atletas Sub-23 poderiam participar do torneio olímpico. Após mais um espaço de discussões entre o COI e a Fifa ficou estabelecido que poderiam participar até três jogadores acima desse limite de idade. Em suma, nesse jogo político entre o COI e a Fifa e diante das inúmeras restrições pelas quais passou o futebol pode-se afirmar que ambas entidades estavam em busca do poder e, portanto, do controle do futebol no mundo.

Sérgio Settani Giglio é doutor em ciências pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), professor do curso de educação física da Universidade Nove de Julho e um dos editores do site Ludopédio (www.ludopedio.com.br).

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Lucas, J. A. "Olympic genesis: the Sorbonne Conferences of 1892 and 1894". *Olympic Review*, n. 85-86, novembro – dezembro de 1974, p. 607-610.
- Ortiz, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- Rubio, K. "Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização". *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-68, 2010.
- Krüger, A. "The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch". In: Riordan, J.; Krüger, A. *The international politics of sport in the twentieth century*. Londres: E&FN Spon; Nova Iorque: Routledge, 1999.
- Mathys, F. K. "Those controversial games of 1906...". *Olympic Review*, n. 146, p. 694, dez/1979.
- Menary, S. *GB United? British Olympic Football and the end of the amateur dream*. Worthing: Pitch, 2010.
- Giglio, S.S. "COI x Fifa: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos". 2013. 518 f. Tese de doutorado em ciências defendida na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.
- Dietschy, P. "Violence et supporters de football en Europe jusqu'au début des années 1960 : l'exemple de l'Italie". In: II Simpósio Internacional Hooliganismo e Copa de 2014, 2012, Rio de Janeiro/Campinas: CPDOC/FGV – PPGEF/FEF/Unicamp, 2012, p. 1-20.
- Les Jeux de la VIII Olympiade Paris 1924, Rapport Officiel. Les recettes et les spectateurs du football (Stade de Colombes, Stade Pershing, Stade Bergeyre, Stade de Paris), p. 318-319.
- Vigarello, G. "Estádios: o espetáculo esportivo das arquibancadas às telas". In: Corbin, A.; Courtine, J.-J.; Vigarello, G. *História do corpo – Mutações do olhar: o século XX*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 450.
- Giglio, S.S. "COI x Fifa: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos". 2013. 518 f. Tese de doutorado em ciências defendida na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.
- 27th IOC Session, Amsterdam, 1928, p. 146-147. Essas informações também estão presentes no *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 11, outubro de 1928. The meeting of friday morning 3rd August.
- Giglio, S. S.; Rubio, K. "As relações entre o COI e a Fifa e a formação da Copa do Mundo de Futebol". In: Giglio, S. S.; Silva, D. M. M. da. (orgs.). *O Brasil e as Copas do Mundo: futebol, história e política*. São Paulo: Zagodon, 2014.
- Outras notícias sobre a XI Olympiada. Ainda o incidente verificado entre as representações de futebol da Áustria e do Perú – Os sul-americanos deixaram Berlim, com destino à Colônia – Espera-se uma resolução favorável para o caso – O remador brasileiro Celestino Palma, do C. R. Tietê-São Paulo, classifica-se em terceiro lugar nas provas de esquite. *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 1936, p. 6; Os Jogos Olympicos de Berlim. Os peruanos abandonam definitivamente o certame – A japonesa Mayahata triunfa na final dos 200 metros, de peito – O Brasil obtém a segunda colocação numa eliminatória de auterrigues a 4 – O Japão venceu o revezamento aquático em 800 metros – Cresce o vulto do incidente originado pelo embate Áustria VS. Perú, de futebol. *Folha da Manhã*, 12 de agosto de 1936, p. 11.
- Bourdieu, P. "Como é possível ser esportivo?". In: Bourdieu, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- O amadorismo e os Jogos Olímpicos. *O Estado de S. Paulo*, 4 de agosto de 1956, p. 11.

CULTURA

Museus e a
Copa do Mundo

O Casarão do Valongo, um edifício do século XIX, na zona portuária da cidade de Santos, São Paulo, já foi ocupado pela prefeitura e Câmara Municipal. Na década de 1990 passou por dois incêndios que quase o destruíram por completo. A partir deste ano, no entanto, o velho casarão despertará lembranças mais felizes. Após uma restauração, que durou mais de quatro anos e investimentos de R\$ 46 milhões, o casarão vai abrigar o Museu Pelé, cuja inauguração está prevista para o início do mês de junho. Às vésperas da Copa do Mundo de Futebol, o Museu Pelé e outros museus Brasil afora se preparam para receber mais de 600 mil turistas de todo o mundo. Em 2013, o Ministério da Cultura (MinC) anunciou investimento de R\$ 20 milhões, por meio do programa “Petrobrás Ministério da Cultura de Museus”. O aporte financeiro servirá para reforma e reestruturação de alguns museus no país do futebol adequando-os a essa nova demanda turística. O filósofo e crítico literário alemão, Walter Benjamin (1892-1940), ensina a pensar sobre o conceito de memória e de história como uma experiência, não apenas como a exploração de um passado, mas como um meio, uma vivência. Neste sentido, poderíamos nos perguntar: depois de cinco conquistas brasileiras em Copas do Mundo,

já não seria tempo de olhar com mais atenção a memória do futebol como uma experiência da história e da cultura brasileiras?

De acordo com informações da Ama Brasil, Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental, responsável pela gestão do Museu Pelé, seus objetivos principais são colocar Santos na rota do turismo internacional e preparar a cidade para ser um dos polos brasileiros da Copa do Mundo 2014. O projeto museológico combina uma coleção de objetos do “rei” com acervo fotográfico e digital. O museu terá ainda uma área especialmente dedicada a oficinas para escolas públicas de Santos, jogos interativos e espaço para exposições fotográficas itinerantes.

EM OBRAS A parceria do Ministério da Cultura com a Petrobrás beneficia 12 instituições. No Rio de Janeiro cinco instituições receberam recursos, sendo duas em Petrópolis: o Museu Imperial, o mais visitado do país, contemplado com R\$ 5 milhões e o Palácio Rio Negro, antiga residência oficial dos presidentes da República, com R\$ 2 milhões. Na capital fluminense, o Museu da República, conhecido como Palácio do Catete, antiga sede do governo federal, recebeu R\$ 1 milhão e o Museu Chácara do Céu, outros R\$ 2 milhões. Em Paraty, o Museu de Arte Sacra, obteve R\$ 700 mil para reformas. Projetos de revitalização do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, em Olinda, e o Museu

da Cidade do Recife, também foram aprovados nesse edital do Ministério da Cultura (MinC). Ainda no Nordeste, a Pinacoteca do Palácio da Cultura, em Natal, e o Museu Nacional de Cultura Afro-Brasileira, em Salvador passaram ou estão passando por obras graças a esses recursos. Em Minas Gerais, foram destinados R\$ 2 milhões para o museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, que fica entre duas cidades-sede da Copa: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Já em São Paulo, o Museu Lasar Segall está passando por reformas graças aos recursos do MinC, no entanto, ele só será reaberto ao público em outubro, quatro meses após a Copa. A capital paulista também recebeu investimentos para a criação do Portal dos Museus, em parceria com a Biblioteca Brasileira Digital da Universidade de São Paulo (USP). Ao concentrar informações sobre os museus e seus acervos, o portal deve auxiliar os turistas a identificar essas atrações culturais em todo país.

Mesmo sem atuar diretamente em todas as cidades-sede, o projeto está colado ao roteiro dos jogos do evento esportivo. A ideia é incentivar visitas a esses museus nos dias em que não acontecerem os jogos.

Vinculado ao MinC, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) quer implantar uma agenda comum de investimento público visando a modernização, a qualificação e a promoção dos museus brasileiros para os turistas que o país irá receber nos próximos anos graças à Copa e aos Jogos Olímpicos de

2016. A principal estratégia do programa Legado Cultural para o Setor Museal, do Ibram, é mobilizar os gestores de museus de cada cidade-sede para apresentação de pré-projetos relativos à infraestrutura de atendimento ao turista. O mapeamento de necessidades e a constituição de uma carteira de investimentos em cada cidade vão orientar as ações do programa.

Como não está ligado ao Ibram, o Museu do Futebol não recebeu investimentos dos programas do Ministério da Cultura. Para o período dos megaeventos esportivos no país a expectativa é que ele supere o sucesso de público da Copa de 2010 quando, oito dias antes do início do Mundial, o museu recebeu 4.687 visitantes, segundo maior público até hoje. Entre as novidades para este ano está o lançamento de uma biblioteca e midiateca, com banco de dados online para atender pesquisadores e o público em geral interessado na história do futebol brasileiro. O projeto foi desenvolvido pelo Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), braço do museu responsável pela composição do acervo contendo vídeos, fotos, documentos e objetos. O CRFB também está mapeando locais de prática e referência do futebol na cidade de São Paulo, até agora 150.

O QUE LEMBRAR O Ibram espera criar uma cultura de planejamento no setor de museus e do turismo cultural em geral no país; ampliar o número de roteiros turísticos

culturais; sensibilizar o setor turístico sobre a importância de atuar de forma estratégica e cooperativa com os museus e, finalmente, promover a integração das atividades dessas instituições com outras atividades econômicas, fortalecendo seu papel como agentes econômicos e geradores de emprego e renda.

Os programas até agora anunciados têm como foco atrair e atender bem o turista, alavancar negócios. Nesse sentido, que lugar estaria reservado para a preservação e educação da memória? Ou não interessaria ao patrimônio de nosso país o investimento nesse legado? A questão que fica, e que parece ainda pouco explorada em nossos debates sobre o legado cultural e histórico do futebol brasileiro, é a de como devemos tratar a experiência de memória em museus ou outros espaços dedicados ao assunto. Em geral,

as memórias selecionadas para serem eternizadas são as vitoriosas.

A criação do Museu do Futebol foi uma iniciativa pioneira para preservar a memória do futebol sob um novo olhar, o da experiência e da emoção. Ainda existe espaço, entretanto, para projetos que incentivem um pensamento crítico, capaz de articular uma narrativa composta de muitas histórias de nosso futebol. Pensando desse modo, novos projetos museológicos poderiam incorporar a tensão das manifestações populares reivindicando melhores condições de transporte, saúde e educação, o uso político do futebol, como aconteceu na Copa de 1970, em plena ditadura militar no Brasil, ou ainda casos de racismo e a (difícil) participação da mulher no futebol brasileiro.

Ana Paula Oliveira

FUTEBOL E EMOÇÃO

O Museu do Futebol foi inaugurado em 2008, em uma iniciativa conjunta da Secretaria Municipal de Esportes do governo do estado de São Paulo, e da São Paulo Turismo, empresa de eventos ligada à prefeitura de São Paulo. A concepção e realização do projeto foram da Fundação Roberto Marinho. É o único museu do país dedicado exclusivamente ao tema do futebol. Instalado em uma área de 6,9 mil metros quadrados no avesso das arquibancadas do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho – mais conhecido como Estádio do Pacaembu, cidade de São Paulo, o projeto museológico tem como principal característica a imaterialidade: o acervo baseia-se em memórias e representações do futebol pelos brasileiros em diferentes dimensões: os jogadores, jogadas memoráveis, sensações, a paixão pelo esporte, clubes e agremiações, torcedores e fatos relacionados à cultura desse esporte no século XX.

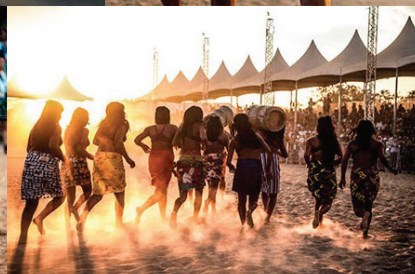
JOGOS INDÍGENAS

Etnias brasileiras jogavam bola antes da chegada de Charles Miller

As atividades esportivas praticadas pelos povos indígenas sul-americanos é bem antiga. Pode-se afirmar que praticavam vários jogos antes da chegada dos colonizadores. Até os dias atuais, são várias as manifestações esportivas que fazem parte dos rituais desses povos, com destaque para aqueles realizados com bola, sendo o mais representativo o de bola com a cabeça, também conhecido como cabeçabol.

Esse jogo, chamado xikunahity (pronuncia-se zikunariti) na língua dos Paresi e hiara na língua dos Enawenê Nawê é parecido com o futebol mas, em lugar de chutar, as equipes devem cabecear a bola. Segundo as tradições indígenas, crianças e mulheres ficam de fora e o jogo é disputado em ocasiões especiais apenas pelos homens, com grande tradição nos povos Paresi, Salumã, Irántxe, Mamaidê e Enawenê-Nawê, todos do Mato Grosso.

Dentre os participantes estão duas equipes com no mínimo oito atletas. A partida se realiza em um campo de terra batida para que a bola ganhe impulso. O campo tem tamanho semelhante a um campo de futebol e conta somente com uma linha demarcatória no centro que delimita o espaço de cada equipe. A partida começa com atletas veteranos, um de cada equipe, que se diri-



Atleta praticam xikunahity durante Olimpíadas Indígenas

gem ao centro do campo para decidir quem irá lançar a bola. O jogo continua com a primeira cabeçada para o campo adversário que deverá ser recepcionada também com a cabeça. Em seguida os atletas veteranos deixam imediatamente o campo, pois a responsabilidade deles é somente fazer o lançamento inicial da partida durante a qual a bola não pode ser tocada com as mãos, pés ou qualquer outra parte do corpo, podendo apenas ser tocada com a cabeça e também no solo antes de ser rebatida por outro jogador. A equipe marca pontos quando a bola não é devolvida pelos adversários, não existem as traves de gols. Como em outras modalidades, quanto maiores são as habilidades dos atletas mais emocionantes são as partidas, que podem durar mais de quarenta minutos.

Uma lenda Paresi conta que o xikunahity foi criado pela principal entidade mítica da cultura deles, o

Wazare, que, depois de cumprir sua missão de distribuir o povo Paresi por toda uma região, fez uma grande festa de confraternização antes de voltar ao seu mundo.

Com aproximadamente 30 cm de diâmetro, a bola é feita pelos índios a partir de um tipo de látex obtido da seiva da mangabeira, árvore típica do cerrado brasileiro.

Em comemoração à Semana do Índio, em abril deste ano, foi possível apreciar essa e outras atividades esportivas durante o Festival Nacional da Cultura Indígena, em Bertioga (SP). Em julho de 2015, o Brasil hospedará os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e receberá etnias de várias partes do mundo, em uma verdadeira festa, com muitos rituais nos quais as identidades culturais de cada etnia estarão representadas.

Vera Toledo de Camargo

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDO EM
DIREITO DESPORTIVO

LÍDER

ANGELO LUIS DE SOUZA VARGAS

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;
DIREITO

LINHA DE PESQUISA

Legislação desportiva no
contexto educacional

INSTITUIÇÃO

UFRJ

HOMEPAGE

<https://pt-br.facebook.com/>

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA
EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA

LÍDERES

JOCIMAR DAOLIO;
ADALBERTO DOS SANTOS SOUZA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Corpo e cultura; Educação física
escolar; Futebol e cultura

INSTITUIÇÃO

Unicamp

HOMEPAGE

<http://www.fef.unicamp.br/feff/posgraduacao/gruposdepesquisa/gepetic/apresentacao>

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM SOCIOLOGIA E PEDAGOGIA
DO ESPORTE

LÍDERES

KÁTIA LÚCIA MOREIRA LEMOS;
ANA CLÁUDIA PORFÍRIO COUTO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE; EDUCAÇÃO
FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Lazer e sociedade; Pedagogia do
esporte; Sociologia do esporte

INSTITUIÇÃO

UFMG

ENDEREÇO

Av. Antônio Carlos, 6627 Pampulha
CEP: 31310-270 – Belo Horizonte
MG – Fone: (31) 3409-7443

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS EM
PEDAGOGIA DO ESPORTE

LÍDERES

ROBERTO RODRIGUES PAES;
LARISSA RAFAELA GALATTI

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Dinâmica da formação e
desenvolvimento profissional;
Dinâmica da organização e
funcionamento das instituições
esportivas; Dinâmica do esporte na
ecologia do desenvolvimento

INSTITUIÇÃO

Unicamp

HOMEPAGE

<http://www.fef.unicamp.br/feff/posgraduacao/gruposdepesquisa/gepesp/apresentacao>

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS
DE FUTEBOL E FUTSAL

LÍDER

JOSÉ ALBERTO AGUILAR CORTEZ

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE; EDUCAÇÃO
FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Treinamento físico; Esporte de
rendimento; Copa do Mundo 2014

INSTITUIÇÃO

USP

HOMEPAGE

<http://www.gepeffs.com.br/quem-somos/>
Email: contato@gepeffs.com.br

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS E
PESQUISAS DE FUTEBOL

LÍDERES

HELOISA HELENA BALDY DOS REIS;
OSMAR MOREIRA DE SOUZA JÚNIOR

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; SOCIOLOGIA

LINHAS DE PESQUISA

Antropologia do esporte; Sociologia
do esporte; Sociologia do futebol

INSTITUIÇÃO

Unicamp

HOMEPAGE

<http://www.fef.unicamp.br/feff/posgraduacao/gruposdepesquisa/geff/apresentacao>

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
E DO ESPORTE

LÍDERES

CARLOS FERNANDO FERREIRA DA
CUNHA JUNIOR; LUÍS CARLOS LIRA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

História da educação física; História
do lazer; História do esporte

INSTITUIÇÃO

UFJF

HOMEPAGE

<http://www.ufjf.br/gephefe/>

NOME DO GRUPO

GRUPO DE PESQUISA EM
ESTUDOS OLÍMPICOS

LÍDERES

NELSON SCHNEIDER TODT;
LUCIANO CASTRO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Educação olímpica; Memória
e representações sociais

INSTITUIÇÃO

PUCRS

ENDEREÇO

Av. Ipiranga, 6681 Bl.80 Jd.
Botânico – CEP: 90619-900 – Porto
Alegre – RS Fone:(51) 3320-3683

NOME DO GRUPO

GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS
SOCIOLOGICOS EM EDUCAÇÃO
FÍSICA E ESPORTE

LÍDERES

ADRIANA SCHÜLER CAVALLI;
MARCELO OLIVERA CAVALLI

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Atividade física na terceira idade;
Educação física e sociedade; Estudos
olímpicos

INSTITUIÇÃO

UFPEL

HOMEPAGE

[http://wp.ufpel.edu.br/esef/
laboratoriosgrupos-de-pesquisa/gpes/](http://wp.ufpel.edu.br/esef/laboratoriosgrupos-de-pesquisa/gpes/)

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS EM
COMUNICAÇÃO ESPORTIVA E FUTEBOL

LÍDERES

JOSÉ CARLOS MARQUES;
MARCOS AMÉRICO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;
COMUNICAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Análise discursiva da comunicação
esportiva; Antropologia, história
e sociologia do esporte;
Marketing e esporte

INSTITUIÇÃO

Unesp

HOMEPAGE

<http://gecef.blogspot.com/>

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE
FUTEBOL E TORCIDAS

LÍDER

SILVIO RICARDO DA SILVA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Relação do torcedor com Estatuto
de Defesa do Torcedor; Torcida e
violência; Torcida e gênero

INSTITUIÇÃO

UFMG

HOMEPAGE

<http://gefut.wordpress.com/>
Email: gefutufmg@gmail.com

NOME DO GRUPO

GRUPO INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDOS SOBRE FUTEBOL

LÍDER

KATIA RUBIO

ÁREA PREDOMINANTE

ANTROPOLOGIA; EDUCAÇÃO FÍSICA;
GEOGRAFIA; HISTÓRIA

LINHAS DE PESQUISA

Antropologia, cultura e futebol;
Estudos socioculturais sobre futebol;
História do futebol no Brasil

INSTITUIÇÃO

USP

HOMEPAGE

bit.ly/T0eYHz Email: [uspfutebol@
yahoogrupos.com.br](mailto:uspfutebol@yahoogrupos.com.br)

ABANDONO, ESQUECIMENTO E RESSURGIMENTO DA PRIMEIRA BIBLIOTECA DE MEDICINA DO BRASIL

Luana Tieko Omena Tamano
Daniel de Magalhães Araujo

Impedida de fundar instituições de ensino superior por 300 anos, a colônia brasileira sofria com a carência de especialistas, como médicos por exemplo. As atividades médicas eram, então, absorvidas por curandeiros, barbeiros, sangradores (1) e outros. Nesse período, como afiança Figueiredo (2), a divisão e, por sua vez, a hierarquia se dava da seguinte forma: médicos, cirurgiões e boticários, cada qual com sua atividade específica. Ao primeiro, caberia medicar; ao segundo, intervir no corpo doente; e, ao terceiro, manipular os medicamentos.

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, foi criada a primeira escola cirúrgica, localizada na Bahia, que, em 1813, veio a se tornar academia médico-cirúrgica. Com essa mudança, houve uma maior institucionalização dos cursos médicos, com a reforma e ampliação do programa, bem como a implantação de novas regras, como salienta Lilia Schwarcz (3). Em 1815, ocorreu a primeira reforma do curso, que passou a ter cinco anos de duração ao invés de quatro e mais duas cadeiras, passando de três para cinco (3;4). Ainda segundo a historiadora, em 1829, foi fundada a Sociedade de Medicina, cujo objetivo era consolidar a medicina, de forma a separá-la e distingui-la das atividades desenvolvidas pelos barbeiros, práticos, curandeiros e sangradores. Por meio dessa sociedade é que foi elabora-

do o novo projeto transformado em decreto em 1832, que transformava as academias médico-cirúrgicas em faculdades de medicina.

A Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb), desde sua fundação, ainda como escola cirúrgica, está localizada no antigo Colégio dos Jesuítas, hoje parte integrante do centro histórico de Salvador. O Colégio dos Jesuítas, antes propriedade da Companhia de Jesus, passou para as mãos da Ordem Secular com a expulsão dos jesuítas do Brasil no final do século XVIII. Já detentora de propriedades localizadas no entorno do colégio, a exemplo da Igreja da Sé e do Palácio Episcopal, a Ordem Secular ampliou seu patrimônio, vindo a ceder o colégio para a edificação da escola cirúrgica, por determinação real (5).

Pensando as fases pelas quais passou a Fameb, a partir das reformas sofridas, pode-se dividir sua história em quatro etapas: a primeira com sua inauguração em 1808; a segunda com a reforma de 1815, quando deixou de ser escola cirúrgica para se tornar academia médico-cirúrgica; a terceira em 1832 quando passou a ser faculdade de medicina e, por último, em 1946 quando passou a integrar a hoje Universidade Federal da Bahia (UFBA). Como afiança Jacobina (4), na segunda fase é registrada a matrícula de estudantes da primeira fase, ou seja, a reforma de 1815 e suas mudanças fizeram com que alunos de medicina ingressos na primeira fase se rematriculassem, devido às precárias condições de estudo de até então. As melhorias ocorridas com essa reforma foram significativas, porém o curso continuava a ser ofertado em condições precárias.

A falta de laboratórios, ou quando existentes, deficientes, impediam o ensino prático por parte dos lentes, fazendo com que o ensino fosse eminentemente teórico. Os estudos de anatomia descritiva se ressentiam de cadáveres

que, quando não insuficientes, eram impossíveis de serem trabalhados por estarem em estado de putrefação. O médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906), professor da cadeira de higiene e medicina legal da Fameb, já denunciava a situação precária do ensino, afirmando que o ensino de sua própria cadeira era deficiente, haja vista a falta de estrutura para trabalhar, o que legava aos estudantes um ensino prático incompleto (6). Sua memória histórica foi censurada devido ao seu teor crítico. Somente em 1975, por intermédio de Estácio de Lima, é que essa memória foi validada e publicada.

Percebe-se que, ao longo do tempo, desde sua fundação em fevereiro de 1808, a faculdade foi severamente criticada por seus alunos e professores devido às suas precárias condições de ensino-aprendizagem. Seus memorialistas, a exemplo de Malaquias Álvares dos Santos (4), Nina Rodrigues (6) e tantos outros, denunciaram as deficiências físicas e intelectuais com que tiveram que trabalhar. Mais de 200 anos depois de sua fundação, o legado dessa faculdade é notório, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, por ter formado muitos eminentes médicos para o país, por ter sido produtora de conhecimento com seus esforços de publicações e experimentações e por ser um campo fértil para o conhecimento da história médica do país, observáveis nas documentações existentes em sua biblioteca.

A BIBLIOTECA (7) A Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia reabre suas portas após mais de 40 anos fechadas. O descaso público ocorrido de 1970 a 2003 (quando foram iniciados os trabalhos de salvaguarda) resultou, segundo estimativas da bibliotecária-chefe, Graça Ribeiro, na perda de 55% do acervo total da biblioteca, hoje nomeada Gonçalves Muniz. Em números, estamos falando da perda de cerca de 50 mil itens.

O conhecimento dos fatos aqui expostos advieram do contato com Ribeiro e sua equipe de trabalho quando da realização da pesquisa de documentos de Arthur Ramos, objeto de estudo de doutorado da co-autora deste artigo. Observação pessoal, diálogos com funcionários, leitura de artigos a seu respeito e pesquisas nos acervos foram os elementos considerados para a confecção do presente artigo que se presta, sobretudo, a divulgar a história da Gonçalves Muniz, chamando atenção para o descaso público e para as dificuldades enfrentadas para funcionar nos dias de hoje.

Foto: Tamano & Araújo



Acervo de livros e teses da Biblioteca Gonçalves Muniz à espera de higienização e restauração

Com a transposição do curso de medicina para o Vale de Canelas, na UFBA, em decorrência da reforma universitária de 1969, a biblioteca encerrou suas atividades em 1970. Uma pequena parte de seu acervo foi levada para Canelas, ficando o restante em suas dependências. Até 2003 suas instalações serviram de moradia para pombos e ratos; além das traças que devastaram parte do acervo existente. Livros, teses, periódicos e demais trabalhos viraram lixo, em meio ao lamaçal encontrado pela equipe que iniciava o resgate da biblioteca. Capitaneados por Graça Ribeiro, chamada a atuar nessa frente pelo então reitor da UFBA, Naomar Monteiro de Almeida Jr., em 2003, um intenso trabalho de salvamento do acervo e memória da biblioteca começou. Contando com o trabalho voluntário do corpo de bombeiros, polícias civil e militar, professores e alunos, foi iniciada a limpeza das dependências da biblioteca que contava com grande acúmulo de lixo, animais mortos e vivos e um lamaçal ao longo do caminho composto pelos livros e demais escritos deteriorados pelo tempo e péssimas (ou inexistentes) condições de abrigo.

Os materiais em condições de restauração eram recolhidos e alocados em outras dependências da faculdade. Posteriormente, foram catalogados e enviados para a higienização e, em seguida, para a restauração. Esse é o caminho seguido para a devida salvaguarda do acervo. No entanto, esse processo exige tempo e recursos humanos e materiais, de forma que ainda não está concluído.

Ainda em 2003, o reitor da UFBA foi a Brasília em busca de recursos financeiros que viabilizassem a restauração da biblioteca. O projeto para captação de recursos foi entregue ao então ministro da Saúde, Humberto Costa, que destinou cerca de quatro milhões de reais para a restauração da estrutura física e do acervo bibliográfico. Esse valor foi recebido no final de 2004 e em 2007 já findara. Dessa verba, mais de dois milhões foram reservados para a parte física e um pouco mais de um milhão para o acervo (8). Com esse valor foi possível a criação de uma equipe especializada para as restaurações em vista. A parte física ficou a cargo da Escola Oficina, um núcleo de aprendizagem ligado à Faculdade de Arquitetura da universidade; já o acervo ficou sob responsabilidade da bibliotecária-chefe acima mencionada, e seus poucos funcionários, sendo boa parte deles terceirizados, bolsistas ou estagiários de cursos da UFBA, tal como história e biblioteconomia.

Todo esse trabalho, iniciado em 2003, findou na reabertura das portas da Gonçalves Muniz em agosto de 2013. Isso significa que foram necessários 10 anos para que a biblioteca fosse devidamente limpa e minimamente estruturada para voltar às atividades a que se presta; e seu acervo reabilitado para uso. Ainda há uma enorme quantidade de materiais a espera da higienização e restauração realizadas no laboratório da própria biblioteca onde outrora funcionou o Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues (dentre tantas outras funções a que se prestou o prédio).

Hoje, a biblioteca está aberta à comunidade. Boa parte dos frequentadores são jovens que usam seus computadores, via de regra, para acessar as redes sociais. Ainda que a biblioteca seja bem específica em seu acervo – obras de medicina e saúde –, seu espaço está destinado ao estudo, mas não vem sendo, necessariamente, utilizado para este fim. Tal fato, já observado pelos funcionários da Gonçalves Muniz, tem feito a equipe pensar formas de educar seus usuários para o devido uso e importância de uma biblioteca. Infelizmente essa ação social está à espera de recursos financeiros, humanos e de parcerias. Tendo em

Acervo dos autores



Escaninho original possivelmente de 1909, ano da fundação da biblioteca. Ao fundo, pintura original da Gonçalves Muniz

vista a enorme quantidade de materiais a serem higienizados, catalogados, restaurados e postos ao uso, a pequena equipe ressurte de tempo e verba. É intenção da equipe, conforme declarou Graça Ribeiro, ter guias para apresentação da biblioteca, instigar a comunidade a usar o espaço devidamente, restaurar as paredes de seu prédio de acordo com o original e digitalizar o material para consulta, entre outras ações.

A biblioteca é um patrimônio nacional, que busca reerguer-se depois de longo período de descaso público e total abandono. Boa parte dos materiais foi perdida, para além daqueles destruídos pelo incêndio de 1905, cujas labaredas engoliram também alguns dos laboratórios (Química, Medicina Legal, Bacteriologia e Anatomia Patológica) e a capela dos jesuítas (9). Em relação ao incêndio citado, a atuação de Gonçalves Muniz, hoje homenageado pela biblio-

teca, merece destaque conforme relembra Octavio Torres, na época estudante da Fameb, ao rememorar o esforço daquele professor para restaurar a biblioteca com a ajuda de doações e compras de novos materiais, o que resultou na aquisição de 8500 volumes, entre livros e teses, ainda em dezembro daquele fatídico ano (6; 8).

Obras nacionais e internacionais, catálogos, coleções, teses, fotografias e memórias ainda são descobertas cotidianamente no trabalho dos funcionários. Trabalhos como a tese de doutoramento do médico, posterior professor da cadeira de clínica médica e diretor da Fameb, Alfredo Britto, por exemplo, se perdeu; mas ainda é possível encontrar as de Juliano Moreira, um dos pioneiros da psiquiatria no Brasil e também lente da Fameb, intitulada “Etiologia da sífilis maligna precoce” (1891), Nise da Silveira, médica psiquiátrica que lutou pelo fim das formas agressivas de tratamentos, cuja tese abordou a criminalidade das mulheres no Brasil em 1926, mesmo ano da defesa do doutor em ciências médico-cirúrgicas Arthur Ramos, cujo trabalho, “Primitivo e loucura”, foi aclamado por especialistas a exemplo de Juliano Moreira, bem como de tantos outros médicos formados por essa instituição. Ainda há as teses da Faculdade do Rio de Janeiro, como as do psiquiatra Henrique Roxo e sua “Duração dos atos físicos elementares nos alienados” (1900) e Arthur Neiva, dedicado ao estudioso da higiene no Brasil que concluiu seus estudos com a tese “Da stovenia”, em 1905. Estas últimas ainda estão à espera de higienização, mas este trabalho só será iniciado quando concluídas as da Bahia.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Gonçalves Muniz está a catalogação das teses inaugurais, como são referenciadas pela equipe, que são os trabalhos de conclusão do curso de medicina, e das teses de concurso, aquelas defendidas pelos candidatos à docência na Fameb, ambas publicadas na *Gazeta Médica da Bahia*, revista criada em 1866 e que, entre duas interrupções, desde 2004, mantém circulação ativa (10). Com esse trabalho, é possível saber da existência e preservação das teses, bem como localizá-las, já que apresentam o ano de defesa, nome do autor e título.

A riqueza desse acervo, com suas preciosidades únicas e originais, encanta os olhos de quem chega até a Gonçalves Muniz; porém não se pode deixar de imaginar o que foi perdido e, com essa perda, o quanto deixamos de saber sobre a

medicina, práticas de saúde pública, conjecturas históricas, a utensilagem mental da época, a vida acadêmica, os trabalhos de alunos e professores, produção acadêmica, enfim capítulos da história nacional.

Luana Tieko Omena Tamano é historiadora e mestre em história pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é doutoranda em história da ciência pela USP, onde desenvolve pesquisa sobre Arthur Ramos.

Daniel de Magalhães Araujo é zootecnista, doutor em zootecnia pela Universidade Estadual Paulista (FMVZ/Unesp). Atualmente é professor do Instituto Federal de Alagoas – Campus Satuba, onde realiza pesquisas sobre aquicultura e seu desenvolvimento.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Pimenta, T. S. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do oitocentos”. In: *Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos*, v. 11, n. suplemento1, p. 67-90. 2004.
2. Figueiredo, B. G. “Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX”. In: *Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos*, v. 6, n. 2, p. 277-291. 1999.
3. Schwarcz, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras. 2008.
4. Jacobina, R. R. et al. “Os acadêmicos de medicina e os 200 anos da Faculdade de Medicina da Bahia (I): Da criação da escola em 1808 à participação na Guerra do Paraguai (1864-70)”. In: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 78, n. 1, p. 11-23. 2008.
5. Suarez, N. A.; Galvo, Y. R. In: “Faculdade de Medicina da Bahia, atualização de uma ideia inovadora”. In: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 80, n. 2, p. 22-32. 2010.
6. Britto, A. C. N. “A Faculdade de Medicina da Bahia na época de Nina Rodrigues”. In: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 76, n. suplemento 2, p. 63-79. 2006.
7. As informações coletadas para esta parte do texto foi colhida em entrevista concedida pela bibliotecária-chefe da Gonçalves Muniz, Graça Ribeiro, em dezembro de 2013, com a devida autorização, somada às leituras das referências aqui indicadas.
8. Nesse sentido ver Suarez, N; Calvo, Y. “Faculdade de Medicina da Bahia, atualização de uma ideia inovadora”. In: *Gazeta Médica da Bahia*, v.80, n. 2, p. 22-32. 2010.
9. Rocha, N. M. D. “A Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX: a preocupação com os aspectos de saúde mental”. In: *Gazeta Médica da Bahia*, v.74, n. 2, p. 103-126. 2004.
10. Os números antigos da revista *Gazeta Médica da Bahia*, a partir de 1885, podem ser encontrados no site da própria revista: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/index>

CACHAÇA

PESQUISA E NOVOS NEGÓCIOS NA REDESCOBERTA DESSE AGUARDENTE SECULAR

Com quase quinhentos anos, a história da cachaça confunde-se com a do Brasil. Primeira bebida destilada das Américas – criada antes do pisco peruano e da tequila mexicana –, é cada vez mais valorizada por um público sofisticado, disposto a pagar preços de malte escocês envelhecido 12 anos. Sua imagem tipicamente popular adquiriu o charme de uma bebida de qualidade, genuinamente brasileira. A transformação deve-se a fatores de natureza econômica e cultural e a iniciativas de produtores e do Estado para expandir seu consumo. Uma das iniciativas para fortalecer a cadeia produtiva da cachaça foi feita pela Câmara Setorial da Cachaça, do Ministério da Agricultura, composta por representantes do setor privado e do governo. O trabalho da Câmara resultou na elaboração da Agenda Estratégica 2010 – 2015 para Cachaça. Publicada em 2011, a Agenda estabelece um plano de ação para diversas áreas envolvidas nesta cadeia produtiva como legislação, inteligência competitiva, levantamento da produção e estoques de aguardente de cana e cachaça, pesquisa e desenvolvimento, entre outras. De acordo com Jairo Martins da Silva, superintendente-geral da Fundação Nacional da Qualidade (entidade sem fins lucrativos, ligada ao setor empresarial), a Agenda deve



Fotos: divulgação

No Brasil existem 40 mil produtores e quatro mil marcas de cachaça

fortalecer a imagem da cachaça como um produto genuinamente brasileiro, melhorar sua qualidade, além de também coibir a produção e o comércio de produtos clandestinos. Para Martins, que há alguns anos trabalha na divulgação da cachaça brasileira na Europa, os produtores têm dado mais importância à qualidade. “Isso é muito positivo, especialmente neste momento em que vamos receber grande número de público estrangeiro durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos”, acredita. A divulgação correta da nossa bebida mais famosa pode abrir

portas para aumentar a exportação do produto. Em 2013, a exportação foi de nove milhões de litros, para 59 países, número 12% maior do que no ano anterior, segundo informações do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac). Os maiores importadores são Alemanha, Estados Unidos e Portugal. “Podemos vender mais para outros países. A exportação da cachaça não chega a 1% do que é produzido. Esse é um desafio”, aponta Jairo Martins.

CAPACITAÇÃO O novo status da cachaça já se reflete no mercado de trabalho, ao gerar demandas por novos profissionais. Por meio de uma parceria com o Ibrac, o Senac São Paulo oferece, desde 2006, um curso para formar o *sommelier* de cachaça. Assim como o especialista em vinho, ele seleciona bons produtos, elabora cartas, serve clientes da maneira correta, sugerindo diferentes tipos de aguardentes com possibilidades de degustação e harmonização. O *sommelier* de cachaça também desenvolve ações de comunicação que possam contribuir para a apreciação e disseminação da cultura cachacista. “Tínhamos um problema no setor de serviços. Depois de organizar toda a cadeia produtiva para gerar um produto de qualidade, na hora de servir a bebida o garçom não estava preparado para atender, para explicar as peculiaridades da nossa cachaça. Isso prejudicava muito a imagem do produto porque a classe média alta, em especial, consome a aguardente nos restaurantes”, conta Martins, que também é professor de tecnologia de bebidas, da Universidade Anhembi Morumbi.

PESQUISAS A universidade tem tido um papel importante no aprimoramento da cachaça brasileira. Uma das pesquisas que melhoraram a qualidade do produto foi a descoberta de uma levedura natural que acelera a fermentação e dá cor e aroma especial à bebida. “Os produtores da nossa região reclamavam que perdiam toda a produção da cachaça na etapa da fermentação porque a cachaça ficava muito ácida”, conta a agrônoma Rosane Schwan, da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Depois de um longo trabalho de seleção, que envolveu a pesquisa em mais de 1,2 mil leveduras, a equipe da Rosane chegou a quatro tipos que revelaram os melhores resultados.

A UFLA-CA11, uma dessas leveduras, já está sendo comercializada para produtores de cachaça artesanal. “Só é considerada artesanal a cachaça produzida com caldo de cana-de-açúcar *in natura*, sem adição de produtos químicos. A destilação deve ser feita em alambiques de cobre”, explica Rosane. A aguardente industrial pode ser de caldo de cana ou melaço, permite o uso de nutrientes, como sulfato de amônia e ureia, e a destilação pode ser feita em recipientes de aço inox.

A levedura desenvolvida na UFLA acelera o processo de fermentação (ver box) e, devido à tolerância a altas concentrações de etanol, produz mais cachaça a partir da mesma quantidade de cana, quando comparada às leveduras disponíveis no mercado. Ela propicia ainda um sabor frutal e aroma diferenciado, resultantes da produção de alguns álcoois superiores. Outra vantagem da UFLA-CA11 é que ela não produz os chamados aldeídos na

mesma quantidade que as leveduras utilizadas pela indústria atual. Eles são responsáveis pela desagradável ressaca do dia seguinte. “A maior aceitação da cachaça tem a ver com a melhoria da qualidade da bebida, uma bebida sem metanol, menos aldeído e outras metabólicos tóxicos”, acredita Rosane Schwan. A nova levedura também é mais resistente aos contaminantes que porventura estejam presentes na cana.

NOVOS SABORES Estimativas do Ibrac apontam que existem cerca de quatro mil marcas e 40 mil produtores no Brasil, sendo 99% de pequeno porte. Thiago Nego, de 30 anos, é um deles. Ele produz artesanalmente a cachaça Samba Nego. São apenas 30 garrafas por mês. A bebida é um composto de aguardente feito com erva-doce, caramelo e limão siciliano. Thiago e mais dois amigos sempre gostaram da bebida, mas sentiam falta de um produto diferente. “A gente sempre escutava as pessoas dizerem que gostariam de tomar cachaça, mas que era uma bebida muito forte. Queríamos produzir uma cachaça que agradasse esse perfil de consumidor”, diz. “Demoramos um ano e meio para chegar à receita ideal”, conta. A distribuição é feita apenas em bares e restaurantes de alguns bairros da capital paulista como Pinheiros, Vila Madalena e Perdizes. “Queremos preservar a qualidade com preço baixo. Nossa meta é aumentar a produção para 180 garrafas mensais”. Todas trazem no rótulo um recado para velhos e novos consumidores: “Uma homenagem aos brasileiros que estão em busca de novos sabores e combinações”.

Mariana de Castro Alves



Cachaça artesanal exige corte manual da cana

NO CORAÇÃO DA MISTURA

Para fabricação da cachaça artesanal, a cana-de-açúcar é cortada manualmente, nos meses de maio e junho. Depois da moagem, o caldo é separado do bagaço e, em seguida, decantado e filtrado. Na dorna para fermentação, uma levedura converte os açúcares em álcool etílico e gás carbônico e são formados os compostos orgânicos voláteis, responsáveis pelo sabor da cachaça. Em alambiques de cobre o líquido é destilado e separado em três produtos conhecidos como cabeça, coração e cauda. O que é aproveitado está justamente no coração da mistura. Depois a cachaça é estocada em barris de madeira onde outras reações químicas ocorrem, aprimorando o aroma, cor e sabor da bebida.

ARTE TECNOLÓGICA

NOVAS POSSIBILIDADES PARA AS MÍDIAS INTERATIVAS NO CAMPO ARTÍSTICO

Impresso à laser, um super-herói “voa” nas fachadas nos prédios da avenida Paulista. Em outra ocasião, a parede frontal do Museu de Arte de São Paulo (Masp), é transformada em uma grande superfície azul onde golfinhos nadam. As duas intervenções da artista Regina Silveira são exemplos de videoarte, uma das formas de expressão da chamada arte tecnológica, computacional ou cibernética. Depois de 15 anos de pesquisas sobre o assunto, que resultaram em aquisição de um rico acervo e em seis edições da Bienal Internacional de Arte e Tecnologia Emoção Art.ficial, o Itaú Cultural prepara nova mostra onde deve juntar arte tecnológica e a convencional. De acordo com o gerente de inovação do instituto, Marcos Cuzziol, a ideia é propiciar ao público o contato com essas obras, acumular conhecimento de como mantê-las e restaurá-las e contribuir para a construção de um mercado para o segmento. “Nossa expectativa é montar uma exposição ainda em 2014, que substituiria a Bienal Emoção Art.ficial”, afirma. A última edição da Bienal aconteceu em 2012. O novo formato, que dissolve supostos limi-



Ópera Sonic Dimension (2005), de Rejane Cantoni e Daniela Kutschat

tes entre as duas formas de expressão artística, depende da superação de alguns desafios. Um deles, segundo Cuzziol, é de ordem técnica: a arte tecnológica e cibernética normalmente depende de espaços escuros e a tradicional de espaços grandes e claros. “Nós não vamos separá-las por pisos, porque seriam duas exposições diferentes”, explica.

NOVOS CAMINHOS “Foi com apreensão que recebemos a notícia do fim da Bienal Emoção Art.ficial. Pensamos que tínhamos perdido o apoio de tantos anos para a produção artística em arte e tecnologia”, conta Rejane Cantoni, artista e professora do Centro de Ciências Matemáticas Físicas e Tecnológicas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Entretanto, segundo ela, a decisão da instituição aponta para um novo momento, em que as fronteiras não são mais necessárias,

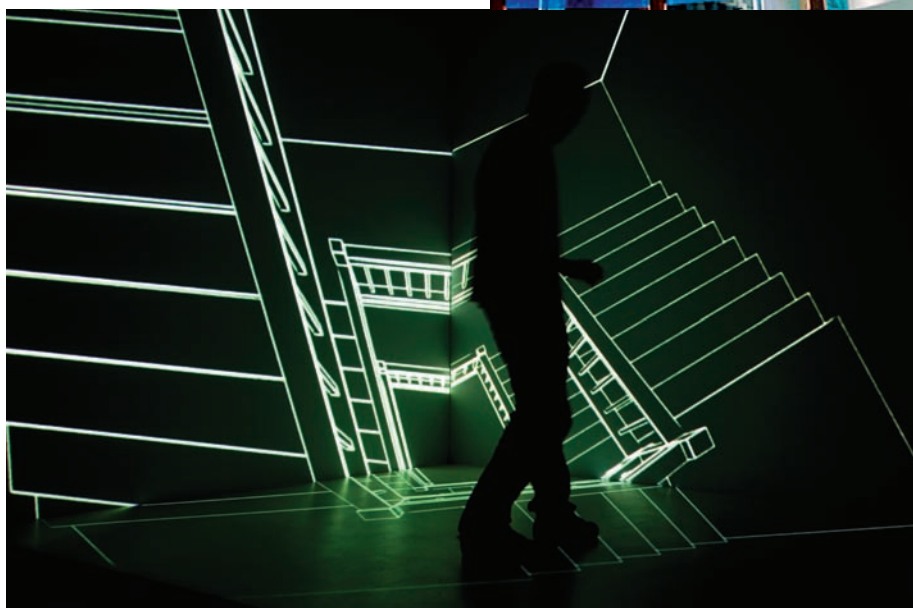
em que não interessa mais a separação entre arte e tecnologia e arte contemporânea. Já Giselle Beiguelman, artista multimídia e professora de comunicação e semiótica da PUC/SP, avalia que, do ponto de vista teórico, faz sentido adotar um posicionamento mais genérico para tratar a arte contemporânea e suas questões. Uma delas é problematizar as mídias e as tecnologias. “Por outro lado, há uma resistência muito grande pelo caráter efêmero, não objetual de boa parte dessa produção. Para Giselle, também crítica de artemídia, “estamos num momento de bifurcação de caminhos, apenas a posteriori poderemos entender se essa mudança implicou, de fato, uma absorção desse perfil de criação no contexto das artes em geral ou se isso impactou de alguma forma essa produção pela sua incapacidade de enfrentar obras mais afeitas ao colecionismo, à ocupação física dos espaços”, avalia.

REPENSANDO FORMAS DE EXPO O primeiro grande passo do Itaú Cultural para apoiar esse segmento específico da arte contemporânea, foi a realização do evento Arte e Tecnologia, em 1997, com a exposição Mediações, que destacava linguagens artísticas específicas. No texto de apresentação do evento, reconheceu-se o trabalho, a inspiração e a importância de artistas pioneiros como Waldemar Cordeiro, que no final dos anos 1960 produziu a *Computer Graphic Art*; Analivia Cordeiro, Júlio Plaza e Regina Silveira, todos experimentadores no campo da videoarte nos anos 1970; de Rafael França, Walter Silveira, Artur Matuck, Diana Domingues, que ainda nos anos 1970 deram início a pesquisas sobre arte tecnológica como a via principal de construção de suas linguagens e poéticas. Para Rejane Cantoni, na década de 1990 o Brasil tinha um cenário sedento por iniciativas como a do Itaú Cultural. “A primeira edição da Bienal trouxe um frescor enorme, com obras icônicas e artistas dos laboratórios mais importantes do mundo”, conta a artista. “Hoje em dia a gente tem as redes sociais, onde circulamos parte do nosso trabalho”.

Além do fomento da iniciativa privada, o apoio institucional de centros de pesquisa como a PUC/SP e a Escola de Artes de Comunicações da Universidade de São Paulo (ECA-USP) também ajudou a consolidar a arte tecnológica no Brasil. “Um conjunto de experimentos, apoiado pelas universidades, acabou por constituir um avanço nas linguagens e na produção de arte tecnológica no Brasil. Hoje, pode-se falar na

existência de um núcleo de artistas que já produzem arte tecnológica com linguagens definidas e discursos distintos”, aponta a curadora da exposição Mediações, Vitoria Daniela Bousso, ex-diretora do Museu de Arte de São Paulo. Entretanto, é um cenário de consolidação e, ao mesmo tempo, de questionamentos sobre a arte tecnológica.

*Adriana Arruda, Caroline Simor,
Fátima Gigliotti e
Simone C. de Andrade*



**Acima: *Glossário* (2010);
Descendo a escada
(2002); à esquerda:
Lumen (2003); à direita:
Abyssal (2010),
de Regina Silveira**

HISTÓRIA

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL PELAS LENTES DO CINEMA

Desde o começo deste ano, em todo o mundo, e especialmente na Europa, uma extensa produção cultural com exposições de artes visuais, festivais de cinema, lançamento de livros etc, volta-se para as comemorações dos 100 anos do início da Primeira Guerra Mundial, conflito que definiu um novo mapa do mundo e que teve consequências ao longo de todo o século XX. Um desses projetos é a exposição “Cinema Europeu e a Primeira Guerra Mundial”, um portal on-line que reúne dezenas de documentos históricos e filmes preservados em arquivos e cinematecas europeias de cinema. Coordenado pelo Instituto Alemão de Cinema (DIF, na sigla em alemão) e com a participação de parceiros de 15 países europeus, a exposição faz parte do o “European Film Gateway 1914” (<http://exhibition.europeanfilmgateway.eu>) que, desde 2012, digitalizou mais de 650 horas de documentários, noticiários, animações e filmes de longa-metragem sobre a Primeira Guerra.

NOTÍCIAS DA GUERRA O cinema ainda era uma arte jovem, em 1914, quando começou a Primeira Guerra Mundial. Rapidamente, no entanto, a sétima

arte tornou-se uma ferramenta para fazer propaganda da guerra e recrutar soldados. Diferentemente do que nos acostumamos a ver em canais como a rede norte-americana CNN, as cenas retratadas não eram imagens em tempo real. Segundo Felix Schürmann, um dos coordenadores do projeto, proibições de filmagens impostas pelos militares e uma série de limitações técnicas, como por exemplo o tamanho e o peso dos equipamentos, impediam uma cobertura próxima dos combates. Por isso, a ação tinha que ser capturada a partir de um ponto de vista fixo e distante. Mesmo assim, o filme-batalha tornou-se um gênero em si mesmo. Edições mostrando grandes operações de guerra eram imensamente populares com o público de cinema. E, autênticas ou não, essas representações foram largamente utilizadas como ferramentas de propaganda para reforçar as noções de superioridade militar e moral sobre as forças opostas.

Havia também um tipo de filme especialmente produzido para persuadir as pessoas a financiar privadamente o esforço de guerra e ainda para recrutar pessoal tanto para o *front* de batalha como para a indústria que surgiu em torno da guerra, como a de munição por exemplo. “A Primeira Guerra Mundial não foi apenas uma guerra sem precedentes em relação ao número de nações e da quantidade de novos equipamentos utilizados, foi também uma guerra de imagens, onde o cinema, uma mídia relativamente nova, foi utilizado pela primeira vez na história para documentar o conflito em larga escala”, explica Anette Groschke, da Cinemateca Alemã – Museu de Cinema e Televisão, em Berlim.

PARA O IMPÉRIO A Primeira Guerra Mundial também foi o primeiro conflito que envolveu grande parte da sociedade. Um imenso número de mulheres foi trabalhar nas fábricas para substituir o braço masculino, tanto na indústria convencional como na de munição. Para manter o espírito e moral elevados durante as dificuldades da guerra, o cinema representou um meio ideal para influenciar as pessoas. O documentário *Fabrication des munitions et du matériel de guerre* (Reino Unido, 1916), mostra mulheres, algumas bem jovens, trabalhando na linha de montagem da indústria siderúrgica britânica Vickers que, durante a guerra, fabricava bombas e granadas.

No mesmo sentido, existiu uma produção cinematográfica especialmente voltada para incentivar os cidadãos europeus a doar dinheiro e outros objetos de valor para pagar os custos da guerra. O documentário inglês *Para o império*, de 1916, dirigido por George Pearson, mostra soldados cavando trincheiras e a luta na linha de frente. Em seguida, se vê cenas de soldados mortos e cidades destruídas. Na cena final um homem está em uma agência dos correios fazendo uma doação. O filme usa a noção de sofrimento para persuadir o expectador a comprar bônus de guerra, uma espécie de título de investimento com rendimentos baixos, com objetivo de levantar dinheiro para financiar a guerra.

TÉDIO E TECNOLOGIA Entre junho de 1915 e novembro de 1917, ocorreu uma série de batalhas entre italianos e austro-húngaros, que ficaram conhecidas como “Batalhas de Isonzo”. Elas foram documentadas no

filme *Isonzói-csata* (Áustria-Hungria, 1917) que mostra nitidamente o principal centro de operações da Primeira Guerra, as trincheiras. Eram buracos, de cerca de dois metros de profundidade, onde os soldados permaneciam por dias, em uma guerra que, pela dificuldade de avançar no território inimigo, consistia, em boa parte do tempo, em esperar. Ao mesmo tempo, a vida nas trincheiras era difícil para os soldados. Exposto ao frio e à umidade, o ambiente das trincheiras acabou por se tornar um criadouro de pragas como piolhos, pulgas e ratos, e propício ao surgimento de doenças infecciosas como a febre tifoide, gripe e leptospirose que resultaram em um número significativo de baixas. Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial impulsionou programas especiais para o desenvolvimento de novos armamentos e tecnologias capazes de dar alguma vantagem sobre a estratégia de trincheiras, arame farpado (utilizados para dificultar a movimentação do inimigo) e o deslocamento em cavalos. Gás venenoso, os primeiros tanques, aviões, artilharia moderna, lança-chamas e submarinos foram introduzidos ao longo dos quatro anos do conflito. Essa guerra mecanizada resultou em um número de soldados feridos, aleijados e mutilados em uma escala até então desconhecida na história, além de mais de 16 milhões de mortes.

O cinema lidou com essas questões de várias maneiras. “Durante a guerra, muitos filmes minimizaram a extensão do sofrimento, mostrando hospitais militares com soldados levemente feridos. *La reéducation professionnelle des mutilés de la guerre* em



Nas trincheiras: grupo de infantaria usa máscara de gás (Bélgica, 1917)

France (Edmond Dronsart, 1917), por exemplo, retrata o cotidiano de uma escola para soldados com deficiência. Graças a próteses e treinamento especial, os feridos são salvos “do desespero e da solidão”, o que dá a eles, e ao público, a expectativa de que seriam capazes de trabalhar e viver quando terminasse o conflito.

CINEMA PÓS-GUERRA Apenas depois de 1918 as experiências e sofrimento, os custos humanos e morais passam a ser retratados em longas-metragens. “Além de filmes que abordavam explicitamente a morte ou ferimentos na frente de batalha, muitas produções da década de 1920 podem ser lidas como respostas indiretas à experiência de sofrimento relacionado à guerra”, escreveu Félix Schürmann, em texto publicado no site do European Film Gateway. De acordo com ele, a guerra serviu também como um pano de fundo para o lançamento de filmes de es-

pionagem, romances e outros filmes do gêneros. Lançado em 1931, *Niemandslând* foi um dos primeiros filmes que troca o ódio pelo inimigo pelo ódio à guerra em si. Ele conta a história de cinco homens presos em um bunker, onde sua única luta é para sobreviver, independentemente do lado da guerra em que cada um está. Alguns desses filmes usavam imagens de arquivo de noticiários ou filmes de propaganda sobrepostas, a fim de sugerir autenticidade. Em entrevista para a agência de notícias alemã DW (Deutsch Welle), o cientista político alemão da Universidade Humboldt, em Berlim, Herfried Munkler, afirmou que a Primeira Guerra Mundial mostrou o tipo e o grau de violência que assolaria o século XX. Para ele, um especialista na história do período, “foi a Guerra que determinou o século XX. Sem ela não teria havido a Segunda Guerra Mundial, possivelmente não teria havido o nazismo, nem o stalinismo, nem a tomada de poder bolchevique em Petrogrado (hoje São Petersburgo), Rússia”. A Primeira Guerra mudou também a história do cinema europeu. A indústria cinematográfica europeia, em plena ascensão antes do conflito, não resistiu à Guerra. Somente cerca de 20% da produção do cinema mudou sobreviveu nas instituições que preservam o patrimônio cinematográfico. Parte desse acervo pode ser livremente acessado por pesquisadores, amantes do cinema e o público em geral. Por meio dele é possível conhecer parte da história da Primeira Guerra e da história do cinema.

Patrícia Mariuzzo

JOÃO SILVÉRIO TREVISAN

ETERNAMENTE EM CHAMAS**Versos**

Foi quando parou de chover que pensamos na vida. Sobre o teto de vidro, a luz do sol luzia de modo muito real. Por alguns segundos, lembramos tudo. Descemos em vôo rasante, de máquina leve. Havia algo revelado naquela luz e naquele dia. Algo vertido no pequeno suspiro que os raios previsíveis provocaram em nós. Onde estaríamos, então? Olhamos. Onde teríamos procurado a dor, para perdê-la assim tão maculada? Olhamos. E foi nesse olhar, vertido ali no meio dos gestos de dor, que a nostalgia da vida se revelou e baixou, como essas flores de paina que caem em certas manhãs de primavera, grávidas de sonhos de bonança. A lógica roçava nossa janela, vago acaso. Tínhamos nos despedido da dor e, assim, aquela abstração sem sombras abandonava nossas peles, como um perdão do alto, ausente de nós, suprema absolvição. Olhamos. Tanta, tanta dor, que diante dela só se podia esquecer a pequenez do fim. Sofrer assim, de modo glorioso como uma bênção. Olhamos. Querer ser banhado pela bênção, depois da qual vem a plenitude. Abraçamos e demos beijos e nos deixamos soltar porque tudo, depois daquilo, devia sumir. Dor-limite. Olhamos. Como uma dessas danças que eclodem subitamente no meio da manhã e parecem efêmeras, por causa da fragilidade da manhã. Sofrer era estar mergulhado nessa manhã imperfeitamente móvel. Sofrer com a consciência apagada. Olhamos. Como se fôssemos tudo, sem aqueles braços. E aqueles gestos fossem, além de tantos, passageiros. Que passem. Olhamos. Que tudo se infle e passem gestos tão fortes. Estes. Olhamos, soprando ventos e elementos, inclusive os mais claros elementos ausentes naquela manhã. A claridade que nos envolvia era dispensável para esse toque sem fim que sempre desejáramos na dor. E os raios do sol despejavam-se como genitores da manhã, dançando sobre o efêmero, ali bem sobre nossas cabeças, dentro dos nossos corações confiantes. Vivemos horas de equilíbrio. Pedimos um ao outro mais beijos e mais abraços desdentados, menos do que poderíamos suportar. Depois, quisemos distância, liberados dos nossos abraços. Desistimos. Era como se tivéssemos encoberto algo que, parecendo sempre tão revelado, lentamente mergulhava estranho. Nenhuma certeza. A partir daquele instante, os raios de sol encolheram e se desfizeram. Não mais olhamos. Não mais nos beijamos, mordemos ou rolamos no descompasso dos corpos. A casa parecia agora vertida em jatos de água, cachoeira refrescante despencando e escorrendo em tudo. Nós continuávamos no mundo, enquanto abandonávamos o coração de tudo. Aquela cama e os lençóis despencavam num abismo definitivo, próximo, cada vez mais próximo, mas também sem transparência, muito longe dali, profundamente longe, nossa secreta revelação. Por entre o despejar líquido dos elementos e os sussurros de dor que de tão frágeis tanto mais se ouviam, nós suplicamos um ao outro: “Tira logo o revólver da boca, com os diabos. E dispara uma só vez.” Fez-se então noite. Éramos mortais.

Reversos

Foi quando começou a chover que ele pensou na máquina. Sobre o teto clandestino, o som da morte repercutia por alguns segundos. De modo irreal, esqueceu tudo. Alçou um vôo pesado, de chuva rasteira. Havia algo de plástico naqueles sons e naquele sobressalto. Algo provocado na pequena noite que os pingos inesperados embutiram nele. Onde estaria, então? Pensou. Onde teria ele procurado a mácula, para encontrá-la assim tão sem amor? Pensou. E foi nessa nostalgia, intrometida ali no meio dos gestos de verão, que o pensar na morte se introduziu e flanou, como esses flocos de tempestade que pairam em certas tardes de amor, grávidos de presságios de paina. A lógica batia à sua porta, com um absurdo irretocável. Ele tinha recém-encontrado o pecador e, no entanto, aquela mancha escura se introduzia sob seu pecado, como um amor muito profundo, quase parte dele, suprema pele. Pensou. Tanta, tanta grandeza, que diante dela só se pode evocar o fim do amor. Mortífero assim, como a peste de amar. Pensou. Querer subsistir, depois de ser tomado pela peste. Apertou e deu beijos e se deixou existir porque nada mais, depois daquilo, devia abraçar. Limite do amor. Pensou. Como uma dessas noites que a gente ouve subitamente, no meio da balada, e parecem eternas, por causa da amplidão da balada. Estar imóvel era amar nessa noite perfeitamente suspensa. Estar imóvel no fogo da consciência. Pensou. Como se ele fosse para sempre braços, entre aqueles únicos. E aqueles únicos fossem, além de gestuais, permanentes. Que nunca permaneçam. Pensou. Que o resto se acabe e só se dissolvam únicos assim tão frágeis. Aqueles. Pensou, sugando os ventos e a noite, até mesmo a mais secreta noite presente naqueles elementos. O amor que o envolvia era necessário para dar esse toque terminal que sempre desejou na escuridão. E os pingos da noite caíam como que filhos da chuva, tamborilando no seu coração estupefato, ali bem sobre sua cabeça, dentro do absoluto. Viveu um instante de beijos e abraços e dentadas. Pediu mais euforia, mais do que poderia suportar. Depois, quis ser esmagado, abraçado para sempre nos apertos. Descobriu. Era como se tivesse insistido em algo que, parecendo sempre tão familiar, repentinamente emergia velado. Um pensamento, enfim. Teve certeza. A partir daqueles pingos, o instante se encorpou e multiplicou. Não mais beijou, mordeu, rolou. Pensou nos corpos em sinfonia. Os jatos pareciam agora atingidos pelo fogo da casa, extensão ardente caindo e escorrendo em toda sua lava. Ele não mergulhava mais no coração de tudo, enquanto estava no mundo. Aquele âmagô e os lençóis flutuavam num espaço indeterminado, distante, muito distante, mas também transparente, sem nunca ter saído dali, profundamente ali, sua secreta cama. Por entre os gritos flamejantes dos elementos e o ataque de amor que de tão intenso até suplicava, ele ouviu: “Mete logo a eternidade em tua boca, pelo amor de Deus. E dispara todo o revólver.” Fez-se então o eterno. Ele era enfim uma grande luz.

Perversos

Foi quando começou a chover que eu pensei na morte. Sobre o teto de plástico, o som da chuva repercutia de modo irreal. Por alguns segundos, esqueci tudo. Alcei um vôo rasteiro, de máquina pesada. Havia algo clandestino naqueles sons e naquela noite. Algo embutido no pequeno sobressalto que os pingos inesperados provocaram em mim. Onde estaria eu, então? Pensei. Onde teria procurado o

amor, para encontrá-lo assim tão sem mácula? Pensei. E foi nesse pensar, intrometido ali no meio dos gestos de amor, que a nostalgia da morte se introduziu e flanou, como esses flocos de paina que pairam em certas tardes de verão, grávidos de presságios de tempestade. O absurdo batia à minha porta, com uma lógica irretocável. Eu tinha recém encontrado o amor e, no entanto, aquela mancha escura se introduzia sob minha pele, como um pecado muito profundo, quase parte de mim, supremo pecador. Pensei. Tanto, tanto amor, que diante dele só se pode evocar a grandeza do fim. Amar assim, de modo mortífero como a peste. Pensei. Querer ser tomado pela peste, depois da qual nada mais subsiste. Abracei e dei beijos e me deixei apertar porque nada mais, depois daquilo, devia existir. Amor-limite. Pensei. Como uma dessas baladas que a gente ouve subitamente no meio da noite e parecem eternas, por causa da amplidão da noite. Amar era estar suspenso nessa noite perfeitamente imóvel. Amar com a consciência em fogo. Pensei. Como se eu fosse para sempre único, entre aqueles braços. E aqueles gestos fossem, além de únicos, permanentes. Que nunca se acabem. Pensei. Que o resto se dissolva e só permaneçam gestos assim tão frágeis. Estes. Pensei, sugando os ventos e os elementos, até mesmo os mais secretos e obscuros elementos presentes naquela noite. A escuridão que me envolvia era necessária para dar esse toque terminal que sempre desejei no amor. E os pingos de chuva caíam como que filhos da noite, tamborilando no absoluto, ali bem sobre minha cabeça, dentro do meu coração estupefato. Vivi um instante de euforia. Pedi mais beijos e mais abraços e dentadas, mais do que eu poderia suportar. Depois, quis ser apertado, esmagado para sempre nos abraços. Insisti. Era como se eu tivesse descoberto algo que, parecendo sempre tão velado, repentinamente emergia familiar. Uma certeza, enfim. Pensei. A partir daquele instante, os pingos se encorparam e multiplicaram. Não mais pensei. Beije, mordi, rolei na sinfonia dos corpos. A casa parecia agora atingida por jatos de fogo, lava ardente caindo e escorrendo em toda sua extensão. Eu não estava mais no mundo, enquanto mergulhava no coração de tudo. Aquela cama e os lençóis flutuavam num espaço indeterminado, distante, muito distante, mas também transparente, sem nunca ter saído dali, profundamente ali, meu secreto âmago. Por entre o ataque flamejante dos elementos e os gritos de amor que de tão intensos mal se ouviam, eu supliquei: “Mete logo o revólver em minha boca, pelo amor de Deus. E dispara por toda eternidade.” Fez-se então uma grande luz. Eu era enfim eterno.

(do livro de contos *Troços & Destroços*, Ed. Record, 1997)

João Silvério Trevisan exerce atividades profissionais em literatura, cinema e teatro. Tem 12 livros publicados, entre ensaios, romances e contos. É tradutor do espanhol e inglês, tendo vertido para o português obras de Jorge Luis Borges, Guillermo Cabrera Infante e Melanie Klein, entre outros. Nos últimos vinte e sete anos, tem coordenado oficinas de criação literária, realizadas em diferentes instituições no Brasil e pela internet. Foi contemplado por 3 vezes com o Prêmio Jabuti, assim como 3 vezes com o Prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Artes (APCA), o último deles com seu mais recente romance: *Rei do cheiro* (Ed. Record, 2009). Em 2001, foi escritor-residente na Universidade do Texas, em Austin. Outras obras publicadas: *Testamento de Jônatas* deixado a David e Troços & Destroços (contos); *As incríveis aventuras de El Cóndor* (romance juvenil); *Em nome do desejo*, *Vagas notícias de Melinha Marchiotti* (romances); *O livro do avesso* e *Ana em Veneza*, romances; *Devassos no Paraíso*, *Seis balas num buraco só*; *A crise do masculino* e *Pedaco de mim* (ensaios).

Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>

cienciaecultura@sbpcnet.org.br

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

NORMAS

SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

FORMATO Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

RODAPÉ Notas de rodapé não são utilizadas.

CRÉDITO A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

PRAZOS Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

DESTAQUES Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **italico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

REFERÊNCIAS O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

ENVIO DE MATERIAL Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

SIGLAS As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

CONTATO É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.

Realização



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Produção Editorial



Apoio



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

